



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, fornecer um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

FORTES PORTUGUESES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Graciete Guerra da Costa

Orientador
Prof. Dr. Argemiro Procópio Filho

**Brasília
2015**

FORTES PORTUGUESES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Graciete Guerra da Costa

Trabalho apresentado
para a obtenção do grau de Pós-doutora
na Universidade de Brasília pelo
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação
no Instituto de Relações Internacionais

**Brasília
2015**

COSTA, Graciete Guerra da. FORTES PORTUGUESES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA
/ Graciete Guerra da Costa – Brasília: UnB, 2015.

142: p.

161: il.

Orientador: Professor Doutor Argemiro Procópio Filho

Tese (pós-doutorado) – Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais,
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2012.

Bibliografia: f. 136-142

1. Amazônia. 2. Fortificações Portuguesas. 3. Relações Internacionais. 4. Arquitetura Militar 5. Fronteira Norte do Brasil. Tese de Pós-doutorado. I. Procópio, Argemiro. II. Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

*Ao meu marido
Aloísio por ter escolhido mudar o rumo
da sua vida na Amazônia.*

Meus agradecimentos

- ao Professor Doutor Argemiro Procópio Filho por ter sugerido esse tema, fornecido as bases, todas, de conhecimento, de metodologia, e por acreditar que eu seria capaz de realizá-lo. Sem a sua orientação e apoio não teria sido possível a realização desse trabalho.
- ao Professor Doutor Antônio Carlos Lessa, Coordenador do Programa de Pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais da UnB.
- ao Professor Doutor Roberto Goulart Menezes pela valiosa ajuda na viabilização da Conferência.
- ao General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, que foi o primeiro a ser contatado e desde o início apoiou esse projeto, facilitando a pesquisa no local dos fortes.
- ao Brigadeiro Roberto de Medeiros Dantas, Coordenador-Geral do Programa Calha Norte e sua equipe do MD, em especial ao Cel Paulo da Silva Magalhães e Cmte Wlamir de Carvalho.
- ao General Eduardo José Barbosa, Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército pela disponibilização de arquivos bibliográficos raros.
- ao General Pedro Ronalt Vieira, Diretor do Serviço Geográfico do Exército, pela disponibilização das Coordenadas Geográficas das fortificações.
- ao General Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira, Comandante do CMA em Manaus.
- ao General Genial, da Fundação Cultural do Exército, pela disponibilização de bibliografia.
- ao Cel Lauro Pastor, Cel Emerson da Silva Dêni, Major Renato Vaz, Sgt Natanael, que fizeram parte das pesquisas no Arquivo Histórico do Exército – AHEx, no Rio de Janeiro e em Manaus.
- ao Cel Gilmar Antônio de Lima Ribeiro, pelo seu apoio constante nas muitas demandas.
- ao Ten Cel Caldas, Ten Cel Castro Alves, Ten Antônio Mauro de Oliveira, do Arquivo Histórico do Exército – AHEx, no Rio de Janeiro, pelos mapas da Amazônia.
- aos Comandantes das Brigadas de Infantaria de Selva do EB nas localidades dos fortes:
 - Tefé: General Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira (16ª Brig Inf SI);
Cap Ten Eudimaci Barbosa de Lira (Agência Fluvial de Tefé)
 - São Gabriel da Cachoeira: General Sérgio Luiz Goulart Duarte (2ª Brig Inf SI)
 - Tabatinga: Ten Cel Marco Antônio Estevão Machado, Sub Ten Wagner, e Sd Lucas (8º BIS).
 - Porto Velho: General André Luís Novaes Miranda (17ª Brig Inf SI)
 - Forte Príncipe da Beira: Ten Kirchmaier (PEF Sentinela do Guaporé)
 - Boa Vista: General Mansur (1ª Brig Inf SI), Ten Cel Bandeira (7º BIS), Cel Filgueiras (6º BEC), Major Rodrigo, Ten Zenon, Ten Rainielle e Sgt Massena.
- a Monica Padilha e Dayana Figueiredo Bednarczuk, do IPHAN de Roraima, que me acompanharam no Forte São Joaquim de Rio Branco.
- a Maria Dulce de Faria e Cristina Mathias, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pelos Mapas da Amazônia e ajuda constante.
- ao Presidente do CAU-RO João Alves de Lacerda, que luta pela preservação do Forte Príncipe da Beira, e ao amigo Arq. Joe Rodrigues pela sua arte visual.
- ao Adido Militar da Embaixada da Itália, Cel. Mauro SABBIONE, que ajudou nos arquivos sobre os engenheiros e cartógrafos italianos construtores dos fortes.
- aos funcionários do Instituto de Relações Internacionais-UnB: Vanessa Bottazzini Tavares e Anderson Xavier.
- aos meus filhos André e Fernando Guerra da Costa, esse último, que elaborou inúmeras traduções em inglês, francês no decorrer do trabalho. À minha secretária Edna. Às famílias em Manaus e em Belém, finalmente, e acima de tudo, que contribuíram de todas as formas durante os anos de elaboração deste trabalho, os meus últimos agradecimentos.

Resumo

O estudo faz parte de um projeto de pós-doutorado, marcado pela interdisciplinaridade, sobre os Fortes Portugueses na Amazônia Brasileira, de 1616 a 1776, fruto da acomodação europeia inscrita na "*Westphalian Order*" de 1648 e do Tratado de Madri de 1750. Delimita as posses coloniais no universo amazônico. Nesse contexto, a Cartografia, a Arquitetura, a História e as Relações Internacionais se dão as mãos. Examina a cartografia dos limites, a geopolítica e a sociologia da conquista. O trabalho estuda ainda as características particulares da arquitetura militar produzida na Região em meados dos séculos XVII e XVIII. Trezentos e noventa e nove anos separam a fundação do primeiro forte dos dias de hoje. A povoamento da Amazônia testemunhou o crescer de um dos ricos patrimônios culturais e arquitetônicos do Brasil. O objetivo desse trabalho foi verificar como se encontram atualmente esses fortes. As imagens existentes na bibliografia consultada não refletem a realidade da situação edilícia constatada. As condições criadas pelo descaso para com a memória nacional, pelo clima e pela floresta também entram em julgamento. Obedecem a necessidades que passam por circunstâncias da política e das relações internacionais de então. Alguns se situam próximos a fronteiras em locais de antigos acampamentos de tropas de resgate. A localização escolhida pelos portugueses foi função das características estratégicas militares, em geral grandes platôs de desenho triangular ou quadrado, parte delas se localizam no meio da floresta, às margens dos rios Amazonas, Negro, Solimões, Guaporé, Branco e outros. As Fortificações na Hileia se apresentam como um marco referencial na análise da estratégia e da logística de segurança do colonialismo lusitano na Amazônia. A Política Portuguesa redimensionada depois do Tratado de Utrecht não perdia de vista suas fronteiras e seu domínio colonial. A defesa Amazônica, e a questão dos novos limites da Barra do Oiapoque, depois da renúncia francesa em 1713, são exemplos de vigilância nas relações internacionais do passado contra pretensões estrangeiras na margem norte do rio Amazonas. A geopolítica encarnada nas fortificações contextualiza a demarcação de espaços transfronteiriços subsequentes ao Tratado de Madri (1750). A política da Coroa Portuguesa, de fortificar, demarcar, ocupar e povoar a Região que lhe cabia, faz parte da decisão pombalina de substituir as missões religiosas por freguesias, confiada a militares, a representantes do rei, e a alguns membros do clero. A divisão territorial incrustada por propriedades da Igreja passou a contar com o apoio da sociedade civil. A fundação de fortalezas por todo o vale do Rio Amazonas: Forte do Presépio (Belém); Santo Antonio de Gurupá (Gurupá); Fortaleza da Barra (Manaus); Forte de Fortaleza do Tapajós (Santarém); Forte de Paru (Almeirim); Forte dos Pauxis (Óbidos); São Francisco Xavier (Tabatinga); Forte de São Gabriel da Cachoeira; Forte Príncipe da Beira; Fortaleza de Macapá, e outras ensaiaram substituir missões religiosas. A construção do plano urbanístico, seguia alguns moldes das cidades portuguesas. O presente estudo mostra como essas características refletiram em uma nova divisão territorial de transformações da toponímia.

Palavras-chave: Amazônia, Fortificações, Relações Internacionais, Arquitetura Militar, Geopolítica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I. FORTIFICAÇÕES ERIGIDAS DE 1616 A 1697	17
1.1 Forte do Presépio – Belém - PA (1616)	21
1.2 Forte de Santo Antônio de Gurupá – PA (1623)	28
1.3 Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro – Manaus – AM (1669)	36
1.4 Forte de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Paru – Almeirim – PA (1680) ...	42
1.5 Forte de Santo Antônio dos Pauxis de Óbidos – PA (1685)	45
1.6 Fortaleza do Tapajós – Santarém – PA (1697)	49
CAPÍTULO II. DE TORDESILHAS AO TRATADO DE MADRI	
CAPÍTULO III. O MAPPA GERAL DO BISPADO DO PARÁ – 1759: um novo paradigma da cartografia amazônica	56
3.1. Contextualização do mapa	56
3.2. Enrico Antonio Galluzzi e sua obra	58
3.3. Análise do <i>Mappa Geral do Bispado do Pará</i>	60
3.4. Descrição do mapa	64
CAPÍTULO IV. FORTIFICAÇÕES ERGUIDAS DE 1754 A 1776	68
4.1. Forte Nossa Senhora da Conceição – Costa Marques - RO (1754)	69
4.2. Forte de São Gabriel da Cachoeira – AM (1761)	75
4.3. Fortaleza de São José de Macapá – AP (1764)	84
4.4. Forte São Francisco Xavier de Tabatinga – AM (1766)	92
4.5. Forte de São Joaquim do Rio Branco – Boa Vista – RR (1775)	101
4.6. Real Forte Príncipe da Beira – Costa Marques – RO (1776)	114
CONCLUSÃO	126
GLOSSÁRIO	128
QUADRO DE DESLOCAMENTOS E DISTÂNCIAS PERCORRIDAS	132
LISTA DE FIGURAS	133
BIBLIOGRAFIA	136

LISTA DE ABREVIATURAS

AHEx – Arquivo Histórico do Exército
AHI – Arquivo Histórico do Itamaraty
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
APP – Arquivo Público do Pará
ARH – Arquivo Real de Haia
BAR – Biblioteca Arthur Reis
BIS – Batalhão de Infantaria de Selva
BN – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
BPAM – Biblioteca Pública do Estado do Amazonas
Brig Inf SI – Brigada de Infantaria de Selva
CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CMA – Comando Militar da Amazônia
FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNCEB – Fundação Cultural Exército Brasileiro
INCAER – Instituto Cultural da Aeronáutica
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MD – Ministério da Defesa
MHN – Museu Histórico Nacional
MI – Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro.
MPF – Ministério Público Federal
OC – Ordem dos Carmelitas
OFM – Ordem dos Franciscanos Maiores
OP – Ordem dos Pregadores
PCN – Programa Calha Norte
SJ – Sociedade de Jesus
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFPa – Universidade Federal do Pará
UFRR – Universidade Federal de Roraima

INTRODUÇÃO

A busca de informações sobre as Fortificações da Amazônia, algumas esquecidas da história das relações internacionais, ajudará a esclarecer a geopolítica da Hiléia.

O texto privilegiará doze fortificações do arco arquitetado pelos portugueses. Considerando o peso simbólico de tais edificações na segurança colonial, a pesquisa procurará pontuar os limites setentrionais das posses lusitanas e as dificuldades para defendê-las.

As fortalezas erguidas na Amazônia nos séculos XVII e XVIII representaram a estratégia ibérica, a favor de eficientes políticas de Defesa.

Os portugueses enfrentaram a resistência da população indígena. Lutas, massacres e mortes dos verdadeiros donos da terra, presos pelas *Tropas de Resgate* compõem a memória das fortificações do Presépio (Belém - PA); Santo Antonio de Gurupá (Gurupá - PA); Fortaleza da Barra (Manaus - AM); Forte de Fortaleza do Tapajós (Santarém - PA); Forte de Paru (Almeirim - PA); Forte dos Pauxis (Óbidos - PA); Forte Nossa Senhora da Conceição - RO; Forte de São Gabriel da Cachoeira - AM; São Joaquim do Rio Branco (Boa Vista); São Francisco Xavier (Tabatinga - AM); Forte Príncipe da Beira (Costa Marques – RO) e Fortaleza de Macapá - PA.

Como arquiteta/urbanista, incomoda à autora a descrição nada precisa da localização dos fortes. Por exemplo, afirmar que estavam “*na margem esquerda do rio...*”. Daí a opção de trabalhar com as coordenadas geográficas das fortificações, para solucionar dúvidas quanto à localização e a geonímia.

A abordagem sobre os religiosos e o seu poder de comunicação mostrará a influência da Igreja.

Por ordem cronológica a pesquisa estuda a chegada dos portugueses na Amazônia, do Leste para Oeste, e do Sul para o Norte.

O estudo será dividido em quatro capítulos: o primeiro se concentrará no início da ocupação com as fortificações erigidas de 1616 a 1697; o segundo abordará alguns tratados e fronteiras no Norte do Brasil; o terceiro localizará o Mappa Geral do Bispado do Pará, que indica as mudanças realizadas depois do Tratado de Madri, de 1750. Tratará das mudanças da toponímia privilegiando a origem portuguesa; o último capítulo versará sobre as fortificações erguidas de 1754 a 1776.

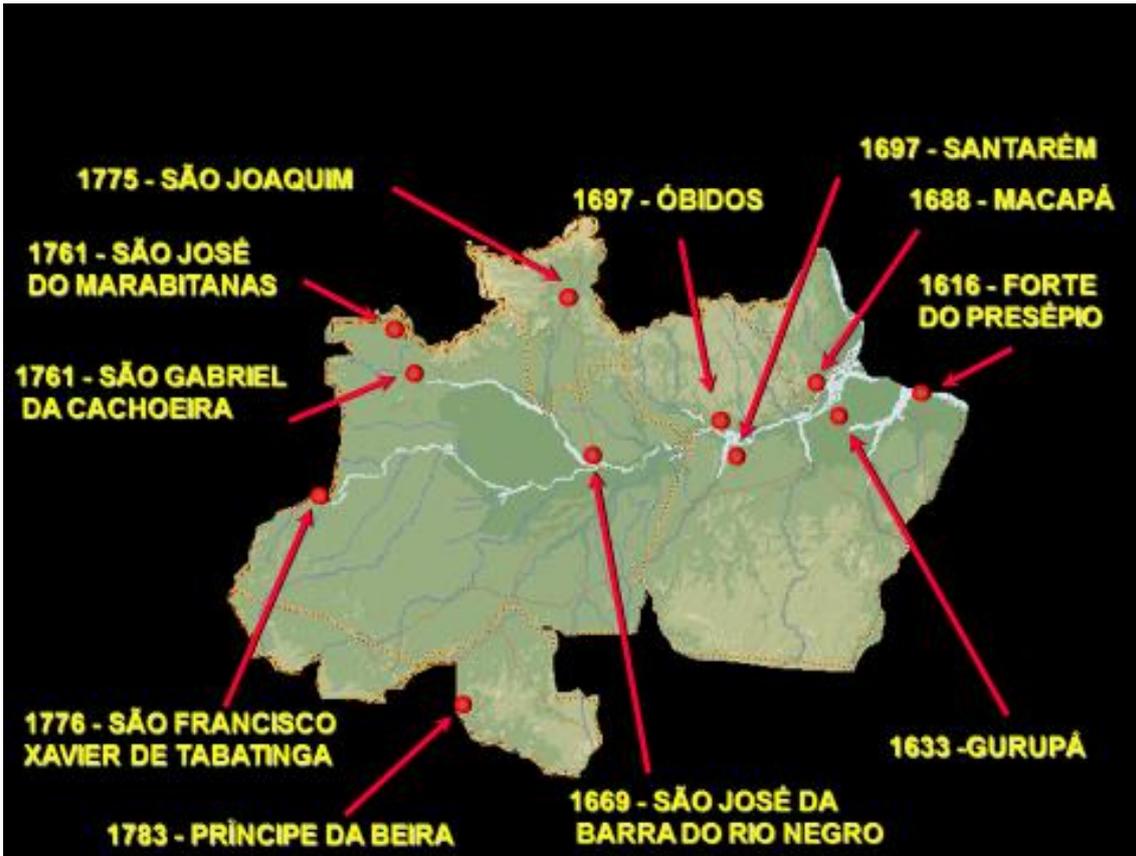


Figura 1: Mapa da Amazônia com a localização dos 11 fortes¹.
 Fonte: Exército Brasileiro, CMA, 2013.

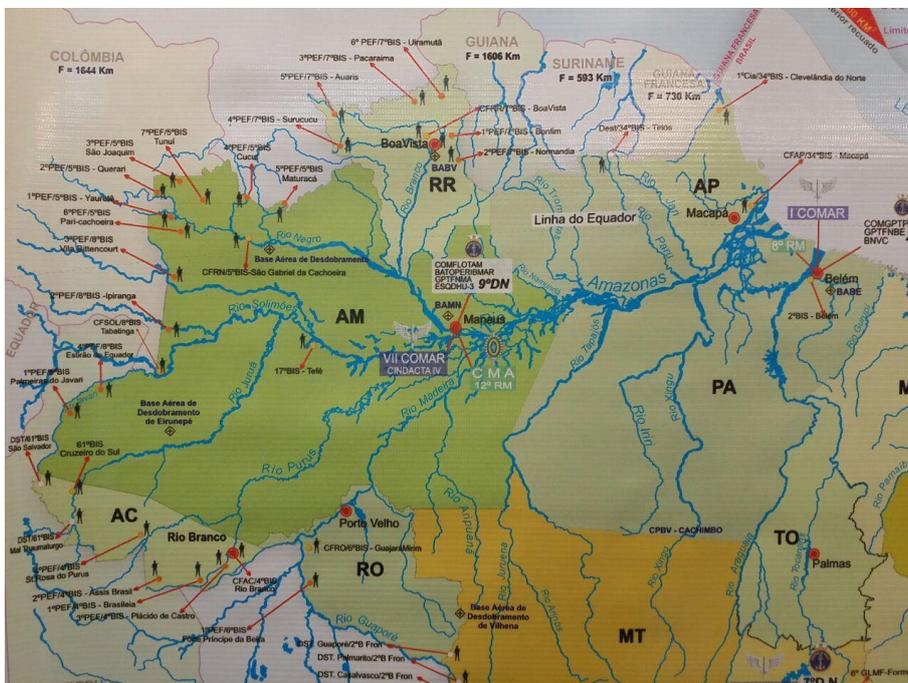


Figura 2: Mapa da Amazônia com a localização dos quartéis do Programa Calha Norte, coincidindo com o sítio físico dos antigos fortes.
 Fonte: MD, PCN, 2015

¹ Mapas gentilmente cedidos pelo CMA em Manaus.

CAPÍTULO I

FORTIFICAÇÕES ERIGIDAS DE 1616 A 1697

A cobiça europeia trouxe para a Amazônia sertanistas, colonos, religiosos, e militares de diferentes nacionalidades, na busca das Drogas do Sertão². Portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses subiam e desciam os rios distanciando-se léguas e léguas do litoral. Esse movimento desencadeou resistência contra o domínio e a ocupação das terras indígenas e a exploração da força de trabalho dos nativos³.



Figura 3: Detalhe da pintura óleo sobre tela da Viagem de Pedro Teixeira, onde se vê atrás dele um padre franciscano e mais atrás sertanistas das tropas de resgate.

Figura 4: Mapa da Viagem de Pedro Teixeira, em 1639.

Fonte: AHEx – Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

O domínio ultramarino de Portugal iniciou com um estabelecimento militar. Junto com os soldados, chegaram religiosos e comerciantes. As distâncias e a dificuldade de expansão na selva impuseram sacrifícios, que mesmo os

² **Drogas do sertão** – Produtos nativos da região amazônica, conhecidos como especiarias, entre eles: cacau, cravo, urucum, salsaparrilha, canela, puxuri, baunilha, anil e óleos vegetais como andiroba e copaíba. A coleta e o comércio desses produtos foram a base da economia mercantilista, no início da ocupação amazônica pelos europeus. Fonte: REIS, 1956, p. 45-46.

³ SANTOS, Francisco Jorge dos. **Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002, p. 21-23.

conquistadores mais experientes se mostravam despreparados para enfrentar. O rio e a floresta, para o primitivo habitante da região, como também para o conquistador que queria dominá-la, foram as entidades modelares da cultura amazônica, imprimindo-lhe identidade própria ao longo do seu processo sócio-histórico de ocupação⁴.

Forte, fortaleza, reduto, fortificação, são as denominações encontradas na necessidade de abrigar peças de artilharia e soldados, com função de defender dos ataques inimigos uma praça, um ponto ou uma região. Luis Serrão Pimentel, considerado o primeiro a tratar a engenharia militar de fortificações em português, em 1680, define textualmente – *“Forte he húa Praça cercada de fossos, Reparos, & Baluartes; dos quais se pôde defender com pouca gente contra a força do inimigo”*.⁵

Do século XVII ao século XX passaram pelas missões amazônicas os capuchinhos, os mercedários, os franciscanos, os carmelitas, os dominicanos e os jesuítas, esses últimos expulsos pelo Marquês de Pombal. O olhar voltado para o outro lado do Atlântico norteava a conquista por meio da cruz, logo apoiada pela espada⁶. A situação política instável no século XVIII e a disputa dos domínios coloniais entre casas reais europeias obrigavam os ibéricos a ocupar e defender suas possessões na Amazônia.



Figura 5: Quadro Simbólico dos Reinos de Portugal e do Brasil, quando Portugal era dono de muitas terras além-mar.

Fonte: FERREIRA, In: I SLBCH, 2006, mapas.

⁴ COSTA, Graciete Guerra da e FILHO, Antônio Rodrigues da Silva. “Fundação da Cidade de Manaus”. In: **I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, Rio de Janeiro - RJ, 2005.

⁵ PIMENTEL, Luis Serrão. **Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificaçoens das praças regulares & irregulares...** Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, 1680.

⁶ PROCÓPIO, Argemiro. “Amazônia. Em nome do padre, da posse, do poder, e do domínio santo”. **Humanidades**, Brasília: EdUnB, Vol. 1, Nº 18, 1988, p.70-79.

Membros de ordens religiosas, dentre as mais tradicionais da Igreja Católica⁷, catequizaram índios ensinando a língua portuguesa. Traçaram táticas para a efetiva colonização amazônica.

A localização estratégica das fortificações amazônicas escolhida pelos portugueses resultava dos conhecimentos marítimos adquiridos desde a Escola de Sagres, fundada em 1416. Foi um período de expansão da navegação marcado pela conquista da cidade de Ceuta em 1415. Depois, expedições portuguesas chegaram à Ilha da Madeira, em 1419, com o reconhecimento do Arquipélago dos Açores, em 1431.

A difusão dos Tratados de Arquitetura, como os de Alberti (1492), Filarete (1464), Di Giorgio (1500), Serlio (1537), Dürer (1554), Palladio (1556 e 1570), Serrão Pimentel (1680) – o primeiro em língua portuguesa, além de engenheiros⁸ italianos requisitados por Portugal e Espanha para desenhar fortificações⁹, contribuíram para firmar esse modelo renascentista nas Américas, África e Ásia¹⁰.

As primeiras fortificações construídas pelos portugueses na Amazônia eram precárias. Em alguns lugares não havia pedra. Tal fato obrigou a construir vedações de estacas de madeira ou paliçadas de pau-a-pique¹¹, com torres de madeira e taipa nos vértices; eram algumas vezes reforçadas na base com terra batida, circundadas por fossos¹² mais ou menos profundos¹³. A mão-de-obra¹⁴ era composta sobretudo por índios descidos¹⁵, ou seja, capturados em tropas de resgate e removidos de seus locais originais de habitação.

⁷ PROCÓPIO, Argemiro. **Destino Amazônico: devastação nos oito países da Hileia**. São Paulo: Hucitec, 2005, Vol. 1, Nº 18, 1988, p.70-79.

⁸ **Engenheiros Militares** – O conceito de engenheiro existe desde a antiguidade. Os exércitos chineses, gregos e romanos empregaram máquinas e invenções complexas como a artilharia, desenvolvida pelos gregos por volta do século IV a.C. Estes desenvolveram a trirreme, a balista e a catapulta. Na Idade Média, criaram o trabuco. O primeiro engenheiro militar a trabalhar em São Vicente foi o hispano-italiano Giovanni Battista Antonelli, autor da Fortaleza da Barra Grande em 1583. Fonte: MORI, 2003, p. 97.

⁹ **Fortificação** – É a denominação genérica de obras de defesa militar. Ela pode ser passageira ou permanente. Fonte: BARRETO, 2011. (Ver Glossário).

¹⁰ MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos A. Cerqueira e CASTRO, Adler Homero F. de. **Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2003, p. 24.

¹¹ **Palissadas ou Paliçadas de pau-a-pique** – Vedação feita com estacas de madeira fina fincadas na terra, obtida por uma trama de varas de madeira, fixadas no piso e no teto, coberta por argamassa.

¹² **Fosso** - Cova, valeta, valo ou rêgo para o desvio das águas servidas ou pluviais. Barranco, cavidade na terra rodeando as fortificações para dificultar o acesso do inimigo.

¹³ FERREIRA, Arnaldo Manuel de Medeiros. "Fortificações Portuguesas na Cartografia Manuscrita do Brasil". In: **I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, Rio de Janeiro, 2006, mapas.

¹⁴ SANTOS, Francisco Jorge dos. **Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002, p. 19.

¹⁵ **Índios descidos** – Índios capturados em tropas de resgate e removidos de seus locais originais de habitação.

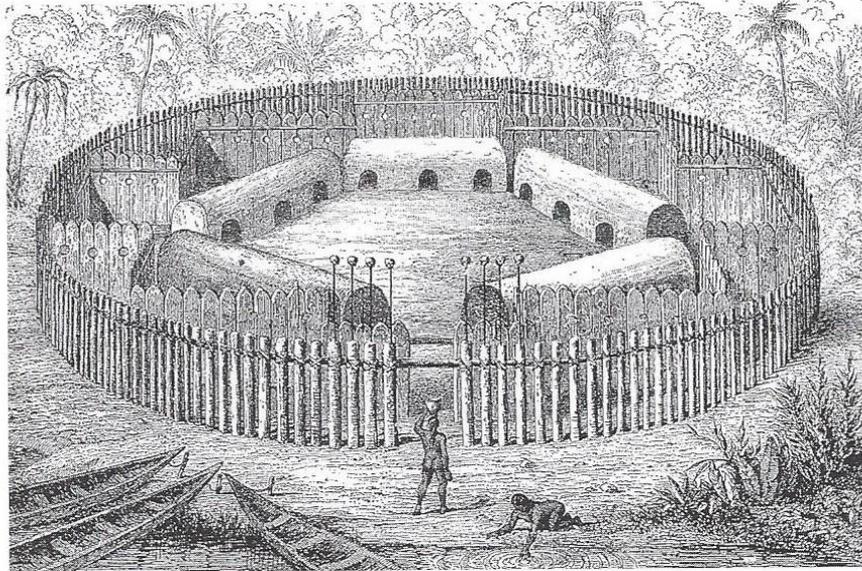


Figura 6: Paliçada indígena ou caiçara.
Fonte: MORI, LEMOS, CASTRO, 2003.

A existência das fortalezas, de uma forma ou outra, respaldava as missões.

O presente trabalho recorre ao Mappa do Bispado do Pará, para explicar mudanças que refletiram uma nova divisão territorial naquele período de transformações da toponímia.¹⁶ As coordenadas geográficas extraídas no local foram confirmadas com o Exército Brasileiro, que responde pela elaboração do levantamento cartográfico dos municípios brasileiros.

1.1. Forte do Presépio ou Forte do Castelo, Belém – PA (1616)

Coordenadas geográficas: 01° 27' 16" S 048° 30' 19" W

O Forte¹⁷ do Presépio¹⁸ teve diversos nomes ao longo da história: Forte do Presépio de Belém, Forte do Castelo do Senhor Santo Cristo, Forte do Senhor Santo Cristo e Forte do Castelo. Atualmente é denominado Forte do Presépio, nome dado pelos portugueses.



Figura 7: Símbolo da fundação de Belém em 1616, nele aparece a fortificação com o brasão da Coroa Portuguesa. **Fonte:** MEIRELLES FILHO, João. Grandes expedições à Amazônia brasileira. São Paulo: Metalivros, 2009.

Localizado na ponta de Maúri, na confluência do Rio Guamá com a Baía de Guajará, a área em que está situado na entrada do porto e do canal circunda a Ilha das Onças, Belém, Estado do Pará¹⁹.

A fundação de Belém²⁰ culminou com a grande cruzada das monarquias ibéricas, resultado da acomodação europeia inscrita na "Westphalian Order" de 1648. A viagem ao Grão-Pará²¹ e ao Rio das Amazonas não pode ser entendida fora do contexto do estabelecimento dos franceses no Maranhão, que começou a partir de

¹⁶ COSTA, Graciete Guerra da e CINTRA, J. P. "Mappa geral do Bispado do Pará: um novo paradigma da cartografia amazônica". in: **V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, Petrópolis – RJ, 2013.

¹⁷ **Forte** - É a fortificação constituída de uma ou mais baterias de artilharia, localizadas, porém na mesma obra. (Ver Glossário)

¹⁸ VIANNA, Arthur. "As Fortificações da Amazônia". **Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará. Tomo IV**, 1905. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 07/01/2015. (Loc. II, 459, 2, 26), p. 230.

¹⁹ TEIXEIRA, Paulo Roberto Rodrigues. "Forte do Presépio". In: **DaCultura, ANO X, Nº 17**. p. 45 - 55.

²⁰ Prefeitura Municipal de Belém. **Os caminhos de Belém**. Belém: AGIR S.A. Editora. 1996, p.17.

²¹ O termo "**Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará**", a misericórdia da Santa e a grandeza do rio Pará. *Parauassú*, na linguagem dos Tupinambás, significa "rio grande" abreviado para Rio Pará é o desaguadouro dos rios Moju, Acará e Guamá, formando a Baía de Guajará no ponto em que se ergueu a cidade de Belém.

uma feitoria fundada por Charles de Vaux e Jacques Riffaut, em 1594, na Ilha de São Luís²².

O medo que os portugueses tinham de que invasores pudessem se estabelecer na entrada do grande rio foi o motivo real para a conquista de São Luís e da imediata partida rumo ao Norte com a fundação de Belém.

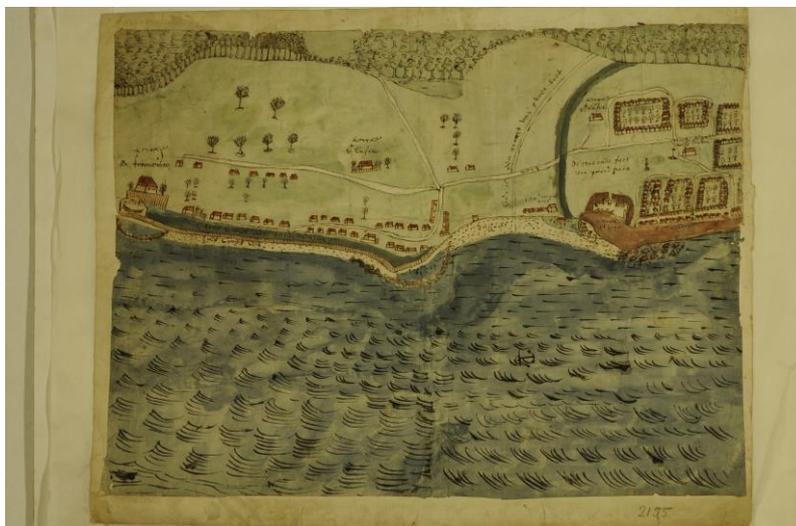


Figura 8: Planta Geral da Cidade de Belém Do Pará. É um original manuscrito de meados do Século XVII (presumivelmente, por volta de 1640), Arquivo Real de Haia, Países Baixos.
Fonte: FERREIRA, In: I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2006.

O mapa da Figura 8 é um original manuscrito de meados do Século XVII (1640), obra de navegadores holandeses e provavelmente a primeira representação conhecida da cidade de Belém. Hoje ele é parte do Arquivo Real de Haia, Países Baixos.

Partindo de São Luís do Maranhão em 25 de dezembro de 1615, Francisco Caldeira Castelo Branco capitaneou uma expedição de 200 homens. Transportados em três embarcações, ele dirigiu-se à Foz do Rio Amazonas, com o objetivo de fortificá-la. Levou consigo o francês Charles de Vaux como piloto e intérprete, e o piloto-mor de Pernambuco, Vicente Cochado. Os exploradores portugueses acreditaram que a Estrela de Belém guiaria o capitão Castelo Branco a bom porto – *Transeamus usque Bethlem (Vamos até Belém)*, segundo o Evangelho de São Lucas²³. Após 18 dias de viagem, a 12 de janeiro de 1616, desembarcaram nas tabas Tupinambá²⁴, onde ergueram uma fortificação denominada de Forte do Presépio, e

²² ARAÚJO, Renata Malcher de. **As Cidades da Amazônia no Século XVIII Belém, Macapá e Mazagão.** Porto: FAUP, 1998, p. 77.

²³ AZEVEDO, João Lúcio de. **Os jesuítas no Grão-Pará.** Lisboa, 1901.

²⁴ **Tupinambá** – Era uma gigantesca tribo indígena, conhecida pela sua valentia nas guerras, ocupavam as duas margens da grande ilha (provavelmente a Ilha do Marajó). Espalhavam-se por todo o litoral brasileiro, do Sudeste ao Pará. Possuíam várias aldeias do Caju, Mortiguara e Iguape. Eram exímios no arco e flecha, e com destreza disparavam. São tão temidos, que só em ouvir o nome, não há quem não se rendesse. Fonte: ACUNA, 1994, p. 171; 173 -175.

batizaram a região de “Feliz Luzitânia”²⁵. Essa viagem serviu de trampolim para a ocupação do vasto território desconhecido a Oeste.



Figura 9: Planta da Cidade de Belém, fortificada pelo método mais simples.
Autor: Sargtº Mor Engº Gaspar João Geraldo de Gronfeld, s/d.
Fonte: AHEx – Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro

Ajudados pelos Tupinambás, levantaram uma dupla linha de paliçada, repleta de areia, formando um parapeito do lado do mar, onde montaram dez peças de artilharia das que trouxeram da frota. Essa descrição acha-se em Fr. Agostinho de Santa Maria Jaboatão, Aires do Casal, Constâncio Abreu Lima, James Anderson, David Warden, Manoel Barata, e vários outros. Mais tarde, em 1617, os Tupinambás, liderados por um índio chamado “Cabelo de Velha”, reuniram-se para lutar contra os portugueses.

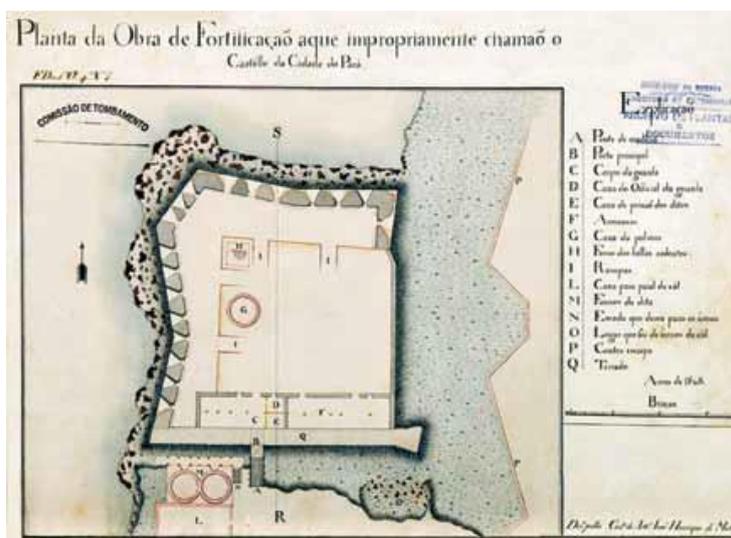


Figura 10: Planta da Obra de Fortificação, século XVIII
Fonte: AHEx – Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

²⁵ REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia que os portugueses revelaram**. Ministério da Educação e Cultura: Serviço de Documentação, 1956, p. 21.

Os Tupinambá colaboraram com os portugueses nos primeiros tempos, mas depois se rebelaram contra a tirania e a opressão dos colonizadores. Sem as armas de fogo dos invasores, caíram nas mãos de renomados matadores de índios da história colonial da Amazônia: Bento Maciel Parente, Pedro Teixeira, Pedro da Costa Favela, Jerônimo Fragoso de Albuquerque, Francisco Caldeira Castelo Branco, e outros.

Os portugueses travaram lutas com os nativos da região, inicialmente nas aldeias de Cumá, Caju, Mortiguara (Conde), Iguape, Guamá (1617), onde massacraram as populações nativas²⁶.

De 1617, que foi a época em que as aldeias Tupinambá foram arrasadas pelas tropas de guerra de Castelo Branco, passando pelo genocídio fomentado por Bento Maciel Parente de 1621 a 1626, e Álvaro de Souza, em 1635, para tomar posse de seus domínios, em pouco tempo os Tupinambá estavam extintos. Os últimos migraram para as Ilhas de Tupinambarana, atual município amazonense de Parintins.

Os militares, com os padres, funcionários civis e outros aventureiros, na sua maioria degredados, formaram a estrutura inicial do sistema colonial português que viria a se implantar na Amazônia. Frei Antonio de Marciana, superior dos franciscanos de Santo Antônio, chegou ao Pará nos primeiros momentos, em 1617, e logo assumiu posição de destaque. Foi adjunto de Custódio Valente, 5º Capitão-Mor do Pará, que tomou posse em 1619²⁷.



Figura 11: Planta do Pará, s/d
Fonte: AHEx – Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

²⁶ GARCIA, Etelvina. **Amazonas, notícias da História: período colonial**. 2ª ed. rev. Manaus: Norma Ed., 2006, p. 28-29.

²⁷ REIS, Arthur César Ferreira. **A conquista espiritual da Amazônia**. São Paulo, 1942, p. 11.

A localidade alta, de quatro a cinco braças acima do nível comum das terras, adaptava-se aos dispositivos de defesa militar. A do Forte do Presépio tinha duas faces²⁸ escarpadas para os dois rios.

Era ligado ao continente apenas por uma estreita faixa de terra; o isolamento facilitava sua defesa. O forte erguido era de paliçada, em quadrilátero, feito de taipa de pilão²⁹ na margem do rio. Cestões guarneciam a da terra. Peças de artilharia apontavam para os inimigos eventuais³⁰.

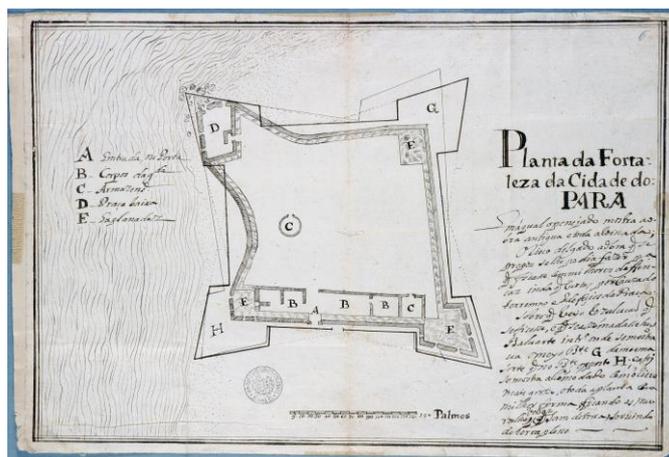


Figura 12: Planta da Fortaleza da Cidade do Pará, s/d
Fonte: AHEx – Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Portugal e Espanha plantaram-se à foz do Rio Amazonas e se preparavam para combater ingleses e holandeses, então senhores do vantajoso comércio na calha do Rio Amazonas. Historicamente, o Forte do Presépio foi o ponto de irradiação de forças civis, militares e eclesiásticas, que se lançaram na construção da Amazônia seiscentista.

Ao longo da primeira metade do século XVII, Belém ganhou as suas primeiras ruas e saídas pelo Forte e pela Igreja Nossa Senhora da Graça, a primeira erguida no povoado³¹. Nesse período observaram-se as primeiras edificações, feitas com materiais simples, predominantemente de taipa e taipa de pilão. Entre o rio e o igarapé, cercada por grandes massas hídricas e florestais, Belém chegou à primeira metade do século XVII como um núcleo colonial de pequena expressão.

²⁸ **Face** - Superfície plana e aparelhada. O termo é aplicado, em construção, para designar a superfície anterior ou superior, conforme o caso, de uma pedra ou tijolo. Superfície aparente de um elemento de alvenaria do muro. A face opõe-se ao TARDOZ, que é a superfície posterior oculta pela espessura do muro.

²⁹ **Taipa de Pilão** – A taipa é qualquer sistema em que os panos contínuos são executados diretamente no local, em que a terra não sofreu nenhum beneficiamento anterior. A taipa de pilão é conseguida comprimindo a terra dentro de formas de madeira. Fonte: CORONA & LEMOS. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Edart. 1972.

³⁰ GARCIA, Etelvina. **Amazonas, notícias da História: período colonial**. 2ª ed. rev. Manaus: Norma Ed., 2006, p. 24.

³¹ AMARAL, Ribeiro do. **Fundação de Belém do Pará: jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco, em 1615-1616**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 101.

O forte sofreu reformas em 1759 e em 1773. A partir de 1759 uma parte de suas instalações foi transformada em hospital. Em pouco tempo, o então Governador Fernando da Costa de Ataíde Teive o transformou em Hospital Militar. Esse local é conhecido hoje como a Casa das Onze Janelas.

Reformado e rearmado a partir de 1850, durante o governo de Jerônimo Francisco Coelho, Presidente da Província do Pará, o Forte do Presépio recebeu limpeza geral interna. Posteriormente, ganhou novos aposentos para tropa, a Casa do Comandante, a ponte sobre o fosso, um portão e muralha de cantaria³² pelo lado do Rio Guamá.

Em 1907, o Governo Federal autorizou a companhia "*Port of Pará*" a instalar-se nas dependências da edificação, e a promover as mudanças que lhe fossem convenientes, desde que se comprometesse a devolvê-lo com as muralhas reconstruídas e reformado. Em 1920, passou a ser administrado pelo Exército Brasileiro.

As dependências do forte foram utilizadas para diversas finalidades, tais como depósito de armamentos, munições ou outros materiais. Durante a 2ª Guerra Mundial, serviu de quartel para uma Bateria de Artilharia. Na década de 1950, as suas dependências abrigaram diversos serviços da 8ª Região Militar.

O Forte do Presépio foi tombado em 1962 pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Reformas e modificações atendiam a variados usos e descaracterizaram totalmente o Forte do Presépio. Ele abrigou um restaurante, bar, depósito e salão de festas da sede social do Círculo Militar de Belém.



Figura 13: Vista lateral da artilharia do Forte do Presépio, Belém, Pará.
Fonte: Graciete Guerra da Costa, 2014.

³² **Muralha de Cantaria** – Era uma muralha de pedras lavradas e cortadas segundo as regras da Estereotomia para serem aplicadas como constituição da própria muralha. **Fonte:** CORONA & LEMOS, 1972.

Na década de 1980, seu estágio de deterioração era intenso, havendo necessidade de garantir a integridade do conjunto arquitetônico militar por obras emergenciais.

A partir de 1983, o Exército Brasileiro, com recursos da Fundação Pró-Memória, o IPHAN, realizou obras de conservação e restauro.

Em visita ao local do forte³³, em outubro de 2014, verificou-se que ele está aberto à visitação pública, e em bom estado de conservação.



Figuras 14 e 15: Imagens da situação atual do Forte do Presépio, Belém, Pará.
Fonte: Graciete Guerra da Costa, 2014.



Figuras 16: Vista Aérea do Forte do Presépio, Belém, Pará.
Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2012.

³³ Visita realizada pela Arq. /Urb. Graciete Guerra da Costa, em 09 de outubro de 2014 ao local do Forte do Presépio em Belém - PA.

1.2. Forte de Santo Antônio de Gurupá – PA (1623)

Coordenadas geográficas: 01° 21' 43" S 051° 37' 15" W

O Forte de Santo Antonio de Gurupá localiza-se na Ilha de Gurupá, a Oeste da Ilha de Marajó, à margem direita do Rio Amazonas, no Estado do Pará. Fundado em maio de 1623, no mesmo local onde os holandeses construíram, em 1610, o Forte Mariocai ou Mariocay. Seu nome advém da língua falada por índios residentes entre a foz do rio Peri e a do rio Acaraí, à margem esquerda do rio Xingu, afluente do rio Amazonas³⁴.

A Ilha mede 151 km de comprimento e 35 Km de largura. É contornada pelo rio Amazonas, pelo canal de Gurupá e pelo “Furo³⁵” de Santa Maria. O “furo” é sempre um canal fluvial sem correnteza própria, que secciona uma ilha fluvial ou interliga componentes internos de uma planície de inundação. Os rios mandam águas para os lagos através dos furos. No estuário do Pará existe verdadeiro labirinto de furos sob a forma de delta no fundo do estuário.



Figura 17: Mappa Geographico do Rio das Amazonas e do Rio Negro, com a localização do Forte de Gurupá. **Fonte:** AHEx – Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Era comum confundir as posições do Forte de Maturu, que ficava ao Sul, com a posição de Mariocai, na margem norte. O Forte Mariocai servia de base logística para atacar posições estrangeiras, e evitar fechar o acesso possibilitado pelo canal. Do ponto estratégico de Gurupá, inúmeras expedições destruíram fortes estrangeiros como o de Mandiutuba, Rio Felipe, Torrego, Cumaú e Maricary³⁶.

³⁴ VIANNA, Arthur. As Fortificações da Amazônia. **Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará.** Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Tomo IV, 1905. p. 233.

³⁵ **Furo** - É sempre um canal fluvial sem correnteza própria, que secciona uma ilha fluvial ou interliga componentes internos de uma planície de inundação. Existem furos que interligam braços de rios no meio de uma planície. Outros cortam ilhas fluviais, transversal e obliquamente (Furos do arquipélago fluvial das Anavilhanas). No estuário do Pará existe verdadeiro labirinto de furos sob a forma de delta no fundo do estuário. **Fonte:** AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p.70-71.

³⁶ CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. **Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006.** Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009. p. 33.



Figura 18: Prospecto da Fortaleza de Gurupá (1756). **Autor:** eng. João André Schwebel. **Fonte:** MENDONÇA, 1963.

Segundo Ordem Régia de 20 de junho de 1618, os franciscanos da Província de Santo Antônio, os primeiros na Amazônia brasileira³⁷, foram encarregados de catequisar os gentios³⁸. As figuras 22 e 23 ilustram as feições indígenas do lugar, quando a Expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira passou pela região, de 1783 a 1792.

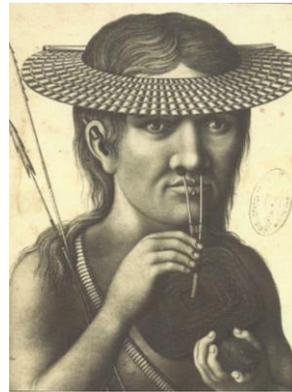


Figura 19: Índio da Amazônia vestindo tururi, e **Figura 20:** Índio mura inalando paricá, provavelmente 1786. **Fonte:** FERREIRA, 2007.



Figura 21: Discripção dos Rios Pará, Gurupá e Amazonas. **Autor:** Antonio Vicente Cochado, c. 1623. **Fonte:** MEIRELLES FILHO, 2009.

³⁷ REIS, Arthur Cézar Ferreira. **A conquista espiritual da Amazônia.** São Paulo, 1942.p. 11.

³⁸ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem ao Brasil. A Expedição Filosófica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá** (3 vols.). Rio de Janeiro: Kapa Editorial, 2007, p. 202

O mapa de Vicente Cochado, retratado na Figura 21, é um mapa manuscrito em duas seções, encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na Coleção D. Thereza Christina Maria. É considerado um dos primeiros registros de portugueses na Amazônia. Nele se vê a Cidade de Belém à esquerda no Rio Pará e Gurupá à direita³⁹. A bibliografia consultada sobre esse forte aporta necessárias considerações. Relata-se, por exemplo, que em 1619, na carta a El-Rei, o capitão Manoel de Souza d'Eça informava haver gente branca no Rio Corupá⁴⁰. Em agosto de 1621, Felipe III autoriza Bento Maciel Parente a explorar o Amazonas⁴¹. Segundo REIS⁴², nessa época, encontravam-se na Amazônia holandeses, ingleses e irlandeses que, por meio de benfeitorias comerciais e fortificações, procuravam alianças com os indígenas.

Nos fortes de Muturu⁴³ ou Maturu, Forte de Nassau, Forte Orange, Forte do Rio Jenipapo e Forte Mariocai seus ocupantes se envolveram em ataques na localidade onde o Xingu deságua no Amazonas. Por causa desses fatos, a metrópole ordenou ao Capitão Luiz Aranha de Vasconcellos expulsar os “hereges”⁴⁴ existentes no Rio Amazonas. Bento Maciel Parente exercia as funções de capitão-mor.

Com as instruções recebidas de Lisboa, Aranha de Vasconcellos organizou uma expedição de seis canoas e um bergantim⁴⁵, tripuladas por soldados, índios flecheiros e índios práticos, nos canais e ilhas da região. Atingindo o furo de Tajapurú, soube que Mariocai achava-se fortificado, artilhado e que nas suas águas havia uma nau de guerra holandesa. Nessa emergência, Aranha de Vasconcelos pediu ajuda a Bento Maciel Parente, que preparou uma expedição auxiliar constituída de um caravelão, um bergantim e vinte e duas canoas, com 70 soldados e 1000 índios flecheiros e remadores, saídos do porto de Belém em 18 de junho de 1623⁴⁶.

O Engenheiro Palma Muniz em seu relato sobre a Fortaleza de Gurupá, editado em Belém em 1927, discorre sobre os capitães na região dos furos. Bento Maciel Parente, Luís Aranha de Vasconcelos, Aires de Souza Chichorro, Salvador de Melo, e o piloto Antonio Vicente Cochado receberam ajuda dos franciscanos de Santo

³⁹ MEIRELLES FILHO, João. **Grandes expedições à Amazônia brasileira**. São Paulo: Metalivros, 2009, p. 23.

⁴⁰ Docs. Para a hist. da conquista e col. da costa leste-oeste do Brasil. 1903. Biblioteca Nacional.

⁴¹ REIS, Arthur César Ferreira. **Súmula de História do Amazonas**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965. Série Monteiro de Souza; v. II), p. 29.

⁴² REIS, Arthur César Ferreira. **Roteiro Histórico das Fortificações no Amazonas**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1966. p. 34.

⁴³ VIANNA, Arthur. As Fortificações da Amazônia. **Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará**. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Tomo IV, 1905. p. 232.

⁴⁴ **Hereges** – Holandeses e ingleses assim chamados por serem protestantes. Fonte: REIS, 1965.

⁴⁵ **Bergantim** – É uma embarcação com um ou dois mastros e vela redonda ou vela latina. Levava trinta remos e era utilizado como elemento de ligação, exploração, como auxiliar de armadas ou em outros serviços do género. Era um navio escolhido pelos reis, e grandes senhores, para sua utilização em cerimônias. Fonte: Instituto Camões.

⁴⁶ MUNIZ, Palma. **Relatório sobre a Fortaleza de Gurupá**. Manaus. Coleção Documentos da Amazônia nº129, Edições do Governo do Estado do Amazonas/ Secretaria de Estado de Cultura, 2004, p. 7.

Antônio e da massa gentílica. Arthur Reis afirma que trouxeram consigo aos pontos fortificados de Maturu (atual Porto de Moz) e Mariocai (atual Gurupá), sem a qual não teria sido possível obter sucesso contra os holandeses, uma vez que esses já dispunham de boas relações locais. Os franciscanos, entendendo-se bem com os índios, quebraram hostilidades, controlaram naturezas rebeldes, conseguindo alianças imediatas e mais eficazes⁴⁷. Por esse motivo, a fortificação foi denominada de Forte de Santo Antônio de Gurupá. O pequeno forte holandês existente foi conquistado, e a nau, vendo-se acuada, incendiada pelos próprios tripulantes, dos quais somente um sobreviveu, aprisionado pelos expedicionários⁴⁸. Depois disso, Bento Maciel Parente, em julho de 1623, resolveu ocupá-las, restaurando as paliçadas e o restante do pequeno forte.

Construído na ponta de terra firme em taipa de pilão, com pequeno reduto protegido por paliçadas⁴⁹. Pelo lado da terra, assentaram peças de artilharia e a guarnição. O comando do forte foi entregue ao capitão Luís Aranha de Vasconcelos, com a incumbência de continuar combatendo os “hereges” invasores do Rio Amazonas.

O Forte de Santo Antônio de Gurupá não se livrava dos ataques e as embarcações holandesas sequer abandonaram o caminho do vale. Continuaram a manter lucrativos negócios com os índios do Marajó, sem insistir em posições fortificadas. A razão de tanta insistência e procura eram as “drogas do sertão”⁵⁰ e uma grande extensão de terra chamada “*terras pretas*”⁵¹, que recobriam depósitos antigos de conchas calcárias dos chamados uruás⁵².

⁴⁷ REIS, Arthur Cézár Ferreira. **A conquista espiritual da Amazônia**. São Paulo, 1942.

⁴⁸ MUNIZ, Palma. **Relatório sobre a Fortaleza de Gurupá**. Manaus. Coleção Documentos da Amazônia nº129, Edições do Governo do Estado do Amazonas/ Secretaria de Estado de Cultura, 2004, p. 7.

⁴⁹ **Palissadas ou Paliçadas de pau-a-pique** – Vedação feita com estacas de madeira fina fincadas na terra, obtida por uma trama de varas de madeira, fixadas no piso e no teto, coberta por argamassa.

⁵⁰ **Drogas do sertão** – Produtos nativos da região amazônica, conhecidos como especiarias, entre eles: cacau, cravo, urucum, salsaparrilha, canela, puxuri, baunilha, anil e óleos vegetais como andiroba e copaíba. A coleta e o comércio desses produtos foram a base da economia mercantilista, no início da ocupação amazônica pelos europeus. Fonte: REIS, 1956.

⁵¹ **Terras Pretas ou Terra Preta Arqueológica (TPA), Terra Preta de Índio (TPI) ou Terra Preta (TP ou Uruás)** - são áreas de solo que foram afetadas pelo homem pré-histórico, de cor escura, com restos de material arqueológico e alto teor de Ca, Mg, Zn, Mn, P e C. A coloração escura deve-se principalmente à presença de material orgânico decomposto. Os elevados teores de C orgânico, bem como os de P, Ca e de Mg, são resultantes da deposição de cinzas, resíduos de peixes, conchas, caça, dejetos humanos, entre outros compostos orgânicos. Por essa razão, a fertilidade química da TP é significativamente superior à maioria dos solos amazônicos não perturbados pela atividade humana pré-histórica, geralmente ácidos e pobres em nutrientes. **Fonte:** (Rodrigues, 1996; Kern & Kämpf, 1989; Woods & McCann, 1999; McCann et al., 2001; Lima et al., 2002). A maioria dos sítios arqueológicos está localizada nas margens de rios, tanto os de águas brancas como Purus, Madeira, Juruá, Solimões e Amazonas; como os de águas claras, a exemplo do Trombetas, Tapajós e Mapuera; ou ainda nas margens de rios de águas negras como o Rio Negro, Urubu, Caxiuanã e Mapuá. **Fonte:** (Kern et al., 2003).

⁵² **Uruás** – O mesmo que “Terras Pretas” antigos depósitos de conchas calcárias, verdadeiro sambaqui. A situação dessas “terras pretas” estava indicada no mapa do Município de Gurupá. Era conhecido dos portugueses do período colonial, citado pelo Sargento-mor Gronfeld, como grande depósito de sambaqui,

Em 1636, Bento Maciel Parente contestou a manutenção do Forte considerada pouco útil, apesar de haver registros confirmando seu papel de sentinela contra comerciantes de madeira e de peixe-boi, produtos até hoje muito valorizados na região. Em 1639, um novo ataque pelo capitão Roger North, auxiliado de 20 canhões teve a guarnição do Forte de Gurupá a missão de dificultar, senão de impedir o comércio da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. O capitão João Pereira e Cáceres surpreendeu e prendeu os holandeses, seus navios e a guarnição que o acompanhava⁵³.

Entre 1627 e 1632, segundo o Barão do Rio Branco⁵⁴, Bento Maciel Parente apresentou à Corte Espanhola um Memorial, o projeto da divisão das terras do Norte do Brasil em grandes capitânicas, que seriam dadas a pessoas ricas e respeitadas para que fossem povoadas, fortificadas e cultivadas. Para a Real Coroa reservaram-se as Capitânicas do Maranhão e do Rio Amazonas, alás, as mais importantes daquela Região⁵⁵. El Rei Felipe III expediu Carta Régia de 13 de abril de 1633, referindo-se a esse documento, mas o conteúdo não se encontrou publicado.

O Forte de Gurupá foi administrado por João de Mello Gusmão, de 1633, até 1637, seguido de João Pereira e Cáceres, para nele servir, de 1637 a 1639. Em 1636, acolheu dois religiosos franciscanos, o frei Domingos de Briebe e o frei André de Toledo, e seis soldados da célebre expedição do capitão Juan de Palácios, acompanhando-os até Belém. Pereira e Cáceres recepcionou Pedro Teixeira, em 1637, na sua jornada no Rio Amazonas.

Segundo Garrido, em 1639, afugentadas as forças holandesas, para lá retornaram forças sob o comando do Capitão João Pereira Cáceres⁵⁶. Seu tempo de capitão-mor de Gurupá foi prorrogado até 1642. Em 1645, os frades carmelitas, construíram um pequeno convento em Gurupá, abandonado em 1674, por causa de uma peste que quase dizimou a população indígena.

Pela sua localização como área obrigatória de passagem, o Forte de Gurupá recebeu visitantes ilustres como o bandeirante paulista Antônio Raposo Tavares, que chegou com 59 homens da capitania de São Paulo e mais alguns gentios, em 1651.

Em 5 de outubro de 1652 o padre Antônio Vieira desembarcou em Belém, respaldado de autorização para irradiar a catequese.

próprio para a fabricação da cal. **Fonte:** Carta de Gronfeld, em 3 de março de 1763. Corresp. De div. Com o gov. 1752-1764. Cód. Manuscrito. Do Arch. Público do Pará, n. 6.

⁵³ REIS, Arthur César Ferreira. **Súmula de História do Amazonas**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965. Série Monteiro de Souza; v. II), p. 26.

⁵⁴ RIO BRANCO. **Frontières entre le Brésil et la Guianne Française**. Tomo II. Docs.1899.

⁵⁵ MUNIZ, Palma. **Relatório sobre a Fortaleza de Gurupá**. Manaus. Coleção Documentos da Amazônia nº129, Edições do Governo do Estado do Amazonas/ Secretaria de Estado de Cultura, 2004, p. 11.

⁵⁶ GARRIDO, Carlos Miguez. **Fortificações do Brasil**. Separata do Vol. III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil. RJ: Imprensa Naval, 1940, p. 23.

A Coroa confiou aos jesuítas um destacado papel na catequização dos gentios, sem os quais não seria possível a coleta das “drogas do sertão”, o cultivo das variadas lavouras e o serviço de guia pelos labirintos dos rios, igarapés, furos e igapós da selva amazônica⁵⁷.

O governador André Vidal de Negreiros, em 1655, confiou aos jesuítas a administração das expedições para o sertão, notícia mal recebida e que gerou descontentamentos e até rebelião. Privado de seu emprego militar específico, o forte começou a se deteriorar, sendo necessária a sua reconstrução no final do século XVII.

De 1690 a 1694, Manoel Guedes Aranha serviu como capitão-mor de Gurupá. Ele relata o estado de ruína do forte, mostrando a necessidade de reforma total. Ao que se saiba, não há desenho da reconstrução que transformou o antigo forte e aumentou suas dimensões.

A edificação militar de Gurupá tinha pedra, cal e muralhas alçadas sobre a terra firme em que foi edificada em 1695.

A falta de documentação histórica bloqueia a indicação de seus comandantes. Em 1727, o estado de conservação do forte foi considerado impróprio, tanto assim que seu comandante, o sargento-mor Carlos Varjão Rolim, engenheiro de fortificações, enviou para Portugal plantas e orçamentos para o reparo do forte.

O Forte de Gurupá, mesmo danificado, continuou sendo um ponto estratégico importante para explorar a mão-de-obra indígena das aldeias do Rio Xingu, como Soure, Porto de Móz, Carrazedo, Almeirim, Arraiolles, Espozenda, Outeiro, Arapijó, Caviana e Maturu. O comandante do forte recebia o dízimo da farinha, fiscalizava as plantações de roça, e de Gurupá abastecia os portugueses em Belém e Macapá.

Depois do Tratado de Madrid, em 1750, assumiu o governo o Capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do então Conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal. Seu enérgico governo seguia a Lei de 7 de junho de 1755 que secularizava as missões religiosas e declarava o índio livre, mas explorava a sua mão-de-obra em serviços públicos e particulares⁵⁸.

Quando a Comissão Demarcadora de Limites chegou a Belém, em 1753, faziam parte o engenheiro alemão Gaspar João Gerhaldo de Gronfeld, o jesuíta húngaro Pe. Ignacio Semartoni, os italianos João Angelo Brunelli, Henrique Antonio Galluzzi, Antonio José Landi, Domingos Sambucetti e outros⁵⁹. A situação do Forte de Gurupá melhorou, e a guarnição foi fortalecida.

⁵⁷ ARENZ, Karl. **Mão de obra da fé**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 10, Nº 112, Rio de Janeiro, 2015. p. 26-29.

⁵⁸ MUNIZ, Palma. **Relatório sobre a Fortaleza de Gurupá**. Manaus. Coleção Documentos da Amazônia nº129, Edições do Governo do Estado do Amazonas/ Secretaria de Estado de Cultura, 2004, p. 22.

Nove anos mais tarde, Gronfeld iniciou demolições das muralhas e elaborou duas plantas: uma do real estado do forte velho e outra das modificações que pretendia realizar⁶⁰. Por causa da falta de material de construção e carência de índios, o serviço não teve êxito. O engenheiro Gronfeld, ao procurar materiais construtivos nas redondezas de Gurupá, relatou em carta⁶¹ datada de 3 de março de 1763, a presença de “Terras Pretas” na Região.

Gronfeld foi substituído pelo ajudante engenheiro Domingos Sambucetti, que recebeu novas ordens para continuar os trabalhos e lá ficando até fins de 1765.

Em carta de 7 de março de 1764, Manoel da Mota Siqueira comunicou o abandono do forte pelos moradores e o mato tomou conta do local⁶².



Figura 22: Planta da Fortaleza de Gurupá, segundo projeto de Gaspar Gronfeld, 1762.
Fonte: MENDONÇA, 1963.

Apesar de sua importância estratégica, o Forte de Santo Antônio de Gurupá foi abandonado, em 1774, a favor da Fortaleza de Macapá. Mesmo desgastado pelo tempo, continuou sendo muito visitado, com rigorosa fiscalização de pessoas.

A expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira⁶³, em seu primeiro conjunto de viagens em torno de Santa Maria de Belém do Grão-Pará (Belém), Ilha do Marajó, e baixo Tocantins, à altura de Cameté, passou por Gurupá e relatou sua decadência⁶⁴.

⁵⁹ COSTA, Graciete Guerra da, CINTRA, J. P. “Mappa geral do Bispado do Pará: um novo paradigma da cartografia amazônica”. In: **V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, Petrópolis – RJ, 2013.

⁶⁰ **PLANTA da Fortaleza de Santo Antonio de Gurupá, Gronfeld, 1762. Mss. Arquivo Histórico do Exército.**

⁶¹ Carta de Gronfeld, em 3 de março de 1763. Corresp. De div. Com o gov. 1752-1764. Cód. Manuscrito. Do Arch. Público do Pará, n. 6.

⁶² VIANNA, Arthur. As Fortificações da Amazônia. **Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará.** Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Tomo IV, 1905. p. 236.

⁶³ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem ao Brasil. A Expedição Filosófica pelas Capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá** (3 vols.). Rio de Janeiro: Kapa Editorial, 2007.

⁶⁴ FILHO, João Meirelles. **Grandes Expedições à Amazônia Brasileira 1500-1930.** São Paulo: Metalivros, 2009, p. 78.

Gurupá ocupou posição estratégica de controle, até ficar sem comando e com apenas cinco soldados.

Em 1779, faleceu naquela localidade o sargento-mor e engenheiro alemão Gaspar João Gerhald de Gronfeld.

Adler Homero⁶⁵ informa que no relatório provincial de 1860 a Fortaleza de Santo Antonio de Gurupá estava em ruínas e sem função fiscal. Em 1930, foi recuperado pelo Exército Brasileiro. Em 1958, a fortificação encontrava-se guarnecida por um pequeno destacamento da 8ª Região Militar. Está tombado pelo IPHAN desde 1963, sob a guarda do Ministério da Defesa.

Hoje em 2015, o acesso ao portão de ferro batido, pelo lado de terra firme, é feito por uma escadaria. O que sobrou do forte projetado por Gronfeld são muralhas de cal e pedra, e poucas peças de artilharia ameaçadas por erosão fluvial, por não possuir terrapleno. Ainda assim pode ser visitado.



Figura 23: Prospecto do Sítio de Aÿcajo, q' deriva o seu nome de huma ponta de terra passando a Fortaleza de Gurupá (1756). **Autor:** Eng. João André Schwebel.
Fonte: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na era pombalina. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963.

⁶⁵ CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. **Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006.** Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009. p. 54.

1.3. Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro - Manaus – AM (1669)

Coordenadas geográficas: 03° 08' 55" S 059° 57' 16" W

A Fortaleza de São José da Barra⁶⁶, ou Forte da Barra de São José do Rio Negro, ou Forte de São José, ou Casa Forte, foi erguida – provavelmente em 1669 – para resguardar o Rio Negro⁶⁷ das incursões consideradas inimigas. Era uma porção ribeirinha de um sistema de colinas tabuliformes, à altura de 44,99 metros sobre o nível do mar, aos 003° 08' 07" de latitude Sul e 060° 61' 34" de longitude Oeste de Greenwich. Há dúvidas sobre a localização exata do extinto forte, apesar de ter sido objeto de pesquisa pela empresa Zanettini Arqueologia, em 2002, não encontraram vestígios da fortificação naquele local.

Em 1668, o general Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho Velho, primeiro Governador do Maranhão e Grão-Pará, determinou que o capitão de artilharia Francisco da Mota Falcão⁶⁸ erguesse um posto avançado e fortificado, capaz de controlar a circulação de embarcações holandesas ou espanholas junto aos rios Negro, Solimões e Amazonas⁶⁹.

Em 1669, Francisco da Mota Falcão lançou os alicerces, em nome de Portugal, da Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro, ajudado por seu filho Manoel da Mota Siqueira. Necessitavam os portugueses de um posto avançado e militarmente protegido, capaz de garantir a posse das terras da Amazônia.

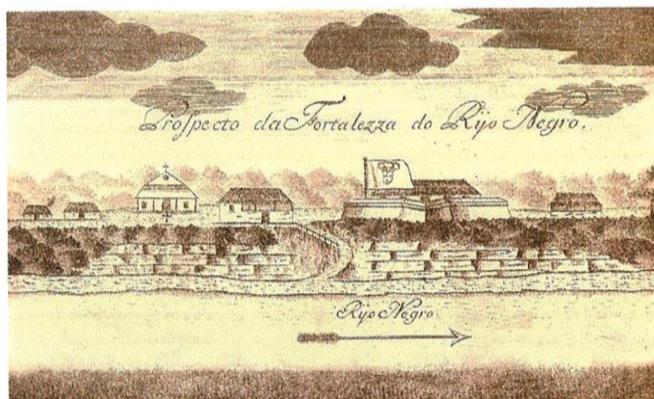


Figura 24: Prospecto da Fortaleza do Rio Negro (1756). **Autor:** eng. João André Schwebel. **Fonte:** MENDONÇA, 1963.

⁶⁶ **Barra** – Entrada de um porto. Embocadura. Lugar compreendido na jurisdição da vila de Serpa e situado na ribeira oriental do rio Negro duas léguas acima de sua foz sobre terreno proeminente ao rio, cujos arredores igarapés cristalinos recortam. Deste ponto se goza amplo prospecto.

⁶⁷ SILVA, Acionílio Brüzzi Alves da. **A Civilização Indígena do Uaupés: observações antropológicas etnográficas e sociológicas**. 2ª Edição. Roma: Libreria Ateneo Salesiano, 1977.

⁶⁸ **Francisco da Mota Falcão**. Engenheiro militar português, tinha o posto de Capitão. Veio para o Brasil onde foi destacado para trabalhos de fortificações no Norte do país. Ergueu, também às próprias expensas nos sítios que lhe foram indicados, em troca da mercê do governo vitalício de uma delas, o Forte do Paru, o Forte de Óbidos, e o Forte dos Tapajós, em Santarém.

⁶⁹ COSTA, Graciete Guerra da, e FILHO, Antonio Rodrigues da Silva. "Fundação da Cidade de Manaus". In: **I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, Rio de Janeiro - RJ, 2005.

Francisco da Mota Falcão propôs construir quatro fortes na Amazônia, em troca do comando de um deles. O Forte de São José da Barra do Rio Negro – Manaus-AM está entre os quatro fortes; Fortaleza dos Tapajós – Santarém-PA; Forte Pauxis de Óbidos-PA; Forte do Paru – Almeirim-PA) construídos por Mota Falcão, que, com a sua morte, foram concluídos por seu filho Manoel da Mota Siqueira.

A partir daquele momento, as terras vizinhas e originárias de Manáos atraíram novos moradores, em um povoado, denominado de Lugar da Barra.

A região onde os portugueses implantaram o Forte de São José da Barra do Rio Negro correspondeu ao local da antiga Aldeia dos Manáos⁷⁰, e também um dos velhos acampamentos de tropas de resgate, e foi escolhido em função de suas características estratégicas militares. Estava em um grande platô de desenho triangular, vastamente irrigado, localizado à margem esquerda do Rio Negro, próximo à confluência com o Rio Solimões⁷¹.

A aldeia dos Manáos era imensa e a ambição desmedida do colonizador em invadir e explorar as terras, aprisionar, vender e matar sem qualquer limite tornava impossível a convivência saudável entre eles. Nesse cenário de guerra encontrava-se Ajuricaba, guerreiro chefe da tribo dos Manáos, que decidiu enfrentar o inimigo, comandando uma rebelião que se tornaria o símbolo da reação dos índios do Rio Negro contra a opressão. Atacou, lutou, negociou e aliou-se com os holandeses da Guiana. Todavia, segundo Arthur Reis⁷², a rebelião *“foi arranjada para aprovação da guerra pretendida, exigida pelos sertanistas e comerciantes, impedidos de seus lucros, enquanto os Manáos estivessem sem armas”*. Atacado pela retaguarda, Ajuricaba foi preso, depois de muita luta, na qual perdeu seu filho Cucunaca, tão bravo quanto ele. Acorrentado e levado ao Pará para ser julgado, no caminho, lançou-se à água, morrendo afogado⁷³.

⁷⁰ SILVA, Acionílio Brüzzi Alves da. **A Civilização Indígena do Uaupés: observações antropológicas etnográficas e sociológicas**. 2ª Edição. Roma: Libreria Ateneo Salesiano, 1977.

⁷¹ COSTA, Graciete Guerra da. **MANAUS: Um estudo de seu patrimônio arquitetônico e urbano**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2013.

⁷² REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. – (Coleção reconquista do Brasil. 2ª série; v. 145), p. 102.

⁷³ GARCIA, Etelvina. **Amazonas, notícias da História: período colonial**. 2ª ed. ver. Manaus: Norma Ed., 2006.

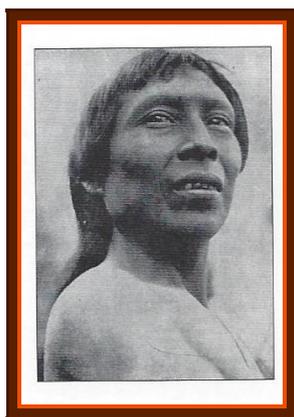


Figura 25: Imagem de Ajuricaba.
Fonte: GARCIA, 2006.

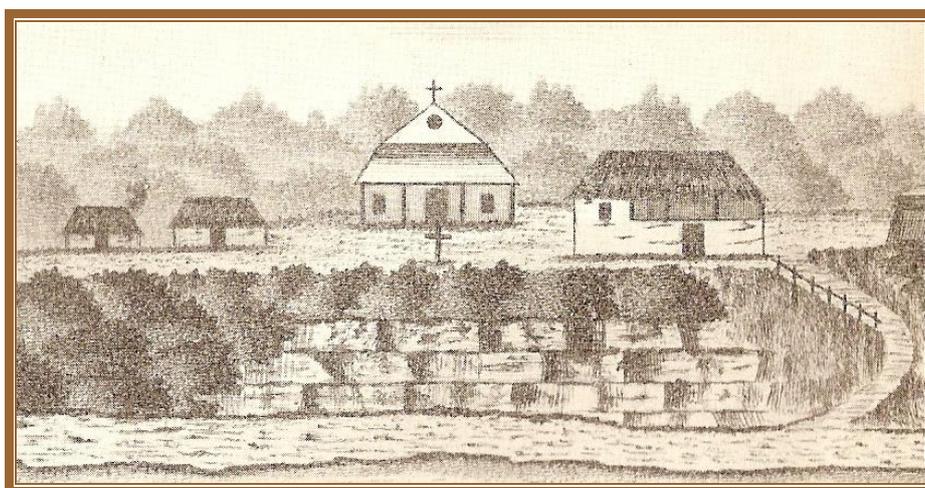


Figura 26: Detalhe do Prospecto da Fortaleza do Rio Negro (1756).
Autor: Eng. João André Schwebel. Mostra a Capela de Nossa Senhora da Conceição e a construção de dois pavimentos “nortenha”. **Fonte:** MENDONÇA, 1963.

No detalhe da iconografia de 1756, figura 26, denominada *Prospecto da Fortaleza do Rio Negro*, elaborada pelo capitão engenheiro João André Schwebel e preservada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, é possível reconhecer os principais elementos do Lugar da Barra: o Rio Negro, sua barranca, o Forte, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição com copiar⁷⁴ e cruzeiro⁷⁵, uma edificação com dois pavimentos, que lembra as construções rurais do norte de Portugal. Tudo isso se soma a três construções semelhantes – todas com uma única abertura e bem ao gosto indígena. É importante salientar que, além do aspecto de aldeia linear, todas os elementos se voltam para o rio Negro.

⁷⁴ **Copiar ou Copiára ou Tacaniça** – Nos telhados de mais de duas águas dois copiares determinam um plano triangular. Essa parte triangular das coberturas costuma-se chamar também de copiar.

⁷⁵ **Cruzeiro** – Nome que se dá à cruz de pedra ou madeira levantada nos adros de certas igrejas, em praças, cemitérios ou estradas. Geralmente são cruzes latinas, isto é, aquelas que tem ramo inferior mais comprido que os outros.



Figura 27: Planta (croquis) da Cidade de Manaus (1852).

Autor: J.B. de F. Tenr. Aranha, 1832.

Fonte: Disponível em: <www.am.trf1.gov.br/biblioteca/MANAUS> Acesso em: 5/1/2006.

Em sentido estritamente didático, é possível afirmar que o cateto menor desse triângulo irregular corresponde à linha ribeirinha que se desenvolve da foz do rio Tarumã-Açu (a Oeste) até a curva do Rio Negro (na porção Sul). O cateto mediano desenvolve-se da curva citada à foz do braço do Rio Puraquequara (a Leste), já acompanhando o Rio Amazonas, após o chamado “*encontro das águas*” dos rios Negro e Solimões. O cateto maior corresponde à linha interiorana que une as duas fozes, a do Rio Negro e a do Solimões, que deságuam para formar o Rio Amazonas.

Desta vasta gleba de terra ocupada pela cidade de Manaus⁷⁶, uma fração menor foi escolhida para a construção de uma fortificação, localizada junto ao cateto menor, banhado pelo Rio Negro, e delimitado pelos igarapés⁷⁷ de São Raimundo e dos Estudantes. Segundo o geógrafo Aziz Nacib Ab’Sáber⁷⁸, o sítio físico onde implantaram o forte “*possui uma situação absolutamente privilegiada em face das extensões amazônicas e do gigantesco quadro de drenagem da bacia hidrográfica regional*”.

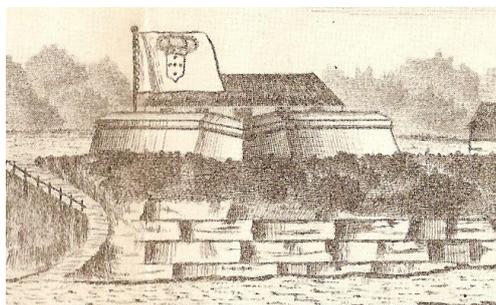


Figura 28: Detalhe do Prospecto da Fortaleza do Rio Negro (1756).

Autor: Eng. João André Schwebel.

Fonte: MENDONÇA, 1963.

⁷⁶ COSTA, Graciete Guerra da. “The City, the forest and the center: Configurational analysis of Manaus”. In: **5th International Space Syntax Symposium**, Delft, THE NETHERLANDS, 13-17 June, 2005.

⁷⁷ **Igarapés** - [do tupi iara'pé, “caminho d'água”.] São canais naturais, estreitos, entre duas ilhas, ou entre uma ilha e a terra firme. Os banhos de igarapé faziam parte do hábito do Amazonense.

⁷⁸ AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Amazônia do discurso à práxis**. São Paulo: EDUSP, 2004. p.201.

A autoria do projeto do Forte da Barra é atribuída a Francisco da Mota Falcão, ajudado pelo filho Manuel da Mota Siqueira. Segundo o ouvidor Francisco Xavier Ribeiro Sampaio, o capitão Mota Falcão era “grande sabedor de assuntos militares”⁷⁹. Uma fortaleza de forma quadrangular foi erguida em taipa de pilão, sem fosso. Em torno dessa construção se agrupavam os índios Manáos, Barés, Banibás, Passés, Aroaquis, Juris e de outras tribos; não tardou e começou a se desenvolver o povoado que deu origem à atual cidade de Manaus⁸⁰.

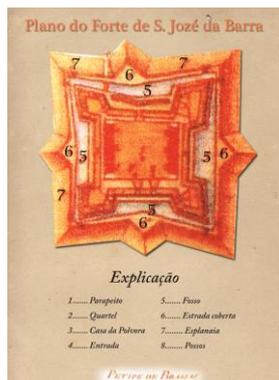


Figura 29: Planta do Forte de São José da Barra executada pelo Capitán Ingeniero João André Eschwel, no ano de 1756.
Fonte: LOUREIRO, e Luciana Gil, Manaus, 2013.

A expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira⁸¹ informou que, em 1774, a guarnição ordinária do forte era constituída de cem praças e de uma Companhia de Infantaria auxiliar, com o mesmo efetivo.

Sob o governo do Brigadeiro Manuel da Gama Lobo D’Almada, tornou-se sede da Capitania de São José do Rio Negro, em 1791, e elevada à categoria de Vila da Barra do Rio Negro, em 29 de março de 1808.

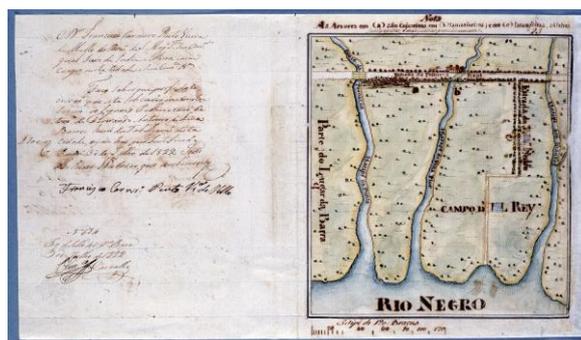


Figura 30: Desenho com a distribuição das terras, no ano de 1822.
Fonte: AHEx – Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

⁷⁹ SAMPAIO, Ribeiro de. 1825 - Diário da viagem que em visitação e correição das povoações da capitania de São José do Rio Negro, fez o ouvidor e intendente-geral da mesma, nos anos 1774 e 1775. Lisboa: Typ. da Academia. In: MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Fundação de Manaus**. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1994.

⁸⁰ COSTA, Graciete Guerra da. “A formação das cidades amazônicas: historiografia e Documentação”. In: **VI Simpósio Internacional Estados Americanos**, Natal-RN, 2012.

⁸¹ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem ao Brasil. A Expedição Filosófica pelas Capitánias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá** (3 vols.). Rio de Janeiro: Kapa Editorial, 2007.



Figura 31: Entrada da Vila da Barra do Rio Negro (final do século XIX).

Autor: Paul Macoy. **Fonte:** Disponível em: www.am.trf1.gov.br/biblioteca/MANAUS. Acesso em: 5/1/2006

Do antigo Forte de São José da Barra do Rio Negro nada mais existe. É provável que tenha sido demolido e suas pedras usadas para outros fins⁸².



Figura 32: Vista da cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Fonte: Graciete Guerra da Costa, 2013.

1.4 Forte de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Paru ou Forte da Vila de Almeirim – PA (1680)

Coordenadas geográficas: 01° 31' 43" S 052° 34' 37" W

Situado na zona fisiográfica do Baixo Amazonas⁸³ no Estado do Pará, antiga Aldeia do Paru, o Forte de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Paru tem nome de peixe também chamado de peixe-enxada e peixe-frade. Foi originada com os índios descidos do centro, e prosperou quando se uniu à taba dos índios do Rio Uacapari. Os fundamentos do povoado foram lançados pelos frades capuchos de Santo Antônio no mesmo local onde existia a aldeia⁸⁴.

Francisco da Mota Falcão, em 1669, já havia construído a Fortaleza da Barra do Rio Negro que deu origem à cidade de Manaus, e também as instalações da Fortaleza de Santarém na boca do Rio Tapajós, em 1697.

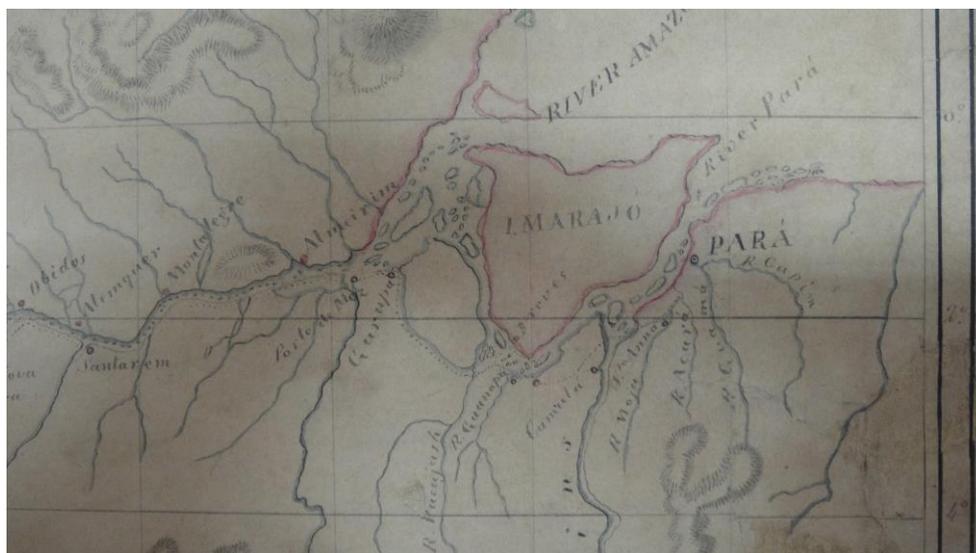


Figura 33: Detalhe do mapa com localização de Almeirim à esquerda.
Fonte: AHEx – Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Ao que tudo indica, o Forte do Paru foi construído em uma alta ribanceira, à margem esquerda do Rio Amazonas, no mesmo local onde existira o Forte do Desterro, na foz do Rio Uacapari, administrado pelos frades de Santo Antônio, por determinação do Governador citado, em data provável de 1680. Essa construção foi um dos principais fatores do desenvolvimento do povoado Aldeia do Paru.

Adler Homero avisa que, segundo o diário de viagem, em 30 de julho de 1691,

⁸² Visita realizada pela Arq. /Urb. Graciete Guerra da Costa, em 20 de agosto de 2013 ao suposto local do Forte da Barra, em Manaus - AM.

⁸³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Página visitada em 26/08/2013.

⁸⁴ MACHADO, José de Paula. **Tapajós: o baixo amazonas**. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

o Pe. Samuel Fritz⁸⁵ teria passado em frente do Forte de Paru aparentemente abandonado, com apenas um sargento e alguns índios⁸⁶.

Adler Homero de Castro, em seu livro, comunica que, em 1697, o Forte do Paru foi atacado por 60 franceses vindos de Caiena, comandados pelo Marquês de Férroles, Governador da Guiana Francesa. Na invasão de terras do interior do Amapá, tomaram o Forte de Santo Antônio de Macapá, e seguiram para o Forte do Bom Sucesso do Paru. Os franceses, ao chegarem ao Paru, destruíram parte da fortificação e, antes de voltarem à Guiana, fincaram sua artilharia. Quase sempre mantendo boas relações, capuchos e comandantes do forte se uniram numa ação em Paru, desencadeando a reconstrução e reparos no Forte do Paru para continuar a expansão de seus trabalhos⁸⁷.



Figura 34: Mapa de localização dos fortes - Pará, século XVIII

Fonte: CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. *Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006*. V. 2 – Regiões Norte e Nordeste. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

Em 1745, devido ao desgaste do tempo e do clima quente e úmido, o Forte do Paru teve que ser reconstruído. Como não havia meios para pagamento de soldos aos reconstrutores, os próprios soldados arcaram com os custos de manutenção e obras de reconstrução, em troca de promoção de patente, ou recepção de cargos e

⁸⁵ **Samuel Fritz** – Era um jovem padre, muito culto, filho de nobres alemães, que se embrenhou na Amazônia colonial espanhol. Fundou dezenas de missões em áreas indígenas nos rios Napo e Solimões, só nas terras dos Omágua foram 28. Fonte: GARCIA, 2006.

⁸⁶ CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. **Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006**. V. 2 – Regiões Norte e Nordeste. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009. p. 37.

⁸⁷ CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. **Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006**. V. 2 – Regiões Norte e Nordeste. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009. p. 37.

honorárias por tempo determinado⁸⁸. A guarnição do forte era sempre um problema.

Anos mais tarde, sem homens suficientes para suprir as necessidades da guarnição, o governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, apontou ao Conselho Ultramarino a necessidade de aumentar, no mínimo em 10 homens, o efetivo do Forte do Paru. Essa reforma nas tropas, em 1752, melhorou as condições de defesa do lugar, inclusive por ter assumido o comando um oficial das tropas de Belém, mais bem capacitado.

Em 1758, por ato do Governador e Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, foi elevado à categoria de vila com denominação de Vila de Almeirim e, em 22 de fevereiro de 1758, desmembrou-se de Gurupá.

O governador Martinho de Sousa Albuquerque, quando visitou o forte, em 1784, escoltado pelo Sargento-mor de Engenheiros João Vasco Manuel Braun, informou que ele estava desmoronando.

As construções não ficavam por muito tempo sem reparos. Para tal, enviaram o Capitão engenheiro Gaspar João Geraldo Gronfeld⁸⁹ que elaborou um documento mostrando que o forte tinha sido reformado na gestão de Manoel Bernardo de Melo e Castro (1759-63) e que, em 1773, a edificação era apenas “um pequeno quadrado em figura de estrela, com 145 palmos [31,9 metros] de lado. Por esse motivo, não tinha como se defender”⁹⁰.

O Tratado de Santo Idelfonso, assinado em 1^o de outubro de 1777, entre Portugal e Espanha, manteve os limites do Tratado de Madri, para as possessões das duas nações ibéricas, nos confins do Grão-Pará.

Após o Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, os aldeamentos e os postos militares de uma ou outra Coroa, surgidos fora dos limites estabelecidos pelo Tratado de Madri, deveriam trocar de mãos.

Em plena Amazônia, o Forte do Paru no período das Guerras Napoleônicas (1803 a 1815), voltou a ser pensado como instrumento de defesa, devido à sua estratégica posição. Em 1793, o governador do Pará deliberou que um grupo de 60 soldados deveria permanecer na vila ou em suas proximidades, e que se reportassem ao comando de um tenente-coronel, “para se disporem mais prontamente os socorros precisos para a Praça do Macapá em caso de ataque, como para se defender a súbita entrada pelo Amazonas”⁹¹.

⁸⁸ CASTRO, 2009, op. Cit. P. 37-38.

⁸⁹ **Gaspar João Geraldo de Gronfeld** – Capitão Engenheiro alemão que veio na Comissão Demarcadora dos Limites do Brasil, na partida Norte.

⁹⁰ Relatório de 1773, 16 de fevereiro de 1773.

⁹¹ CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. **Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006**. V. 2 – Regiões Norte e Nordeste. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009. p. 51.

A fortificação não foi usada para tal fim, uma vez que estava completamente destruída. No local do Forte de Almeirim do Paru havia apenas resquícios de sua existência, uma vez que nem artilharia possuía mais.

Estudiosos passaram por Almeirim: dois deles foram os naturalistas Johann B. Von Spix e Carl Frederich Ph. Von Martius⁹²; em sua Viagem pelo Brasil, partiram de São Paulo para o Amazonas e o Rio Negro, passando pela vila em 1819, e não relataram a existência do forte, destruído, sem soldados e abandonado.

A Independência do Brasil, em 1822, acabou com o sonho do Governo da Capitania de alargar os domínios coloniais portugueses para o Alto Amazonas.

A floresta se encarregou de camuflar qualquer vestígio de construção. Emaranhando-se uma nas outras, árvores frondosas brotam, crescem e engolem os restos da edificação. Isso ocorreu na maioria dos fortes visitados.

1.5. Forte de Santo Antônio dos Pauxis de Óbidos – PA (1685)

Coordenadas geográficas: 01° 54' 50" S 055° 31' 16" W

O Forte de Santo Antônio dos Pauxis fica localizado na região de Óbidos, interior do Estado do Pará, na antiga Aldeia dos Pauxis, à margem esquerda do Rio Amazonas, local onde suas águas se apresentam com 1.854 m de largura e chegam a 80 m de profundidade. Sua importância estratégica já havia sido avaliada por Orellana⁹³ e seus companheiros de aventura.

Um século depois da viagem de Orellana, o jesuíta Cristóbal de Acuña⁹⁴, em seu relato de viagem, mencionou a importância estratégica do maior estreito do rio.

Em 1637, subindo o Rio Amazonas em direção a Quito, na jornada que se estendeu até o Napo, Pedro Teixeira notou a garganta do rio⁹⁵.

O Forte foi construído em função da característica geográfica acima mencionada, distante 1.100 quilômetros de Belém por via fluvial, na parte mais estreita, e com seu canal mais profundo, no local conhecido como a "garganta do Rio Amazonas", ou a "fivela do rio", como preferem outros. Nesse ponto, a largura do rio é de cerca de 1.890 metros em seu leito normal.

⁹² MARTIUS, Carl Friedrich e Spix, Johan Baptist Von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/INL, 1975. p. 35, Tomo 3.

⁹³ CARVAJAL, Frei Gaspar de. **Relatório do novo descobrimento do famoso rio grande descoberto pelo capitão Francisco de Orellana**. São Paulo: Scritta, 1992.

⁹⁴ ACUÑA, Cristóvão d'. **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas**. 1641. RIHGB. Rio de Janeiro: Tomo XXVIII, Vol. XXX, Parte I, 2º Trim. /1865.

⁹⁵ VIANNA, Arthur. "As Fortificações da Amazônia". **Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará. Tomo IV**, 1905, consultado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Loc. II, 459, 2, 26), p.251.

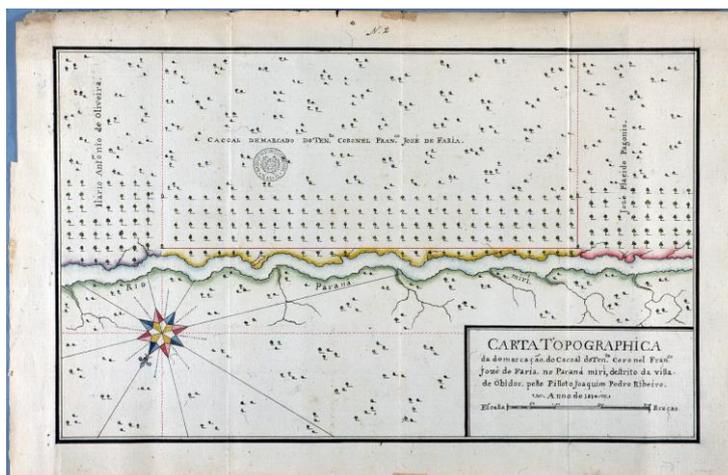


Figura 35: Carta Topographica de demarcação das terras, Vila de Óbidos, 1814.
Fonte: AHEx – Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

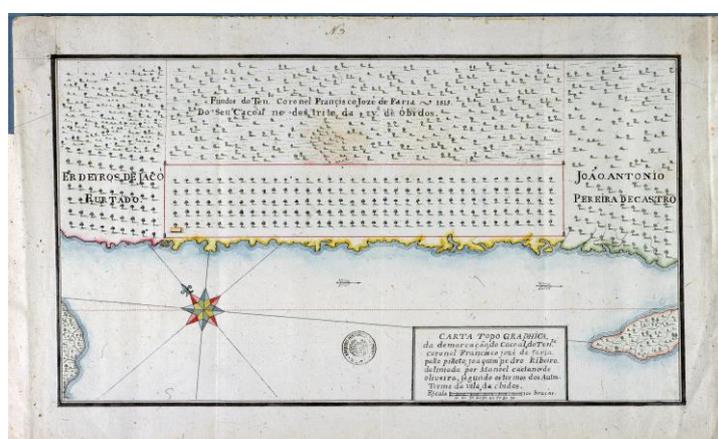


Figura 36: Carta Topographica de demarcação das terras, Vila de Óbidos, 1815.
Fonte: AHEx – Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Em 1679, o Governador Capitão-general do Estado do Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, visitou algumas casas-fortes, concluindo que elas não ofereciam condições de atender a suas finalidades. Enquanto isso, Manuel da Mota Siqueira trabalhava nos estabelecimentos militares engenhados por seu pai, o Capitão de Artilharia engenheiro Francisco da Mota Falcão. Estavam inacabados os fortes de São José do Rio Negro, Acaqui, Santarém e Paru. Coelho de Carvalho estivera em São José do Rio Negro, Santarém e Paru; não estavam em boas condições. Por esse motivo, ordenou a Mota Siqueira que, em vez de erigir sua última fortificação em Acaqui, preferisse um lugar na margem acima dos Tapajós, onde o rio se estreita⁹⁶.

Terminados os serviços, Manuel da Mota Siqueira recebeu de Sua Majestade, como prêmio, o comando do forte que escolhesse. Segundo Arthur Vianna, em *As Fortificações da Amazônia*, inserido nos *Annaes da Biblioteca e Archivo Público do*

Pará, Mota Siqueira escolheu o comando de Pauxis. Pauxis era lugar farto pela cultivo intensivo de alimentos realizado pelos índios aldeados. Entre 1693 e 1694, pelas Cartas Régias, o Rei de Portugal procedeu à divisão do espaço onde as ordens religiosas promoveriam a conversão da gentilidade⁹⁷. Os frades da Piedade organizaram o aldeamento dos Pauxis, e outros aldeamentos, que aumentaram o povoado.

O nome atribuído ao forte deve-se à Aldeia dos Pauxis, que vivia nas cercanias e explorava a mão-de-obra dos nativos, mobilizados para o trabalho de construção.

Pauxis não se firmou pelo poder bélico, tampouco pela técnica construtiva empregada, mas à fiscalização das embarcações que subiam e desciam o Rio Amazonas na caça ao gentio ou à colheita das “drogas do sertão”. Com a pobreza de recursos, a edificação utilizou material local, sendo seu processo a taipa de pilão. Sobre uma alta ribanceira, artilhado com quatro peças pequenas, o forte defendia os interesses de Portugal.

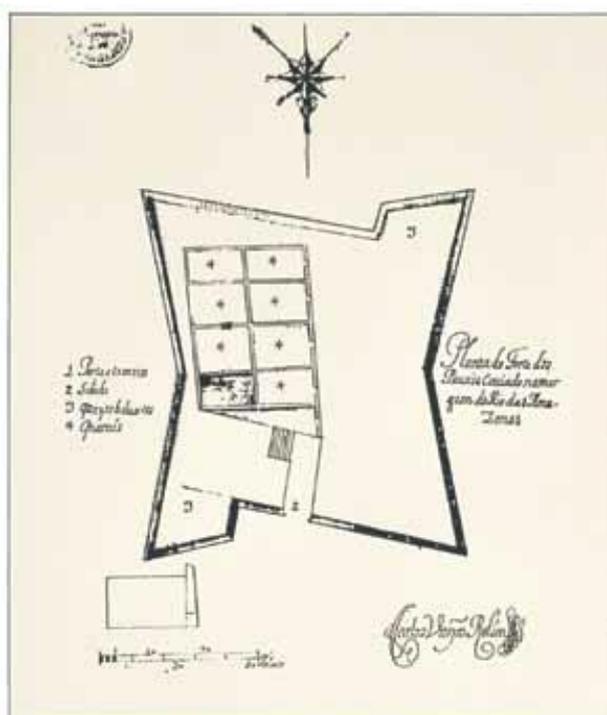


Figura 37: Planta do Forte dos Pauxis, em Óbidos – Pará, de Carlos Varjão Rolim.
Fonte: CASTRO, 2009.

Segundo Adler Homero⁹⁸, em sua obra Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006, publicada em 2009,

⁹⁶ REIS, Arthur César Ferreira. **História de Óbidos** (2ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979, p. 17.

⁹⁷ Idem, p.25

⁹⁸ CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006**. V. 2 – Regiões Norte e Nordeste. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009. p. 44.

o forte tinha o formato de um quadrilátero com 100 palmos (22 metros) de largura, com duas frentes atalhadas⁹⁹ e dois meios baluartes¹⁰⁰, um a Nordeste e o outro a Sudoeste. Esse último protegia a entrada e o trânsito. O terraplano¹⁰¹ do forte era mais ou menos elevado, em 3,5 metros acima do nível do terreno, e, apesar de Baena descrever canhoneiras¹⁰², a planta mostra somente um parapeito de 1,1 m de altura. No interior da edificação havia um quartel de pequenas dimensões (8,4 m por 11,5 m), com oito compartimentos.

Em 1727, com a ajuda do comandante do Forte dos Pauxis, os Capuchos da Piedade converteram 15 tribos do Rio Trombetas¹⁰³. Pauxis despontava como local de muita fartura, tendo uma vida movimentada, uma vez que lá armazenavam as provisões que iam aos descimentos e expedições.

Em 1749, o Capitão-Mor das Ordenanças, José Miguel Aires, responsável por relatar a situação das fortificações, informava que Pauxis necessitava de reparos.

Em 25 de março de 1758 a aldeia dos Pauxis foi elevada à categoria de Vila com a denominação de Óbidos, e o forte passou a se chamar Forte de Óbidos. Além de defesa estratégica, essa estrutura viabilizava fiscalizar a cobrança dos impostos da Coroa Real e das embarcações que percorriam o grande rio.

Em 1854, o Forte de Óbidos era um reduto semicircular, barbete, com 10 peças. Em 1869, recebeu uma plataforma de cantaria. Em 1910, foram levantadas novas fortificações e novo quartel armado com 4 peças de artilharia de 6 polegadas (Armstrong), montadas em pequenos bastiões¹⁰⁴, no topo de uma coluna isolada na Serra da Escama. Depois de 1930, o forte foi desarmado.

Restaurado em 2001, está ocupado pela Polícia Militar do Estado do Pará.

⁹⁹ **Atalhadas** – Atelhadas, amealhadas. Fonte: CORONA & LEMOS. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Edart. 1972.

¹⁰⁰ **Baluartes** - Nas fortalezas, eram obras salientes da muralha, caracterizadas por quatro lados e três ângulos exteriores, além dos dois ângulos internos formando intersecções com as cortinas. Externamente eram revestidas de pedra que serviam de arrimo à terra apiloada, como foi costume generalizado.

¹⁰¹ **Terraplano** – Terreno em que se enche uma depressão para que se torne plano ou de acordo com o previsto num projeto. Fonte: CORONA & LEMOS. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Edart. 1972.

¹⁰² **Canhoneiras** – Aberturas na muralha para encaixe do canhão.

¹⁰³ Relação de Frei Manso, de 6 de janeiro de 1728, divulgada por Joaquim Nabuco, In: **Documentos anexos à Memória Brasileira, Tomo I**, p 39-48.

¹⁰⁴ **Bastião** – Trincheira avançada nas fortificações que serve de anteparo, geralmente construída nos ângulos do edifício. Na arquitetura militar é o baluarte, bateria ou bastilhão. Fonte: CORONA & LEMOS. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Edart. 1972.

1.6. Fortaleza do Tapajós – Santarém - PA (1697)

Coordenadas geográficas: 02° 26' 14" S 054° 42' 48" W

A Fortaleza do Tapajós, Santarém, inicialmente concebida como Fortaleza de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Monte Alegre dos Tapajós, no Estado do Pará, situa-se à margem direita do Rio Tapajós, na confluência dos rios Amazonas e Tapajós. Está à meia distância das principais capitais da Amazônia, Belém e Manaus.

Fonseca Dias, em *Santarém: momentos históricos*, afirma que a primeira referência escrita do contato dos brancos civilizados com os índios Tupaiús ou Tapajós, data de 1542. Aí se relata que Francisco Orellana saqueou as plantações de roça e milho desses índios¹⁰⁵.



Figura 38: Prospecto da Fortaleza do Tapajós (1756). Autor: Eng. João André Schwebel.
Fonte: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963.

Em 1626, o capitão português Pedro Teixeira partiu de Belém, em operação de resgate, chegando à taba dos Tupaiús com o objetivo de comprar prisioneiros de guerras entre índios, para depois escravizá-los. Os Tupaiús não aceitavam esse tipo de negócio¹⁰⁶.

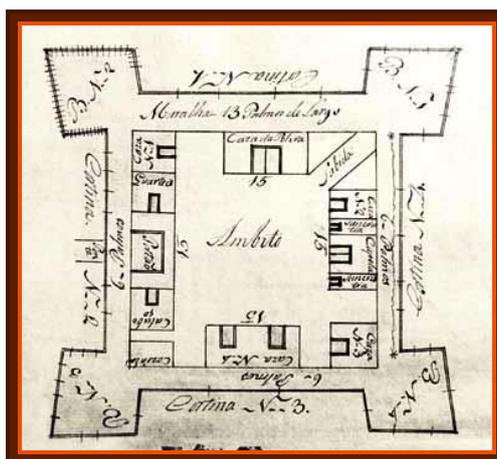


Figura 39: Planta do Forte de Santarém, 1803.
Fonte: CASTRO, 2009.

¹⁰⁵ FONSECA, Wilde Dias da. *Santarém: Momentos Históricos*, 1996.

¹⁰⁶ REIS, Arthur César Ferreira. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

Bento Maciel, o Sargento-mor da Capitania do Cabo Norte, aparece em nova investida, em 1639, dessa vez sobre a aldeia dos índios Tapajós, dizimando grande número de índios. Em 1659, chegou à região o Padre Antônio Vieira, o primeiro jesuíta que veio expressamente ao Tapajós. Ele desfrutava de grande influência na época, tanto no meio religioso quanto nas cortes europeias¹⁰⁷.



Figura 40: Vieira prega aos índios. s/d.

Fonte: MEIRELLES FILHO, João. **Grandes expedições à Amazônia brasileira.** São Paulo: Metalivros, 2009.

Diversas ordens religiosas vieram para a Amazônia, e coube à Companhia de Jesus as terras que ficassem ao sul do Rio Amazonas, ou seja, aquelas da margem direita. Em 22 de junho de 1661, o Padre João Felipe Bettendorf instalou uma missão na aldeia dos índios Tapajós.

Foi construído por Francisco da Mota Falcão, e concluído por seu filho Manoel da Mota Siqueira, e por esse motivo aparece em algumas bibliografias o nome do pai, e em outras o nome do filho, escolhendo esse forte para ser comandado por seu filho

¹⁰⁷ MEIRELLES FILHO, João. **Grandes expedições à Amazônia brasileira.** São Paulo: Metalivros, 2009, p. 49.

e por seu neto¹⁰⁸.

A Fortaleza do Tapajós foi construída em taipa de pilão; material de pequena durabilidade, tinha a forma de um quadrado regular, com vinte e duas braças de lado e baluartes nos ângulos, numa colina próxima ao Rio Tapajós, para melhor proteção dos ataques de estrangeiros, formando um pequeno povoado¹⁰⁹.

Em 1747, já estava deteriorado com fortes sinais de desmoronamento, segundo Arthur Reis¹¹⁰. Não tinha homens suficientes para protegê-lo e os poucos existentes não foram treinados em unidades maiores, onde o exercício militar era visto como prêmio por serviços prestados. Depois de 1757, com a extinção da missão religiosa local, o pequeno povoado ficou abandonado.

A antiga Aldeia dos Tapajós foi elevada à categoria de vila, em 14 de março de 1758, pelo governador da Província do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, recebendo o nome de Santarém, uma homenagem dos portugueses à cidade lusitana de mesmo nome. Em 1762, reconstruíram a Fortaleza do Tapajós em pedra.

O engenheiro italiano Domingos Sambucetti, encarregado do desenho, assumiu a responsabilidade da obra.

Era um forte quadrangular abaluartado, com 32 metros de lado, uma ponte na entrada, o que supõe a existência de fosso, corpo da guarda, e prisões ao lado do passadiço. Havia ainda o paiol de pólvora, capela e quartéis. O forte era pequeno e não tinha como instalar mais do que quatro canhões em seu interior. A construção não foi bem-feita. Após 40 anos aparentava sinais de enfraquecimento, rachaduras e um baluarte desabado¹¹¹.

Somente em 24 de outubro de 1848 a Vila de Santarém foi elevada à categoria de Cidade, pela Lei nº 145.

Em 1867, no contexto da Guerra do Paraguai e das negociações com o Peru sobre a navegação do Amazonas, um novo forte foi edificado pelo Capitão de Engenheiros Luiz Antonio de Souza Pitanga, com capacidade para 10 canhões.

O governador De Lamare justificou as modificações por motivo de economia e poder resistir a artilharia mais moderna.

O que restou do forte foi uma elevação denominada de “Morro do Castelo”. Hoje (2015), é conhecida como Mirante, no centro da cidade de Santarém.

¹⁰⁸ CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. **Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006**. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009. p. 46.

¹⁰⁹ FONSECA, Wilde Dias da. **Santarém: Momentos Históricos**, 1996.

¹¹⁰ REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia que os portugueses revelaram**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, 1956.

¹¹¹ VIANNA, Arthur. **As Fortificações da Amazônia**. Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará. Tomo IV, 1905, p. 258. Consultado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Loc. II, 459, 2, 26).

CAPÍTULO II

DE TORDESILHAS AO TRATADO DE MADRI

A expansão comercial e marítima típica do mercantilismo tinha respaldo em fortificações, que eram as impressões digitais do colonialismo. O Oeste da linha de Tordesilhas era explorada pelos bandeirantes. Portugal garantiu a posse sobre as terras ocupadas ao longo dos séculos XVI e XVII.

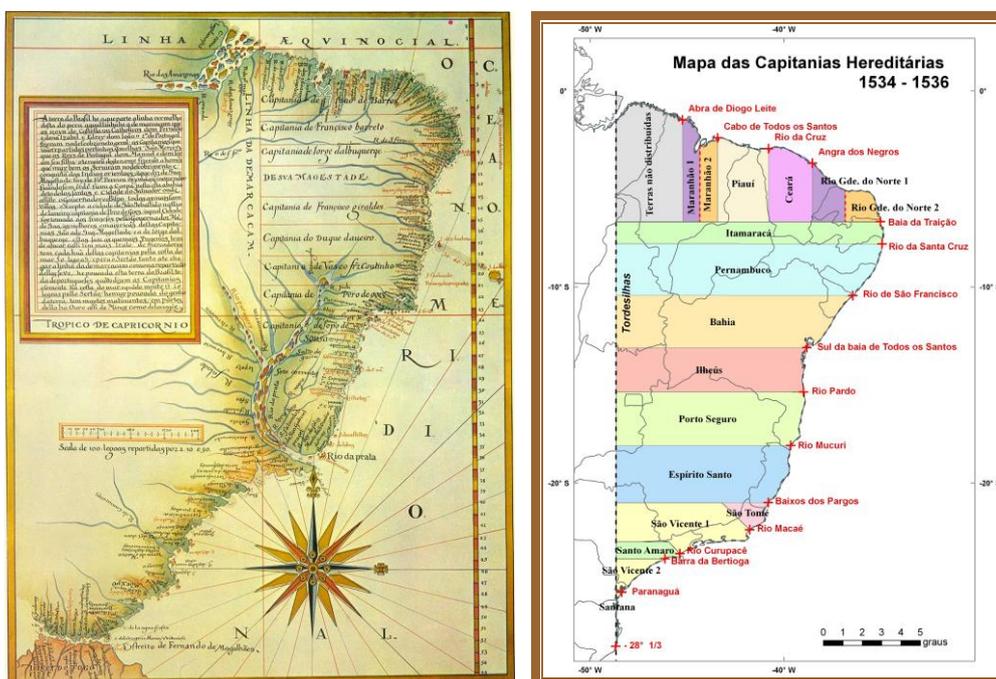


Figura 41: Mapa do Brasil, in Roteiro de Todos os Sinais..., c.1585, atribuído a Luís Teixeira, que consta do “Código Quinhentista” da Biblioteca da Ajuda. **Fonte:** Projeto Resgate
Figura 42: Proposta de novo mapa das capitancias hereditárias, J. P. Cintra¹¹², 2013.

Os portugueses, preocupados em assegurar e expandir os limites de seus domínios nos confins da Amazônia, sentiram necessidade de conhecer e levantar informações técnicas sobre as características físicas da região¹¹³.

A expansão desses limites nasceu com o Tratado ou Paz de Utrecht (1713 a 1715), isto é, o conjunto dos atos diplomáticos que possibilitou o fim da Guerra da Sucessão espanhola.

¹¹² CINTRA, J. P. “Reconstruindo o Mapa das Capitancias Hereditárias”. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.21. n.2. p. 11-45. Jul.- dez. 2013.

¹¹³ COSTA, Graciete Guerra da e CINTRA, J. P. “Mapa geral do Bispado do Pará: um novo paradigma da cartografia amazônica”. In: **V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**. Petrópolis – RJ, 2013.

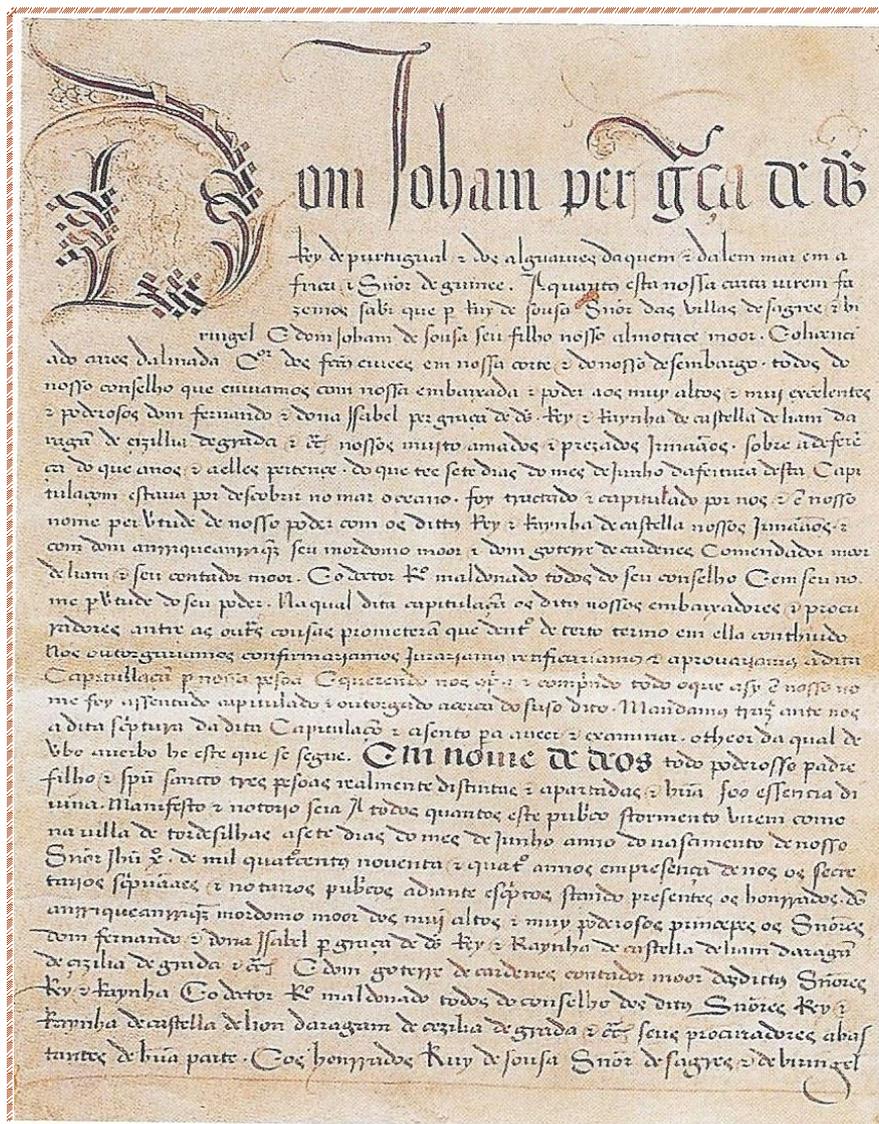


Figura 43: Folha do Tratado de Tordesilhas, 1494. AGI, Sevilha, Espanha
Fonte: MORI, 2003.

A Coroa Portuguesa se beneficiou dos acordos firmados na cidade de Utrecht, Países Baixos, legitimando a ampliação que soldados, missionários e colonos da Coroa Lusitana haviam realizado.

A defesa por meio das fortificações e a incorporação em definitivo da Amazônia, com limites na Barra¹¹⁴ do Oiapoque e a renúncia francesa de 1713, inibiram naquele momento pretensões estrangeiras sobre a margem norte do Rio Amazonas. Após abrir mão do Amapá, conhecido na época como parte das terras do Cabo Norte, restou a Paris a chamada Guiana Francesa, aos ingleses a Guiana e aos holandeses o Suriname. Portugueses e espanhóis permaneceram donos do maior quinhão amazônico¹¹⁵.

A pedido de Alexandre de Gusmão, secretário de D. João V, rei de Portugal, e

¹¹⁴ Barra – Entrada de um porto. Embocadura.

participante das negociações do Tratado de Madri, foi solicitado a José Gonçalves da Fonseca estudos cartográficos que resultaram no “*Mapa do Rio Madeira, desde as nascentes dos rios Beni e Mamoré até a foz, no rio Amazonas, em 1747*”. Em 1750, ele desenhou a “*Carta hidrográfica em que descreve as origens de vários e grandes Rios da América Meridional Portuguesa (...)*”.

O Tratado de Madri, de 1750, amparado pelo princípio jurídico *Uti Possidetis*, substituiu o de Tordesilhas, de 1494. Tal Tratado garantiu aos lusitanos espaços desbravados na Amazônia por Pedro Teixeira, em 1639¹¹⁶.

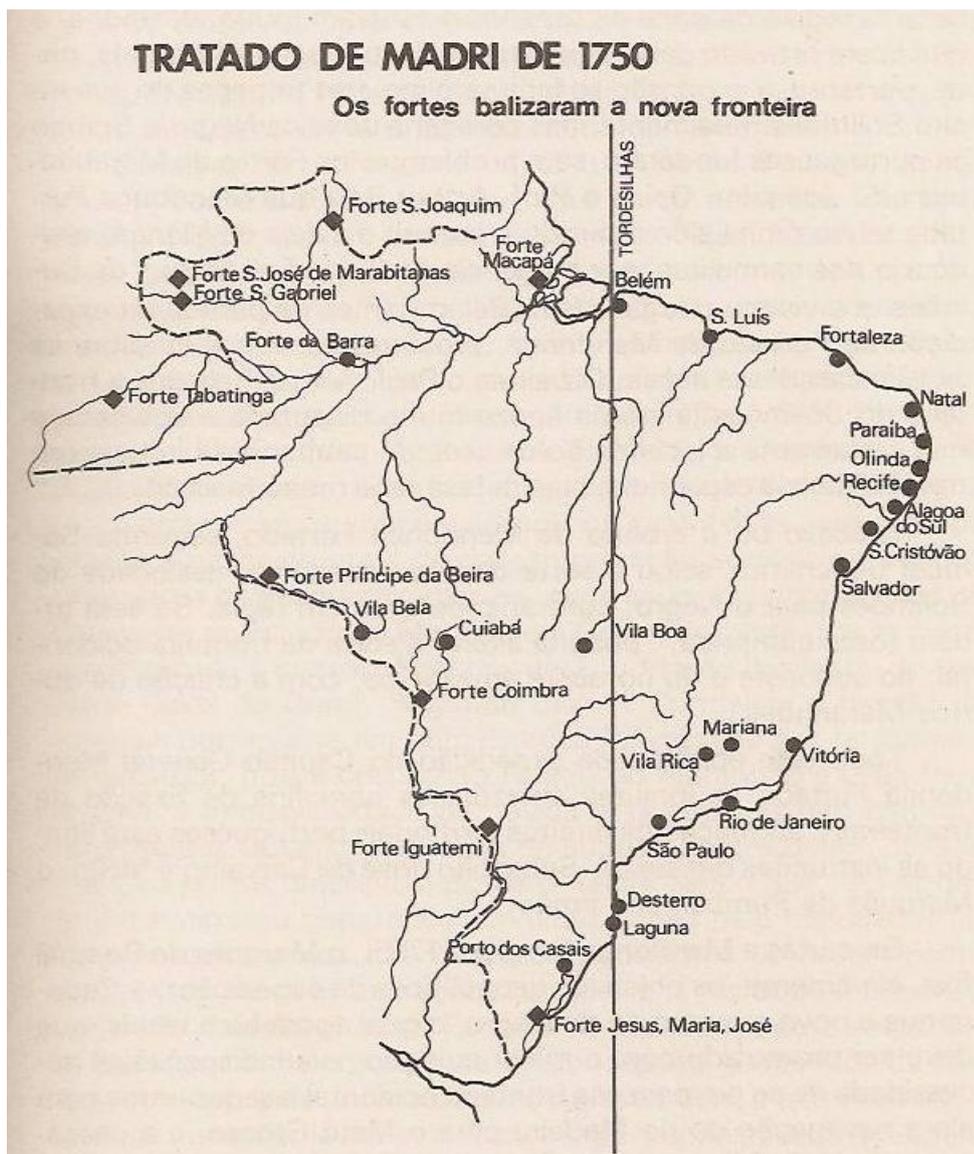


Figura 44: MAPA DO TRATADO DE MADRI.
Fonte: Extraído de Meira Matos. Uma geopolítica Pan-Amazônica, 1980.

¹¹⁵ HOLANDA, Sergio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: Tomo I Época Colonial, Rio de Janeiro** - São Paulo, Melhoramentos, 1977. p 37.

¹¹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **História Geral do Brasil**. Tomo 4, São Paulo, Melhoramentos, 1975. p.13-15.

Observa-se que no mapa referente ao Tratado de Madri já estão assinalados os fortes que compõem o arco da nova fronteira Norte do Brasil.

Quando a corte em Paris, por pressão de Londres, desistiu das suas ditas terras, lucrou Portugal, tradicional aliado da Inglaterra.

A assinatura do Tratado de Madrid, em 13 de janeiro de 1750, com o estabelecimento de “novos limites” entre os domínios de Portugal e da Espanha no Novo Mundo, notabilizou a importância do trabalho das “Comissões Demarcadoras dos Limites”. Eram compostas por engenheiros militares, cartógrafos, geógrafos, astrônomos, matemáticos, e desenhadores responsáveis pela escolha das “balizas naturais” da linha de demarcação no período de Tordesilhas. Nesse contexto, as fortificações ganharam um relevante papel na segurança continental referendado pela história.

O rei de Portugal, D. José, subiu ao trono em 31 de julho de 1750, vago pela morte de seu pai, D. João V. Sebastião José de Carvalho e Mello¹¹⁷, o Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, foi nomeado membro do Conselho do Rei, ministro de Estado e Inspetor-Geral do Real Erário. Aproveitou o ambiente político do Tratado de Madri para pôr em prática seu plano de transformação na estrutura da Amazônia Colonial Portuguesa. Os ideais iluministas do Marquês de Pombal fizeram dos engenheiros militares os principais agentes da Política de Defesa territorial no Séc. XVIII.



Figura 45: Marquês de Pombal.

Fonte: CASTRO, 2009.

O Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1º de outubro de 1777 entre Portugal e Espanha, manteve os limites do Tratado de Madri, para as possessões das duas nações ibéricas, nos confins do Grão-Pará. Os aldeamentos e os postos militares de uma ou outra Coroa, surgidos fora dos limites acordados, deveriam trocar de mãos, nos conformes do Tratado de Madri.

¹¹⁷ **Sebastião José de Carvalho e Mello** - Marquês de Pombal - Nobre e estadista português. Foi secretário do Reino durante o reinado de D. José I (1750-1777), sendo considerada, ainda hoje, uma das figuras mais importantes e sagazes da História Portuguesa.

CAPÍTULO III

O MAPPA GERAL DO BISPADO DO PARÁ – 1759: um novo paradigma da cartografia amazônica.

3.1. Contextualização do mapa

Em 1759, Enrico Antonio Galluzzi¹¹⁸ elaborou o Mappa Geral do Bispado do Pará, provavelmente, a pedido do frade dominicano Dom Miguel de Bulhões OP, nomeado Bispo do Pará¹¹⁹.

As informações no mapa mostram que ele é uma "fotografia" do processo de ocupação da Amazônia e se constitui em um novo paradigma da cartografia amazônica¹²⁰.

Após o Tratado de Madri, em 1750, a Coroa Portuguesa, pelo projeto do Marquês de Pombal, consolidou o vale amazônico como território luso por meio da demarcação e principalmente da ocupação.

A fim de executar a política pombalina na Amazônia, o Marquês de Pombal nomeou seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador-Geral das Capitanias Unidas do Grão-Pará e Maranhão, em 5 de junho de 1751. Segundo Jaime Cortesão¹²¹, ele tomou posse em Belém, na data de 24 de setembro de 1751.

Na demarcação das fronteiras criaram duas comissões, uma para o Norte e outra para o Sul. Para isso contrataram, em outros países, astrônomos, geógrafos, cartógrafos, engenheiros militares, desenhadores e outros.

Antonio Gilberto Costa¹²² revela, em seu Roteiro Prático de Cartografia, que a tropa partiu no dia 2 junho de 1753, de Belém da Foz do Tejo, para Belém do Pará, na

¹¹⁸ **Enrico Antonio Galluzzi** nasceu em Mântua, na Itália, em 1720. Era engenheiro militar, ajudante e chegou até o posto de sargento-mor. Possuía conhecimentos de astronomia, cartografia e engenharia como era comum nos profissionais da época. Foi contratado da expedição técnico-científica em novembro de 1750, encarregada da demarcação das fronteiras entre Portugal e Espanha previstas no Tratado de Madri. Em 21 de setembro de 1751 foi integrado na segunda tropa da expedição destinada ao Norte do Brasil como ajudante engenheiro em companhia. Em sua estada no Pará entre 1753 e 1763 teve momentos difíceis, não só ele, mas todos os estrangeiros e a população paraense de um modo geral estiveram sob os olhos da Inquisição, instalada no Grão-Pará, em 1763.

¹¹⁹ **Dom Miguel de Bulhões e Sousa** - nasceu Manuel José Correia da Silva em Verdemilho, Aradas, em Aveiro, Portugal, no dia 13 de agosto de 1706. Era religioso da Ordem dos Pregadores (Dominicanos). Ordenou-se padre no dia 12 de março de 1730.

¹²⁰ COSTA, Graciete Guerra da, CINTRA, J. P. "Mappa geral do Bispado do Pará: um novo paradigma da cartografia amazônica". In: **V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, Petrópolis – RJ, 2013.

¹²¹ CORTESÃO, Jaime. **O Tratado de Madri**. Brasília: Senado Federal, 2001. Vol II.

¹²² COSTA, Antonio Gilberto (Org.). **Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

Comissão de Demarcações, que contava com astrônomos, matemáticos, e outros homens da ciência, por exemplo, Giovanni Angelo Brunelli, Padre Ignác Szentmártonyi, os capitães João André Schwebel, Gaspar Gerardo de Gronfeld e Gregório Rebelo Guerreiro Camacho, os ajudantes engenheiros Enrico Antonio Galluzzi, Adam Leopoldo de Breuning e Filipe Stürm, o arquiteto Antonio Giuseppe Landi, o tenente Manuel Fritz Goetz, os cirurgiões Daniel Panck e Antônio de Matos, outros. Alguns nomes e nacionalidades dos integrantes da Comissão Demarcadora da Partida do Norte estão listados na **Tabela 1**.

Tabela 1 - Alguns membros da Comissão do Norte

n	Nome	Profissão	Nacionalidade
1	Ignác Szentmártonyi	Sargento-mor, Astrônomo, padre jesuíta	Croata
2	Sebastião José da Silva	Engenheiro militar, Sargento-mor	Portuguesa
3	Phelippe Frederico Stürm	Ajudante-engenheiro de Szentmártonyi	Alemã
4	João André Schwebel	Engenheiro militar, Capitão	Alemã
5	Giovanni Angelo Brunelli	Astrônomo, lente de Aritmética e Geometria	Italiana
6	Gaspar João Geraldo de Gronfeld	Engenheiro militar, Capitão	Alemã
7	Miguel Angelo Blasco	Engenheiro militar	Italiana
8	Enrico Antonio Galluzzi	Engenheiro militar, ajudante, Sargento-mor	Italiana
9	Antonio Giuseppe Landi	Desenhador, arquiteto	Italiana
10	Gregório Rebelo Guerreiro Camacho	Engenheiro militar	Portuguesa
11	Adam Leopoldo de Breuning	Engenheiro militar	Alemã
12	Manuel Fritz Goetz	Tenente	Alemã
13	Domingos Sambucetti	Engenheiro militar, ajudante	Italiana

Fonte: Graciete Guerra da Costa, 2013.

Jaime Cortesão, em seu livro História do Brasil nos Velhos Mapas, relata que em 2 de outubro de 1754, Mendonça Furtado partiu de Belém do Pará, com destino ao Rio Negro, no Amazonas. A comitiva de 796 pessoas, distribuída em 35 barcos esperava vencer os desafios que a região impunha¹²³. Outro tanto ocorria na Partida do Sul. Em resumo: até então nunca se havia enviado às Américas uma quantidade tal de profissionais gabaritados na arte de fazer mapas. A Partida do Sul conseguiu demarcar boa parte da fronteira e produzir uma cartografia excepcionalmente valiosa.

A Comissão do Norte estava planejada em três partidas: a primeira se ocuparia dos limites desde a boca do Japurá até as terras do Suriname; a segunda, marcaria a linha Leste-Oeste; e a terceira operaria desde o Rio Madeira até a Foz do Jauru; entretanto, não passaram de intenções. A demora dos Comissários espanhóis fez fracassar o projeto, do ponto de vista de um trabalho em conjunto. Apesar disso, a permanência de Mendonça Furtado no Rio Negro foi rica para o trabalho cartográfico e

para a expansão portuguesa no Alto Amazonas. Essa vasta região ganhou sua autonomia com o nome de S. José do Javari, ao mesmo tempo em que os portugueses firmavam e alargavam sua soberania na Capitania do Rio Negro, pacificando índios, nomeando autoridades nas aldeias e construindo fortalezas no extremo Norte do Brasil, como a de São Gabriel da Cachoeira, no Rio Negro, e a de São Joaquim, na confluência do Uraricoera e do Tacutu, afluentes do Rio Branco, fronteira com a Guiana Inglesa, três deles visitados, em 2013, durante as atividades do Pós-doutorado.

“Os primeiros quatro listados nessa **Tabela 1** trabalharam juntos numa carta do Amazonas que deve ter sido, segundo Cortesão¹²⁴, a primeira carta dessa região com longitudes observadas, depois do mapa de La Condamine”. Segundo esse autor, ainda deixaram obra meritória Schwebel e Galluzzi.

Os portugueses contrataram técnicos estrangeiros e se valeram da experiência italiana em fortificações a partir do século XVII, abandonando totalmente as técnicas baseadas na tradição medieval de altas muralhas e ostensivas torres de defesa, para o Sistema Vauban¹²⁵.

3.2. Enrico Antonio Galluzzi e sua obra

Enrico Antonio Galluzzi nasceu em Mântua, na Itália, em 1720¹²⁶. Era engenheiro militar, ajudante e chegou até o posto de sargento-mor de Infantaria¹²⁷. Seus conhecimentos abrangiam astronomia, cartografia e engenharia.

Ele tinha 30 anos, quando foi contratado da expedição técnico-científica em novembro de 1750, encarregada da demarcação das fronteiras entre Portugal e Espanha, previstas no Tratado de Madri¹²⁸. Em 21 de setembro de 1751 foi integrado na segunda tropa da expedição destinada ao Norte do Brasil, como ajudante engenheiro.

¹²³ CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Tomo 1. Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1965. Pode-se consultar também a nova edição: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p.295.

¹²⁴ CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Tomo 1. Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1965. Pode-se consultar também a nova edição: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, p.299.

¹²⁵ **Sebastian Le Prestre, Marquês de Vauban** (1633-1707) foi um arquiteto militar francês, introdutor do método de construção de fortificações com sistema abaluartado.

¹²⁶ THESAURUS. CERL – www.thesaurus.cerl.org/record - Data de nascimento de Galluzzi, consultado com a ajuda do Adido Militar da Embaixada da Itália em Brasília, Mauro Sabbione em 1º de agosto de 2013.

¹²⁷ FONTANA, Ricardo. **As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil Colonial do Séc. XVIII**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 51.

¹²⁸ TAVARES, Aurélio de Lyra, **1905-1998. A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2000.

Esta parte quase transcrita do livro de Janaína Camilo, aponta que, no Pará, Galluzzi viveu momentos difíceis, não só ele, mas outros cientistas de origem judia, perseguidos pela “Inquisição tardia” de 1763 a 1769, instalada no Grão-Pará em 1763¹²⁹.

Galluzzi dedicou-se ao estudo do local da futura Fortaleza de São José do Macapá, junto com Sambucetti, Landi e Brunelli. Executou cálculos astronômicos, inclusive dos eclipses solares e lunares, considerando a proximidade da Linha do Equador. Procedeu à vistoria do Palácio dos Governadores, em 13 de agosto de 1759, em Belém do Pará, em conjunto com Landi, Goetz e os mestres carpinteiro e pedreiro Manuel da Silva e Manuel João da Maia. Realizou serviços cartográficos desenhando alguns mapas, como o Mappa do Bispado do Pará, e das Capitanias do Pará e do Piauí¹³⁰. Casou-se no Pará.

Em 1760, elaborou o Mappa Geográfico da Capitania do Piauí¹³¹. Foi promovido a capitão em 21 de abril de 1761.

O Governador e Capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Fernando da Costa de Ataíde Teive, dirigiu-se à Vila de São José do Macapá, em 2 de janeiro de 1764, onde, em companhia do Sargento-mor engenheiro Enrico Antonio Galluzzi, examinou o terreno e aprovou a planta geral da nova fortaleza.

As obras da fortaleza estenderam-se por dezoito anos, marcados por períodos de forte atividade e por momentos de estagnação¹³². A pedra fundamental da fortaleza foi lançada em 29 de junho, no ângulo do baluarte, sob a invocação de São Pedro.

Galluzzi serviu 16 anos no Brasil. Além das demarcações de fronteiras ao norte, trabalhou nos mapas dos rios Guamá, Guará e Caueté, da Capitania do Grão-Pará, com o caminho aberto por terra, da Vila Nova de Bragança para a de Ourém, destinada a servir aos moradores dessa vila. Posteriormente, concebeu nova Planta da Praça e Villa de São José de Macapá, em 1763.

Dentre os engenheiros militares italianos que vieram para o Brasil, Galluzzi e Sambucetti foram os que mais se destacaram, aos quais foram confiadas as duas maiores fortalezas do Brasil, a Fortaleza de São José de Macapá e o Forte Príncipe da Beira.

¹²⁹CAMILO, Janaína. **Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p. 103

¹³⁰ TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da Engenharia no Brasil (séculos XVI a XIX)**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1984, 2ª edição.

¹³¹ TAVARES, Aurélio de Lyra, **1905-1998. A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2000.

3.3. Análise do *Mappa Geral do Bispado do Pará*

Comparando o *Mappa Geral do Bispado do Pará* com outros mapas anteriores, produzidos antes de 1750, e que, em geral, trazem assinatura de holandeses, franceses, alemães, espanhóis e italianos, como por exemplo: Mapa do Grande Rio Marañon ou das Amazonas (Samuel Fritz, 1707)¹³³; *Carte du cours du Maragnon ou de la grande riviere des Amazonas* (La Condamine¹³⁴ e D'Anville¹³⁵ 1743-1744)¹³⁶; *Carte de la Terre Ferme, du Perou, du Bresil e du Pays des Amazones* (Guillaume de L'Isle, 1716); *Carte de l'Amérique méridionale* (Jean de Bourguignon D'Anville, 1748)¹³⁷; ou o Mapa das Cortes (1749), salta aos olhos a nova divisão territorial.

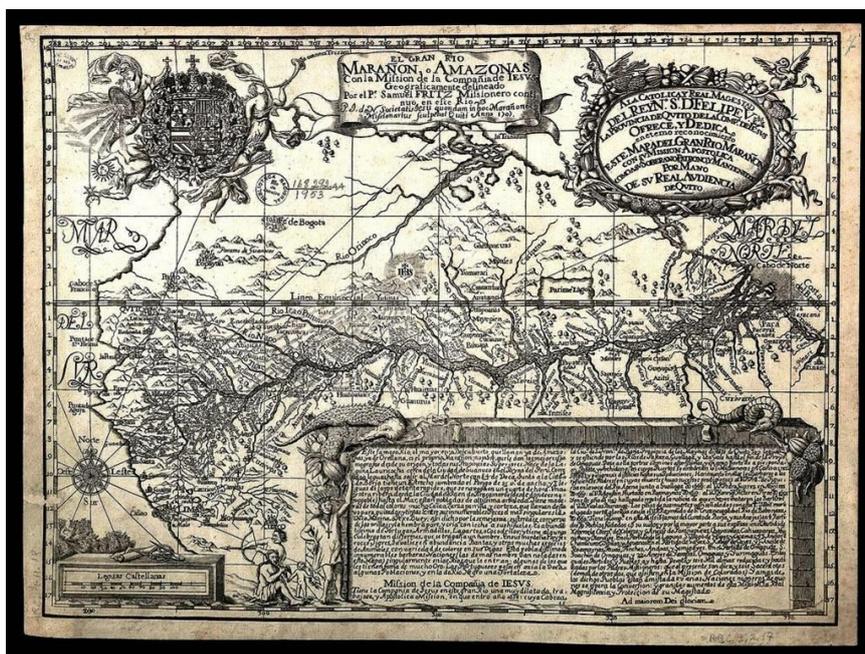


Figura 46: *El gran rio Marañon, O Amazonas con la mission de la Compañia de Jesus geographically delineado por el P. Fritz, missionero continuo, en este Rio, P.J. de N. Societatis Iesu quondam in hoc Marañone Missionarius Quito Anno 1707.*

Fonte: Arquivo do Itamaraty, Mapoteca. Inv.459

¹³² SOUSA, Augusto Fausto de. **Fortificações no Brazil**. Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo XLVIII, Parte II, 1885.

¹³³ CINTRA, J. P., FREITAS, J. C. **Sailing down the Amazon River: La Condamine's Map**. *Survey Review*, v.43, p.550 - 566, 2011, Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1179/003962611X13117748892119>

¹³⁴ LA CONDAMINE, Charles-Marie de. [1745] **Viagem na América meridional descendo o rio Amazonas**. Brasília: Editora do Senado Federal, 1984, p.34.

¹³⁵ Para ver todas as fontes coligidas por D'Anville para estabelecer o mapa completo ver: FURTADO, Júnia Ferreira. **Oráculos da Geografia iluminista, caps. 8 e 9**. Algumas delas, utilizadas para o rio Amazonas e seu entorno, são discutidas nesse artigo.

¹³⁶ CINTRA, J. P., FREITAS, J. C. "Sailing down the Amazon River: La Condamine's Map". *Survey Review*, v.43, p.550 - 566, 2011, Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1179/003962611X13117748892119>

¹³⁷ CINTRA, J. P., FURTADO, J. F. A. "Carte de l'Amérique Méridionale de Bourguignon D'Anville: eixo perspectivo de uma cartografia amazônica comparada", **Revista Brasileira de História**, v.31, p.273 - 316, 2011, Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882011000200015>

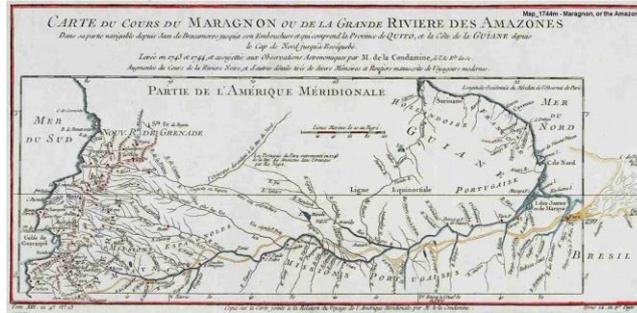


Figura 47: Carte du cours du Maragnon ou de la grande riviere des Amazonas, La Condamine e D'Anville. **Fonte:** BNF. DCP. Ge DD 2987 (9542) e (9543)



Figura 48: Carte de l'Amérique méridionale, Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville, 1748, Folha 1. **Fonte:** BNF. DCP. Ge D (10659), manuscrita

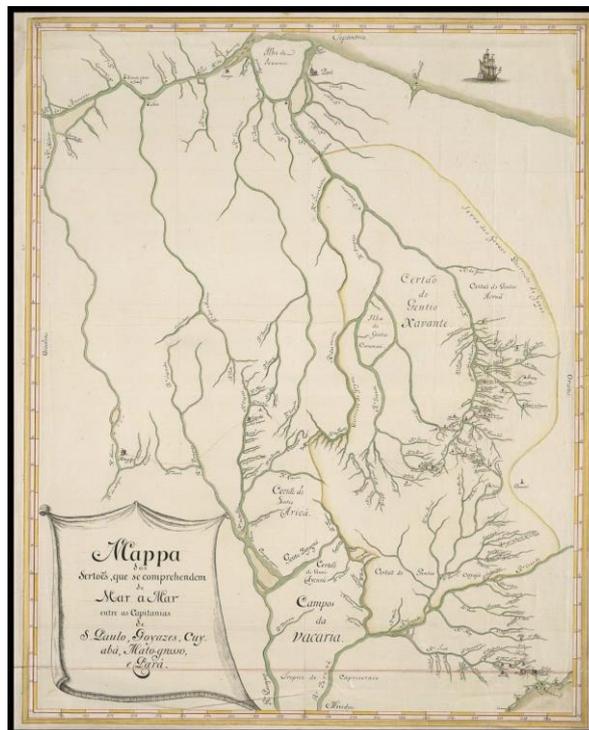


Figura 49: Mapa dos Confins do Brasil com as terras da Coroa de Espanha na América ou Mapa das Cortes. **Fonte:** Biblioteca Nacional-BN.

Os mapas anteriores consignavam ao longo dos rios expressões como: Missões Carmelitas, Missões Jesuítas e outras. No Mappa Geral do Bispado do Pará

desaparecem as missões e surgem as freguesias. Ele reflete, em parte, o prestígio ascendente do clero secular, isto é, do diocesano, em áreas onde o clero regular (das ordens e congregações) tinha o domínio; substituído pelo clero secular, dependente do bispo diocesano.

Com a morte de D. João V e subida ao trono de seu filho D. José I (1750), passa a vigorar a política influenciada pelo futuro Marquês de Pombal, que era anticlerical e, mais especificamente, contrário aos religiosos e, em especial, aos jesuítas. Para implantar sua Política de Estado, decide transferir o cuidado espiritual e material dos índios para a tutela do Estado e do clero secular¹³⁸.

Esquecendo o trabalho dos missionários e a ocupação da região, que justificou o ganho de território frente à Espanha, Pombal desencadeou uma forte ação contra os mesmos, incluindo a expulsão ou deportação, principalmente dos jesuítas.

As aldeias, e algumas fazendas, foram transformadas em vilas, uma categoria civil nova, e em todas elas havia uma autoridade civil. Isso explica a presença no Mappa Geral do Bispado do Pará da abundância de vilas e lugares, ainda com poucos habitantes e todos indígenas. Na ilha de Marajó e nas imediações de Belém, por exemplo, seguindo o mesmo critério, a quantidade é maior ainda.

Não há dúvida que se fazia necessária uma ocupação do território delimitado pelo Tratado de Madri. As medidas tomadas implicam na criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1751.

Nomeado como governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, atuou com pulso firme. Fez viagens, e apoiou a construção de fortificações e de demarcações. Criou e promoveu o povoamento por meio de açorianos e do casamento de soldados com índias.

A laicização do governo se acompanhou da mudança de nomes dos locais, extirpando os nomes indígenas e dos santos que lembrassem aldeias missionárias. Para os novos nomes escolheram topônimos de terras portuguesas, da Ordem de Cristo ou da Casa de Bragança; isso explica a presença nesse Mappa Geral do Bispado do Pará das localidades de Tomar, Santarém e Ourém, Portel, Serpa e outros.

Também nos extremos situam-se os fortes por eles mandados construir: Marabitanas no Rio Negro, o de São Joaquim, na confluência do Uraricoera e do Tacutu, afluentes do Rio Branco, fronteira com a Guiana Inglesa, e o de São José de Macapá.

¹³⁸COSTA, Graciete Guerra da e CINTRA, J. P. "Mappa geral do Bispado do Pará: um novo paradigma da cartografia amazônica". in: **V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, Petrópolis – RJ, 2013.

Durante o mandato do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759) o Estado do Pará foi separado do Maranhão, e dividido em duas capitanias: a do Pará e a de São José do Javari. Esta última indica claramente a intenção de colocar a capital no extremo Oeste das terras portuguesas, na foz do rio Javari, posteriormente transferida para Barcelos.

O governador chefiou a expedição demarcatória e estabeleceu sua base na aldeia carmelita de Mariuá, depois Barcelos, e nomeou para governar a região o bispo Dom Miguel de Bulhões. É precisamente esse quem ordena a Galluzzi a confecção do *Mappa Geral do Bispado do Pará*, objeto da presente interpretação.

Dom Miguel de Bulhões e Sousa, OP, nascido em Verdemilho, Aradas, em Aveiro, Portugal, no dia 13 de agosto de 1706, era da Ordem dos Dominicanos e ordenou-se no dia 12 de março de 1730.

Com a renúncia de Dom Guilherme de São José no dia 15 de novembro de 1747, ficou vacante a Sé de Belém do Pará, para a qual Dom Miguel foi nomeado bispo coadjutor no mês seguinte. No dia 18 de maio de 1748, sucedeu a Dom Guilherme de São José no Bispado do Pará.

Depois do Tratado de Madri, assinado em 13 de janeiro de 1750¹³⁹, o rei Dom José I ordenou a Dom Miguel de Bulhões assumir o governo da Província do Pará, em maio de 1753, quando Mendonça Furtado partisse para as fronteiras. Realizou bênção, em 23 de dezembro de 1755, da nova Catedral de Belém, obra do arquiteto italiano Antonio Landi, companheiro italiano de Galluzzi.

Competia ao bispo erigir as freguesias, mas, no contexto português de então, o fazia de acordo com as orientações régias.

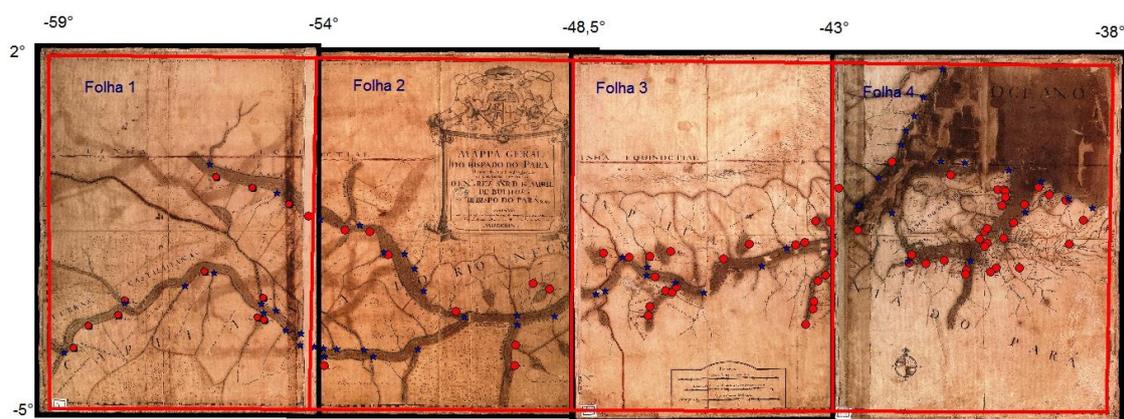


Figura 50: Composição das 4 folhas do Mappa Geral do Bispado do Pará, mostrando seus limites em latitude e longitude, Galluzzi, 1759.

Fonte: Biblioteca Nacional-BN

¹³⁹ MOURA, Carlos Francisco. **Astronomia na Amazônia no século XVIII (Tratado de Madri): os astrônomos Szentmártonyi e Brunelli – Instrumentos astronômicos e livros científicos.** Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2008, p. 99.

O mapa de Galluzzi, figura 50, encomendado pelo bispo, que na época fazia as vezes de governador, não era meramente um mapa eclesiástico. Refletia a nova divisão territorial portuguesa na Amazônia, implantada em 1755, ou seja, quatro anos antes do mapa. Esse mapa marca o início de um novo paradigma de divisão territorial, de toponímia das vilas e cidades da Amazônia.

Dom Miguel viveu o momento da expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses no Brasil, em 1759, quando, em 19 de janeiro, o rei de Portugal, Dom José, mandou sequestrar todos os bens da Companhia de Jesus, a pedido do Marquês de Pombal¹⁴⁰. Em fevereiro deste mesmo ano, Dom Miguel tomou posse como Visitador e Reformador dos Jesuítas.

Os jesuítas foram expulsos dos domínios portugueses em 3 de setembro de 1759, fato que provocou a decadência das aldeias e das atividades jesuíticas.

Dom Frei Miguel de Bulhões e Sousa, bispo eleito de Leiria, deixou Belém do Pará no dia 12 de setembro de 1760, viajando no mesmo navio em que iam os jesuítas expulsos.

Em 1759, Galluzzi elaborou o *Mappa Geral do Bispado do Pará* provavelmente a pedido de Dom Miguel de Bulhões III, Bispo do Pará.

3.4. Descrição geral do *Mappa Geral do Bispado do Pará*

Datado de 1759, repartido em quatro folhas, com desenho a nanquim colorido, cada seção mede cerca de 59,5 centímetros por 45,5 centímetros. O citado mapa integra o acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - BN. Essas dimensões de cada mapa correspondem a uma escala aproximada de 1:1.200.000, o que pode ser considerado uma escala de detalhe, quando comparada, por exemplo, com o Mapa das Cortes, figura 50, que serviu como base para o Tratado de Madri, e está na escala aproximada de 1:6.400.000.¹⁴¹

As quatro cartas constituem um todo único, com detalhes. Há continuidade das coordenadas, das feições representadas, do tipo de tinta, das convenções cartográficas, da Linha do Equador, e de textos que começam numa folha, continuando na seguinte.

O pesquisador Jorge Pimentel Cintra observou a representação do vale do Rio Yavarahy (Javari), na Capitania do Rio Negro, até a Vila de Bragança, na costa atlântica da Capitania do Pará.

¹⁴⁰ ARAÚJO, Renata Malcher de. **As Cidades da Amazônia no Século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. Porto: FAUP, 1998.

Do ponto de vista cartográfico, as linhas do Equador e das quatro margens estão graduadas, com divisões numeradas ao grau e cada grau dividido em 12 partes de 5 minutos de arco cada um, o que permite a extração de coordenadas com boa precisão. Os tamanhos das divisões em latitude e longitude são iguais e essas linhas; se traçadas, cruzar-se-iam segundo retas perpendiculares, sendo que isso permite inferir que se trata da projeção Carta Plana Quadrada.

Há outra informação interessante junto à graduação superior de longitudes: "*Longitud numerada do Meridiano de Lisboa cujo Meridiano he distante do Meridiano do Pará Gr 40 que são Hor 2 minut 40 em tempo do Primeyro Movel*", que será comentada na análise do meridiano de origem e da precisão do mapa.

A figura 50 representa uma composição das quatro folhas.

O Estado físico do original do mapa demonstra:

Na primeira folha pequenas dobras, furos e rasgos sem, contudo, atingir nenhuma informação importante.

A descrição começa nas propriedades do Reino de Castela e lá aparece o Rio Içá, o Rio Solimões, e, no canto esquerdo, o Rio Javari. Acima se observa o Rio Negro, Rio Branco e o Rio Japurá e o Lago Marahy. O mapa consigna "*Terras castilhanas*" na margem norte do Amazonas, localizando os limites das freguesias portuguesas. Nele a linha divisória começa pela primeira boca do Rio Japurá, remonta esse rio até o lago Marahy e segue pelo caudal formador do mesmo. Depois mostra o Rio Negro, em frente à boca do Rio Branco, onde termina. Na boca do Rio Içá está representada uma "*aldeia castilhiana*", no local da atual Santo Antonio do Içá, cidade brasileira. A nova fronteira, muito mais para Oeste, só seria efetivada no Tratado de Santo Ildefonso.

A segunda folha ostenta as insígnias do Bispo D. Fr. Miguel de Bulhões III, Bispo do Pará, e apresenta o título do mapa, data, autor, a maneira como foi feito e outras informações.



Figura 51: Cartela da segunda folha.

Fonte: Biblioteca Nacional-BN

¹⁴¹ COSTA, Graciete Guerra da, CINTRA, J. P. "Mappa geral do Bispado do Pará: um novo paradigma da cartografia amazônica". in: **V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, Petrópolis – RJ, 2013.

A região sob o domínio de Portugal está dividida nas Capitanias do Rio Negro e do Pará, que têm toda uma história subjacente.

A terceira folha se caracteriza pela mesorregião do Baixo Amazonas, onde aparecem muitos rios, entre eles o Amazonas, Tapajós, Xingu, Trombetas. A toponímia é variada e se constituirá aprofundamento da pesquisa. Nessa folha existe um "Petipez" com três barras: "Legoas de 20 por cada grao", "Legoas comuas do Brasil de 3000 Braças cada hua" e "Legoas comuas de França". Esses valores podem ser comparados com as divisões dos graus e estão coerentes.

Na quarta e última folha, um ponto que chama a atenção é a completa divisão do território em freguesias. As linhas fronteiriças seguem cursos d'água. Além de uma rosa dos ventos, outros detalhes marcam o poente, o ocidente e flechas indicando o sentido das águas dos rios¹⁴².

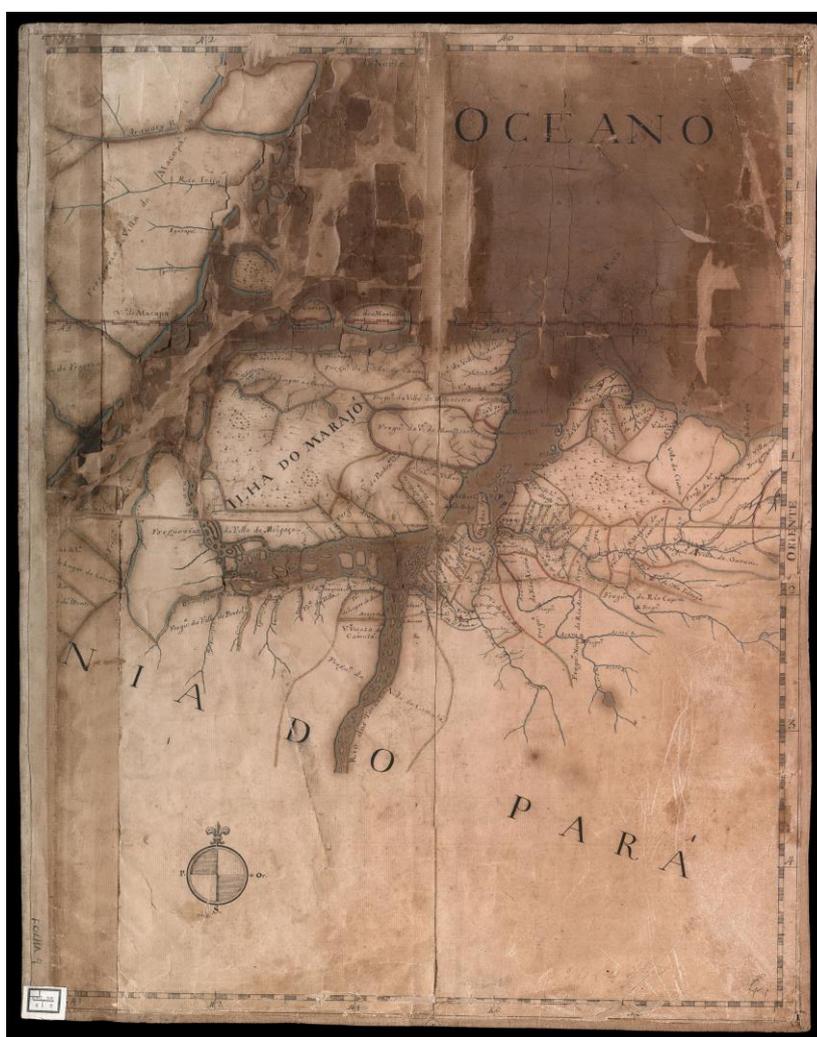


Figura 52: Folha 4 mostrando a parte Leste do Estado do Pará, a Ilha do Marajó, rios, vilas e outras. **Fonte:** Biblioteca Nacional-BN

¹⁴² COSTA, Graciete Guerra da, CINTRA, J. P. "Mappa geral do Bispado do Pará: um novo paradigma da cartografia amazônica". in: **V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, Petrópolis – RJ, 2013.

CAPÍTULO IV

FORTIFICAÇÕES ERGUIDAS DE 1754 A 1776



Figura 54: Triângulo e os Pilares Mestres da Amazônia no Século XVIII.

Fonte: FERREIRA, Viagem Filosófica, 2007.

4.1. Forte Nossa Senhora da Conceição – Costa Marques - RO (1754)

Coordenadas geográficas: 12° 24' 46" S 064° 26' 15" W

O Forte Nossa Senhora da Conceição situava-se na margem oriental do Vale do Rio Guaporé, erguido a cerca de dois quilômetros a jusante do local onde posteriormente foi construído o Real Forte Príncipe da Beira. Localiza-se no município de Costa Marques, antes Capitania do Mato Grosso, e hoje Estado de Rondônia, na fronteira com a Bolívia.

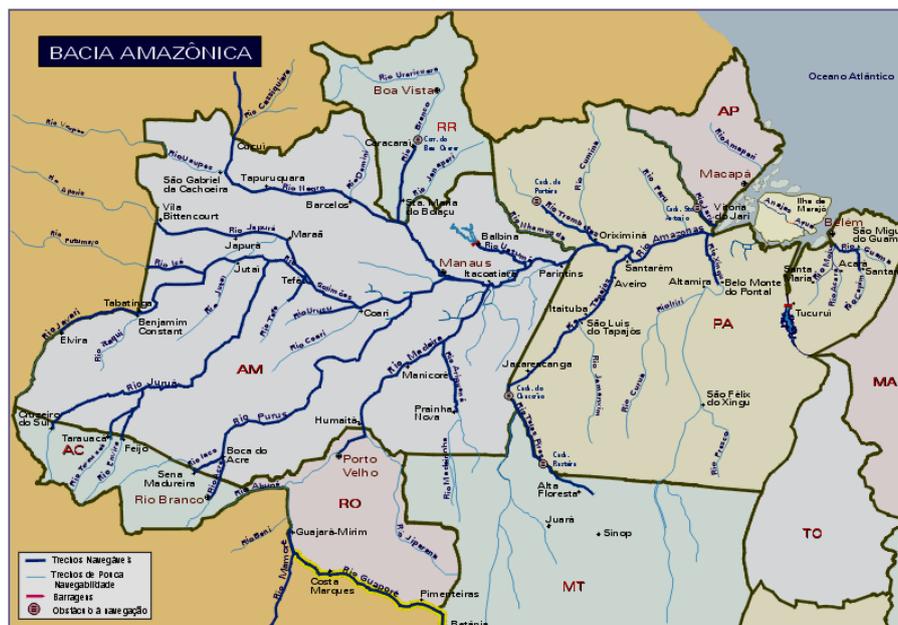


Figura 55: Mapa da Bacia Amazônica, em detalhe amarelo o Rio Guaporé, em Rondônia.
Fonte: DÊNÍ, 2009.

A capacidade técnica dos engenheiros militares¹⁴⁵ oriunda de excelente formação não se vê no Forte Nossa Senhora da Conceição, depois denominado Forte de Bragança. Faltou por lá um atento levantamento topográfico do terreno e observação dos materiais construtivos do local. “O terreno era de areia manteiga, que qualquer pequena porção de agoa penetra” informa Beatriz Bueno. O Forte Conceição foi implantado em terreno alagadiço, impróprio para construção, com um dos quatro lados sobre a margem do Rio Guaporé, totalmente exposto ao impacto das águas, que, nas maiores cheias, quase chegam às canhoneiras¹⁴⁶.

Outro fator de fracasso da construção foi a falta de cal, e a tentativa de substituir o material por barro, achando-se que faria igual efeito, o que não aconteceu.

¹⁴⁵ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e Desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2011, p. 267.

¹⁴⁶ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e Desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2011, p. 267.

Os portugueses procuraram estabelecer a qualquer custo sua presença, ampliando sua ocupação na fronteira Oeste, com a criação da Capitania de Mato Grosso (1748) e a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade (1752). Rolim de Moura, primeiro Governador da Capitania do Mato Grosso, trouxe ordens expressas do governo, e minuciosas “Instruções” relativas à política exterior portuguesa quanto às fronteiras ocidentais do Brasil. A navegação do Guaporé era de vital importância para Portugal, como via de comunicação com o Amazonas¹⁴⁷.

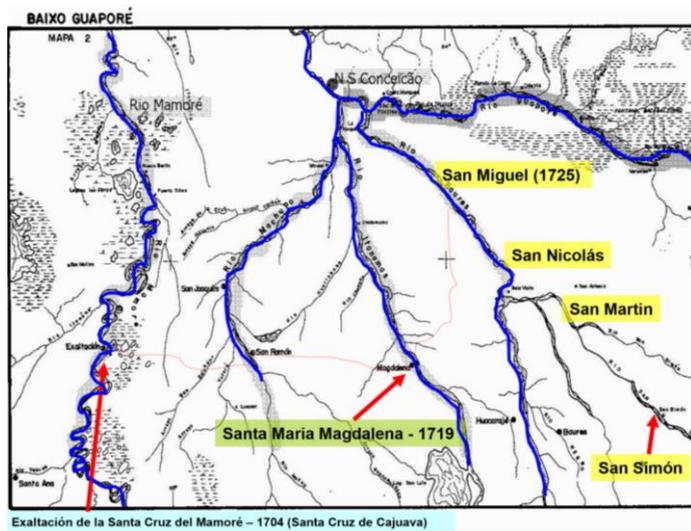


Figura 56: Rio Guaporé e seus afluentes onde se localizavam as missões espanholas, na fronteira do Brasil com a Bolívia, Rondônia-RO. **Fonte:** Meireles, 1989.

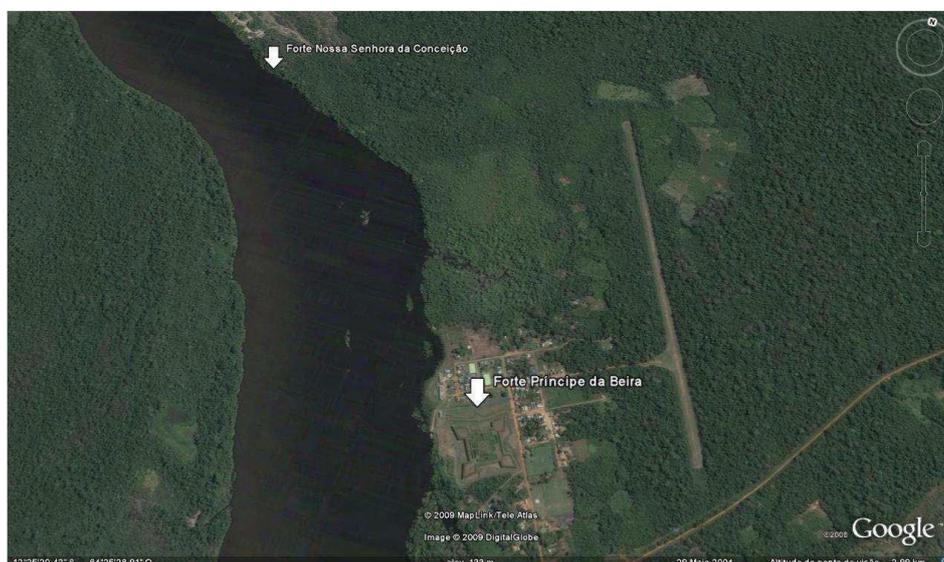


Figura 57: Localização do Forte Nossa Senhora da Conceição em relação ao Forte Príncipe da Beira na fronteira do Brasil com a Bolívia, Rondônia-RO. **Fonte:** Google Earth.

¹⁴⁷ DÊNÍ, Emerson da Silva, Maj Inf. **O Forte Nossa Senhora da Conceição e a consolidação da fronteira no Vale do Guaporé.** Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Militares. Aprovado em 2009.

Os missionários espanhóis, com o pretexto de proteger suas conquistas do avanço lusitano, fundaram três Reduções na margem direita do Rio Guaporé: a primeira em Santa Rosa em 1743, próxima à foz do Rio São Domingos; a segunda em São Miguel, instalada em 1746, vizinha à foz do Rio São Miguel; e a terceira em São Simão, instalada em 1746, na foz do Rio Corumbiara.

O Capitão-general do Mato Grosso Dom Antonio Rolim de Moura substituiu Francisco Xavier de Mendonça Furtado, como chefe da Comissão de Demarcação dos Limites, em março de 1759.

Segundo o Cel Emerson Dêni, Rolim de Moura era cartógrafo e astrônomo.

Primo de Dom João V, Moura recebeu instruções particulares do rei, para que priorizasse a região do Mato Grosso e que não instalasse a capital da Capitania em Cuiabá. A região vizinha aos espanhóis, onde estavam instaladas algumas missões jesuítas no lado oriental do Rio Guaporé. Instrução da Rainha de Portugal 19, D. Mariana Vitória, para D. Antônio Rolim de Moura, de 19 de janeiro de 1749, em que manda vigiar as missões espanholas situadas na margem oriental do Rio Guaporé:

§ 8 – “A proximidade em que está o Mato Grosso das missões espanholas dos Xiquititos e dos Moxos, e do Governo de Santa Cruz de la Sierra, que é dependência do Peru, se faz preciso que em vós e em vossos sucessores haja maior circunspeção para evitar toda a queixa e castigar toda a desordem que os súditos do vosso governo cometerem contra os espanhóis, e juntamente a maior vigilância para não consentir que os mesmos se adiantem para a nossa parte, ou cometam violência alguma contra meus vassallos (Instrução da Rainha Mariana Vitória para Rolim de Moura in MENDONÇA, 1985, p. 25).

Em 17 de janeiro de 1751, D. Antônio Rolim de Moura assumiu o cargo em Cuiabá e logo tratou de procurar novo local para criar a capital nas proximidades da fronteira. Dessa forma, em 19 de março de 1752, levantou à margem do Rio Guaporé, no lugar denominado Pouso Alegre e a mais de 400 km a Oeste de Cuiabá, sede da Capitania, com o nome de Vila Bela da Santíssima Trindade¹⁴⁸.

A posição escolhida permitia o acesso fluvial a Belém e se contrapunha aos jesuítas espanhóis das reduções de Santa Rosa, São Simão e São Miguel, fixadas a leste do Rio Guaporé desde 1743 e vinculadas ao Vice-Reinado do Peru.

¹⁴⁸ DÊNI, Emerson da Silva, Maj Inf. **O Forte Nossa Senhora da Conceição e a consolidação da fronteira no Vale do Guaporé**. Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Militares. Aprovado em 2009.



Figura 58: Planta do Forte Nossa Senhora da Conceição, na fronteira do Brasil com a Bolívia, Rondônia-RO, feita por Tomás de Souza, em 1767.
Fonte: Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

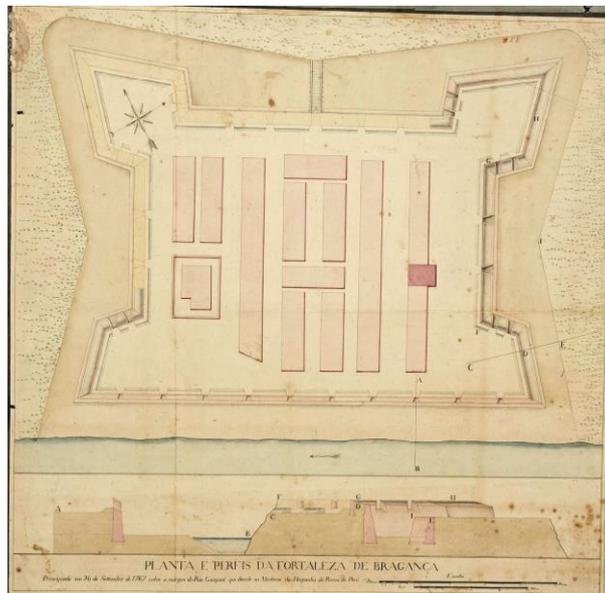


Figura 59: Planta do Forte de Bragança, ex-Nossa Senhora da Conceição, na fronteira do Brasil com a Bolívia, Rondônia-RO, em que se vêem as modificações executadas na muralha fronteira ao rio. **Fonte:** AHEX - Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

O Cel Dêni em seu trabalho¹⁴⁹ “O Forte Nossa Senhora da Conceição e a consolidação da fronteira no Vale do Guaporé”, informa que, em 1754, o governador Rolim de Moura fundou um destacamento militar na antiga redução de Santa Rosa, às margens do Rio Guaporé, denominando-a de Guarda de Santa Rosa Velha.

¹⁴⁹ DÊNI, Emerson da Silva, Maj Inf. **O Forte Nossa Senhora da Conceição e a consolidação da fronteira no Vale do Guaporé.** Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Militares. Aprovado em 2009.

Tinha por objetivo combater e impedir os ataques dos espanhóis do Vice-reinado do Peru. O efetivo inicial da “Guarda de Santa Rosa Velha” era de uma guarnição de dez a doze homens, mas chegou a um efetivo de quarenta homens¹⁵⁰.

Fortificar não significava apenas defender militarmente, mas, sobretudo, marcar a presença portuguesa naquelas regiões tão distantes. A fortificação era a consecução de um objetivo político compreendido claramente nos posicionamentos de Lisboa para assegurar suas possessões amazônicas.

Em 6 de fevereiro de 1760¹⁵¹, o Governador Dom Antônio Rolim de Moura, o Conde de Azambuja, partindo de Vila Velha em viagem de reconhecimento, transformou a Guarda de Santa Rosa Velha em Forte Nossa Senhora da Conceição, com a finalidade de garantir à Coroa Portuguesa a posse da margem direita do Rio Guaporé e manter livre a comunicação da Capitania do Mato Grosso com a Capitania do Grão-Pará.

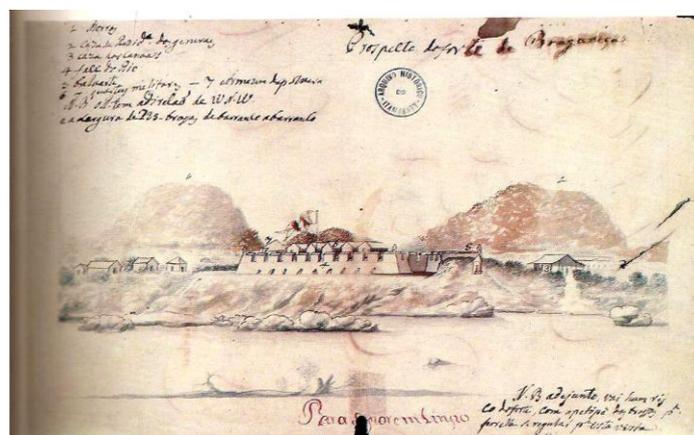


Figura 60: Vista do Forte de Bragança, na fronteira do Brasil com a Bolívia, Rondônia-RO, de autoria de Francco Xer. de Oliveira, em 1770. Verifica-se: (1) Morros, (2) casa da residência dos generais, (3) casa das canoas, (4) muralha, (5) baluarte, (6) parte dos quartéis militares e armazém de pólvora. **Fonte:** NUNES, 1985.

Em 1769, o Forte Nossa Senhora da Conceição recebeu a designação Forte Bragança. Uma grande cheia, ocorrida em 1771, destruiu o forte comprometendo a comunicação com a Bacia Amazônica e a defesa da Capitania. Utilizado até 1783, o seu efetivo foi transferido nesse ano para o Real Forte Príncipe da Beira, situado a dois quilômetros, na mesma margem, a montante, no Rio Guaporé.

O Cel Emerson Dêni da Silva, em seu estudo¹⁵² sobre “O Forte Nossa Senhora da Conceição e a consolidação da fronteira no Vale do Guaporé”, referindo-se à sua

¹⁵⁰ REIS, Arthur César Ferreira. **Limites e demarcações na Amazônia Brasileira. A fronteira colonial com a Guiana Francesa.** Belém: Secretaria do Estado da Cultura, 1947, p. 101.

¹⁵¹ SOUTHEY, Robert. **Historia do Brasil.** Traduzida do inglês pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro; anotada por J. C. Fernandes Pinheiro, Brasil Bandecchi e Leonardo Arroyo. 4 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1977, 3 Vol., p. 314 e 315.

¹⁵² DÊNI, Emerson da Silva, Maj Inf. **O Forte Nossa Senhora da Conceição e a consolidação da fronteira no Vale do Guaporé.** Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do

visita, observa que no local do Forte Conceição, em junho de 2007, só encontrou ruínas do mesmo, durante uma operação de reconhecimento de fronteira.



Figuras 61 e 62: Ruínas do Forte Conceição, na fronteira do Brasil com a Bolívia, Rondônia-RO. **Fonte:** Acervo do Exército do PEF Sentinelas do Guaporé.



Figuras 63 e 64: Ruínas do Forte Conceição, na fronteira do Brasil com a Bolívia, Rondônia-RO. **Fonte:** Acervo do Exército do PEF Sentinelas do Guaporé.

Em junho de 2014¹⁵³, para este trabalho de campo, a pesquisadora esteve no local do Forte Conceição, hoje em ruínas. Não foi possível fotografar o local por conta da cheia histórica do Rio Guaporé, que subiu naquele ano 18,70 metros.

No museu localizado na entrada do Pelotão Especial de Fronteira Sentinelas do Guaporé, ao lado do Real Forte Príncipe da Beira, encontra-se um sino do Forte Nossa Senhora da Conceição.



Figura 65: Sino do Forte Nossa Senhora da Conceição, na fronteira do Brasil com a Bolívia, Rondônia-RO, encontrado no Museu do PEF Sentinelas do Guaporé. **Fonte:** Graciete Guerra da Costa, 2014.

Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Militares, 2009.

¹⁵³ Visita realizada pela Arq./Urb. Graciete Guerra da Costa, em junho de 2014 ao local do Forte Nossa Senhora da Conceição.

4.2. Forte de São Gabriel da Cachoeira-AM (1761)

Coordenadas geográficas: 00° 07' 48" S, 067° 05' 20" O.

O Forte de São Gabriel da Cachoeira está no Morro da Fortaleza, à margem esquerda do Alto Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira¹⁵⁴, Estado do Amazonas.

Situa-se na fronteira do Rio Negro ao norte do Brasil, em locais de antigos acampamentos de tropas de resgate. Essas áreas, escolhidas pelos portugueses em função de suas características estratégicas militares, em geral grandes platôs de desenho triangular ou quadrado, vastamente irrigados, parte delas localiza-se no meio da floresta, às margens dos rios Amazonas, Negro, Solimões, Guaporé, Branco e outros. No caso de São Gabriel, é na bacia do Rio Uaupés¹⁵⁵ ou Caiari, afluente que desemboca no Rio Negro, pela margem direita em local de cachoeiras¹⁵⁶.



Figura 66: Foto aérea de São Gabriel da Cachoeira, na Região conhecida como Cabeça do Cachorro, Alto Rio Negro, 2012. **Fonte:** Graciete Guerra da Costa, 2012.

¹⁵⁴ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Senado Federal, v. 30, 2004, 324.

¹⁵⁵ SILVA, Acionilio Brüzzi Alves da. **A Civilização Indígena do Uaupés: observações antropológicas etnográficas e sociológicas**. 2ª Edição. Roma: Libreria Ateneo Salesiano, 1977, p. 26-27.

¹⁵⁶ **Cachoeiras** – Na Amazônia, são lugares onde o curso de água apresenta algum declive, com rebojos, corredeiras e verdadeiras cachoeiras ou quedas de água. Essas, aliás, bem raras na Amazônia. Como se trata de denominação indígena, vem os nomes em uma construção semelhante ao genitivo possessivo saxônico, que é muito do espírito da língua Tukano, e em geral das línguas indígenas da região: *lauareté-cachoeira*, *Pari-cachoeira*, etc. Fonte: SILVA, 1977, p. 12-13.



Figura 67: Morro da Fortaleza onde se localizava o Forte São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, 2012.

Fonte: Graciete Guerra da Costa, 2012.

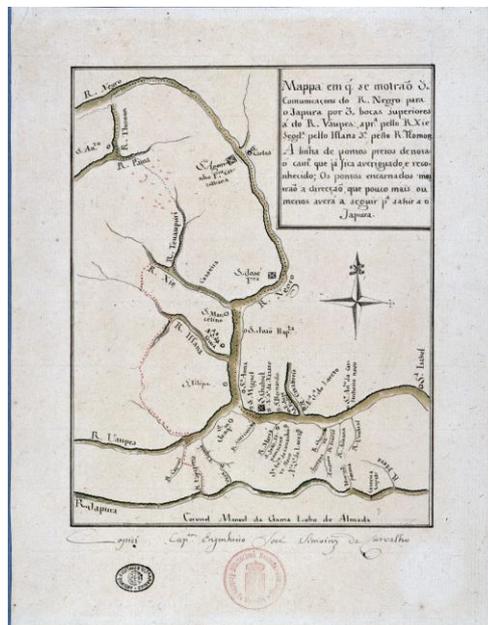


Figura 68: Mapa elaborado por Manoel da Gama Lobo de Almada em que se mostram três comunicações do Rio Negro para o Japurá por três bocas, no Amazonas.

Fonte: Arquivo Histórico do Exército, de AHU – m_755

O mapa da figura 68, elaborado pelo Coronel Manoel da Gama Lobo de Almada, mostra a localização da Fortificação de São Gabriel, e duas outras fortificações castelhanas. No cartucho do mapa está escrito:

“Mappa em q' se mostrão 3 comunicaçõs do R. Negro para o Japura por 3 bocas superiores á do R. Uaupes: a 1ª. Pello R. Xie segda. pello Issana 3ª pello R. Thomon. A linha de pontos pretos denota o camº. que já fica averiguado e reconhecido; Os pontos encarnados mostrão a direcção que pouco mais ou menos averá a seguir pª sahir a o Japura. ”

Segundo a carta de Delgado, datada de 29 de agosto de 1761, na margem esquerda do Rio Negro, ao lado das correntezas, em cima de um morro de pedra foi levantado o forte de São Gabriel, pelo Capitão José da Silva Delgado, no lugar mais estreito do Rio Negro¹⁵⁷.



Figura 69: Plano da curva do rio Negro. Segundo os Mapas de Gama Lobo de Almada, Codazzi, Humboldt & ... Neste plano visualiza-se a localização do Forte de Marabitanas ou Cucuí e de S. Gabriel da Cachoeira, no Amazonas.

Fonte: AHEx - Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Segundo Adler Homero¹⁵⁸, o capitão Delgado informou nessa carta ao Governador do Rio Negro que a construção estava concluída.



Figuras 70 e 71: Planta da casa-forte de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, s.d.

Fonte: AHEx - Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

¹⁵⁷ REIS, Arthur César Ferreira. **Roteiro Histórico das Fortificações no Amazonas**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1966.

¹⁵⁸ CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. **Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006**. V. 2 – Regiões Norte e Nordeste. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009, p.143-144.

Há nessas duas plantas do Forte de São Gabriel da Cachoeira uma diferença: a planta da casa-forte em vermelho não é a mesma que aparece na Planta da Fortaleza em forma de estrela. No desenho superior da planta mostra-se um edifício de três andares, que, de acordo com o desenho embaixo, é de planta octogonal. Já na Planta da Fortaleza, a forma da planta baixa central é hexagonal, ambos sem data, s.d. O tipo de caligrafia e a cor da tinta das duas plantas depreende que elas foram feitas em datas diferentes.

Nas plantas mostradas e nas narrativas da história o Forte de São Gabriel da Cachoeira parece grande, mas o espaço observado *in loco*, não comporta uma grande fortificação, tendo em vista que o morro com a pedra elevada é pequeno.

As defesas construídas pelo Capitão Delgado, em madeira, não foram aprovadas pelo Governador Manuel Bernardo de Melo e Castro. Por isso, ele ordenou ao engenheiro cartógrafo alemão Felipe Frederico Sturm vistoriar a fortaleza incendiada em 26 de setembro de 1762 e construir uma nova fortificação.

Adler Homero conta que em 1762, Felipe Sturm verificou que, apesar da excelente localização, a fortaleza não oferecia condições de artilharia e era vulnerável a inimigos. Sturm recomendou a manutenção da casa-forte. Pediu que sua defesa fosse reforçada por outras duas: uma na margem Norte do Rio Negro, outra em Marabitanas. Felipe Sturm continuou estudos exaustivos no Rio Negro, das cachoeiras para cima; considerados mais eficazes por Lacerda e Almeida e capitão Joaquim Ferreira, em 1781, Tenente Marcelino José Cordeiro, de 1784 e 1788, e Manoel da Gama Lobo de Almada. Essa nova fortificação não durou muito e foi reerguida treze anos após a sua construção.¹⁵⁹

Em 1985, com a criação do Projeto Calha Norte, escolheu-se São Gabriel da Cachoeira como local estratégico para o início da construção do Batalhão Especial de Fronteira-BEF, representando o marco do apoio aos polos irradiadores do desenvolvimento social e ambiental sustentável. Esse primeiro projeto foi elaborado, por licitação, pela Arquiteta Graciete Guerra da Costa¹⁶⁰.

O termo Calha Norte deve-se ao fato de que o Programa foi criado para atender municípios ao norte do Rio Amazonas, ou seja, na região localizada na calha norte do Amazonas. Abrangendo 194 municípios, 95 dos quais ao longo dos 10.938 km da Faixa de Fronteira, em seis Estados da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima) o Programa Calha Norte tem uma área de atuação qua

¹⁵⁹ CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. **Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006**. V. 2 – Regiões Norte e Nordeste. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009, p.143-144.

¹⁶⁰ COSTA, Graciete Guerra da. "Projeto Calha Norte – 5º BEF em São Gabriel da Cachoeira". Manaus: Exército Brasileiro – CRO 12, 1985.

corresponde a 32% do Território Nacional onde habitam cerca de 8 milhões de pessoas, incluindo 46% da população indígena do Brasil¹⁶¹. Nessa Região estão os doze fortes lembrados nesse trabalho de pós-doutorado.



Figura 72: Carimbo de um dos originais das plantas do Projeto do 5º Batalhão Especial de Fronteira-BEF de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, 1986.
Fonte: Graciete Guerra da Costa, 1986.

Em fevereiro de 1988, em uma de suas viagens de pesquisa pela Amazônia, o professor Argemiro Procópio, titular do Instituto de Relações Internacionais da UnB, esteve em São Gabriel da Cachoeira. Na ocasião, descobriu o primeiro cemitério da cidade ao lado das ruínas do forte. Observando o que havia no local, se deparou com duas lápides e um canhão do antigo forte enterrados no local. Desenterrou as lápides e o canhão¹⁶².



Figura 73: Momento em que desenterrou o canhão e as lápides do local do Forte de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, 1988. **Fonte:** Argemiro Procópio.

¹⁶¹ GOVERNO FEDERAL. Publicação **ASCOM do Ministério da Defesa** sobre os 25 Anos do Programa Calha Norte.

¹⁶² PROCÓPIO, Argemiro. **Destino Amazônico: devastação nos oito países da Hileia**. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 41.



Figura 74: Detalhes dos símbolos da Coroa e monograma reais gravados no canhão desenterrado, que guarnecia o forte, em 1988. **Fonte:** Argemiro Procópio



Figura 75 e 76: As duas lápides desenterradas no local do Forte São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, pelo Professor Argemiro Procópio da UnB, 1988. Uma data de maio de 1867, e a outra de 1873. **Fonte:** Argemiro Procópio.

Pode-se observar que possuem a mesma dimensão e o mesmo material. Pela inscrição depreende-se ainda que foram mandadas fazer pela mesma pessoa: V. O. FRANÇA. Nas duas grandes lápides, confeccionadas em mármore de Carrara, estava escrito:

“AQUI JAZ D. MARIA THOMAZIA DA COSTA FALECIDA A 18 DE SETEMBRO DE 1867. SEU FILHO V. DE O. FRANÇA MANDOU COLOCAR ESTA LÁPIDE EM SINAL DE FILIAL AMOR”.

Na segunda há a seguinte inscrição¹⁶³:

“AQUI JAZEM OS RESTOS MORTAIS DO INOCENTE MANOEL ANTONIO CORDEIRO FALECIDO EM 2 DE MAIO DE 1873. SEU PADRINHO V. O. FRANÇA EM SINAL DE AMIZADE MANDOU COLOCAR ESTA LÁPIDA”.

Segundo o Professor Procópio, para evitar o roubo dessas lápides como de outras peças de valor do Forte de São Gabriel da Cachoeira, foram depositadas as peças de quase uma tonelada, bem em frente da Prefeitura da cidade. Esse fato,

¹⁶³ PROCÓPIO, Argemiro. **Destino Amazônico: devastação nos oito países da Hileia**. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 41.

segundo ele, mostra a urgência de se traçar a historiografia da região para o conhecimento da população.



Figura 77: A foto mostra as duas lápides e o canhão desenterrados no local do Forte, pelo Professor Argemiro Procópio da UnB, depositados em frente à Prefeitura, ao fundo avista-se o Rio Negro em São Gabriel da Cachoeira, 1988. **Fonte:** Argemiro Procópio.

Em junho de 2005, o professor Argemiro Procópio retornou a São Gabriel da Cachoeira, e, para sua surpresa, encontrou as lápides quebradas em um lixão ao fundo da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira. Ficou estarecido com o que viu, uma vez que esse forte serviu de base para operações de reconhecimento e demarcação do Tratado de Santo Ildefonso por Lobo D'Almada. O Forte de São Gabriel da Cachoeira não só garantiu a Demarcação dos Limites da Fronteira Norte do Brasil, pelo Tratado de Madri, como também era o poder da Coroa de Portugal controlando missionários e indígenas¹⁶⁴.

A pesquisa encontrou, em 2012, quatro canhões que estão em São Gabriel da Cachoeira: um na entrada do Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, “Brigada Ararigbóia”, e os outros três no Pátio da Bandeira do mesmo Comando¹⁶⁵. Provavelmente, um deles seria o que o Professor Procópio desenterrou do local por ocasião de sua visita em 1988.

¹⁶⁴ PROCÓPIO, Argemiro. **Destino Amazônico: devastação nos oito países da Hileia**. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 41.

¹⁶⁵ Visita realizada pela Arq./Urb. Graciete Guerra da Costa, em novembro de 2012 ao local do Forte de São Gabriel da Cachoeira-AM.



Figura 78: Um dos canhões do Forte de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas.

Fonte: Graciete Guerra da Costa, 2012.

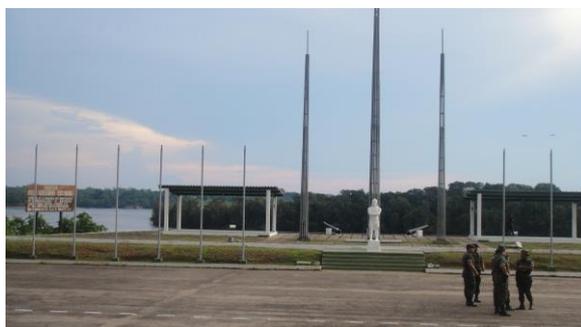


Figura 79: Pátio da bandeira do Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva “Brigada Ararigbóia” onde estão os outros três canhões do Forte de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas.

Fonte: Graciete Guerra da Costa, 2012.



Figura 80: Um dos canhões existentes no Pátio da Bandeira do Comando da 2ª Brigada de B. Infantaria de Selva “Brigada Ararigbóia” onde estão os outros dois canhões do Forte de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas.

Fonte: Graciete Guerra da Costa, 2012.

Pouco resta do Forte. Em 2012, durante visita a São Gabriel da Cachoeira, a pesquisadora fotografou uma caixa d’água da Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA). Para o professor Argemiro Procópio, estudioso da Amazônia e da história do forte, essa caixa d’água descaracteriza o sítio físico da edificação militar e revela o desconhecimento da memória nacional.



Figura 81: Foto da Caixa d'Água da COSAMA construída no lugar do Forte de São Gabriel.
Fonte: Graciete Guerra da Costa, 2012.



Figura 82: Vista do local onde foi erguido o Forte de São Gabriel, se pode ver o ponto mais estreito do Rio Negro.
Fonte: Graciete Guerra da Costa, 2012.

A fundação do Forte de São Gabriel da Cachoeira, na região da Cabeça do Cachorro, no Alto Rio Negro, era de vital importância na estratégia de defesa e proteção contra incursões estrangeiras. Serviu de base para operações de reconhecimento e demarcação especificadas no Tratado de Santo Ildefonso por Lobo D'Almada, e também oferecia para Portugal controlar missionários e índios.

Hoje São Gabriel da Cachoeira se firmou como área de intercâmbio fronteiriço, confirmando assim o acerto de sua localização pelos portugueses.

1763) decidiu construir, em 1761, um fortim¹⁶⁸ de faxina, trabalho delegado ao alemão Capitão Eng. Gaspar João de Gronfeld.¹⁶⁹

Essa fortificação era muito pequena e de péssimo acabamento, fato que motivou construir uma fortaleza de maior porte. Isso se fez no reinado de D. José e por ordem expressa do Marquês de Pombal.

Segundo Renata Araújo, em 2 de janeiro de 1764, o Governador e Capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Fernando da Costa de Ataíde Teive, dirigiu-se à Vila de São José do Macapá, em companhia do Sargento-mor Engenheiro Henrique Antônio Galluzzi, examinou o terreno e aprovou a planta geral de uma nova fortaleza, designando o mesmo para elaborar o projeto. Galluzzi foi para Macapá como Capitão de Infantaria com exercício de engenheiro, posto a que fora promovido em 1761.¹⁷⁰



Figura 84: Planta da Vila de São José de Macapá, no Amapá.

Fonte: FERREIRA, Arnaldo Manuel de Medeiros. **Fortificações Portuguesas na Cartografia Manuscrita do Brasil**. In: I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Rio de Janeiro, 2006.



Figura 85: Planta da Vila de São José de Macapá, no Amapá.

Fonte: Arquivo Histórico do Exército, de AHU-pa

¹⁶⁸ **Fortim** - É um pequeno forte.

¹⁶⁹ FERREIRA, Arnaldo Manuel de Medeiros. "Fortificações Portuguesas na Cartografia Manuscrita do Brasil". In: **I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, Rio de Janeiro, 2006.

¹⁷⁰ ARAÚJO, Renata Malcher de. **As Cidades da Amazônia no Século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. Porto: FAUP, 1998, p. 185.



Figura 86: Planta da Fortificação de São Jozé de Macapá, Galluzzi.
Fonte: Arquivo Histórico do Exército, de AHU-pa

O conjunto da fortaleza ocupa 84.000 m², em estilo Vauban dito de 8^a classe. Trata-se de uma fortaleza abaluartada¹⁷¹ regular de quatro faces¹⁷², cujo projeto original (com base no qual se deu início à construção da fortaleza, em 29 de Janeiro de 1764, com a abertura das fundações) sofreu várias modificações. Os baluartes foram assim batizados: Nossa Senhora da Conceição, São José, São Pedro, e Madre de Deus. Havia ainda no projeto obras exteriores, por exemplo, como: um fosso aquático que circundaria a fortaleza pelos lados Norte e Oeste. Diante do fosso dois revelins¹⁷³ ligados ao corpo da praça por pontes; a Sul e a Leste os fossos seriam secos cobertos por um pequeno revelim a Sul e um hornaveque a Leste¹⁷⁴.

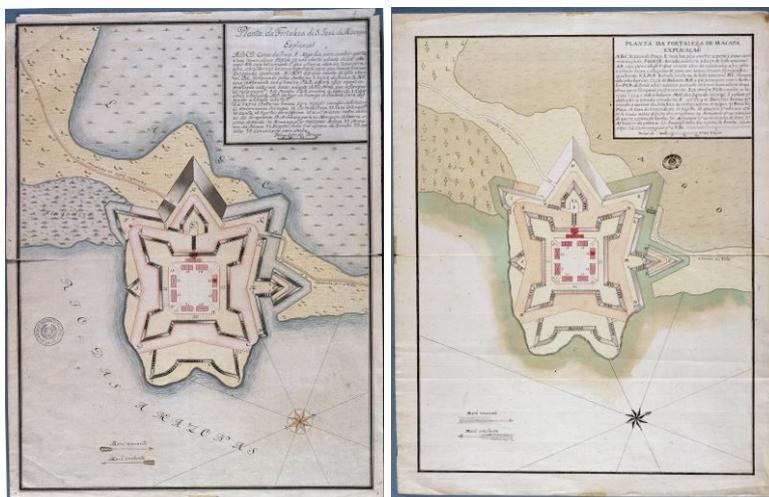


Figura 87 e 88: Plantas da Fortaleza de Macapá, no Amapá.
Fonte: Arquivo Histórico do Exército, de AHU-pa_804 e pa_805

¹⁷¹ **Abaluartar ou Baluartar** – Fortificar, tornar inexpugnável.

¹⁷² **Face** – Superfície plana e aparelhada. O termo é aplicado, em construção, para designar a superfície anterior ou superior, conforme o caso, de uma pedra ou tijolo. Superfície aparente de um elemento de alvenaria do muro. A face opõe-se ao TARDOZ, que é a superfície posterior oculta pela espessura do muro.

¹⁷³ **Revelim** - Construção externa saliente, de forma angular para a defesa de ponte, etc. Semelhante ao baluarte tem planta trapezoidal ou triangular.

¹⁷⁴ ARAÚJO, Renata Malcher de. **As Cidades da Amazônia no Século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. Porto: FAUP, 1998, p. 190.

Ligando os baluartes com 14 canhoneiras lançantes em cada um deles, existem as cortinas¹⁷⁵ e embaixo das mesmas foram construídas duas casamatas¹⁷⁶, que estão num subterrâneo abobadado, e que serviam na época de abrigo para os soldados de baixa patente. O recinto da praça principal é um quadrado perfeito, onde se acham oito edifícios para os diferentes usos de uma praça de guerra (casas do comandante e dos oficiais, capela que recebe o nome de São José, padroeiro da cidade de Macapá, casa do capelão, e do cirurgião-mor, hospital, paiol de pólvora e armazéns). No centro da praça construíram uma cisterna que funcionava como sistema de drenagem da fortaleza, evitando seu alagamento.

Todas essas características específicas fazem da Fortaleza de Macapá obra de monumental importância do ponto de vista da arquitetura militar da Amazônia, ainda pouco estudada no Brasil.

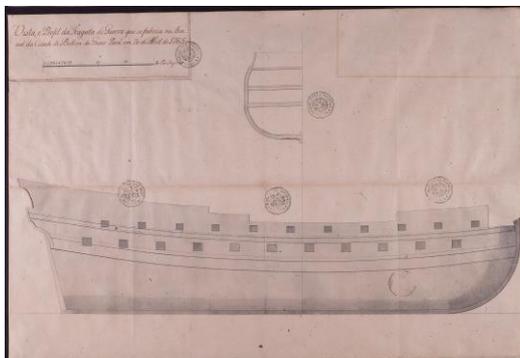


Figura 89: Vista e Perfil de Fragata de Guerra, ano 1765.
Fonte: Arquivo Histórico do Exército, de AHUpa_1272

A fortaleza de Galluzzi teve seu projeto modificado diversas vezes, e sua construção postergada, devido a contratempos. O engenheiro escreveu carta pedindo providências.¹⁷⁷

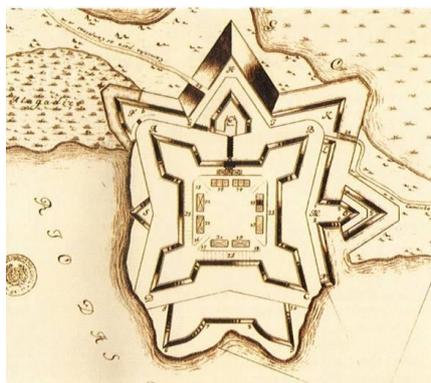


Figura 90: Planta da Vila de São José de Macapá, no Amapá, 1772, Documento No. 804 da Cartografia manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa.
Fonte: FERREIRA, 2006.

¹⁷⁵ **Cortina** – É um muro recuado que liga dois baluartes ou bastiões.

¹⁷⁶ **Casamata** - Prisão subterrânea abobadada nas antigas fortalezas.

¹⁷⁷ CAMILO, Janaína. **Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p. 186.

As obras da fortaleza iniciaram em 29 de junho de 1764, nesse dia lançaram a primeira pedra do baluarte de São Pedro.

As obras seguiam em ritmo acelerado. Para construir projeto de tal magnitude utilizaram mão-de-obra indígena e de escravos negros comercializados pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.¹⁷⁸ Esses homens, no total de 346, trabalharam como carpinteiros, pedreiros e remeiros da canoas, que transportavam cal e pedras para a maior fortaleza da Amazônia.¹⁷⁹

Durante a obra (1765, 1767) Galluzzi elaborou desenhos para mostrar o andamento da construção dos baluartes, do fosso e do portão da fortaleza ao caminho que levava à cidade.

Atacado pela febre da malária Galluzzi faleceu durante a edificação da Fortaleza de Macapá, no dia 27 de outubro de 1769, na Vila de São José de Macapá.

Depois de sua morte, a partir de 1772, os engenheiros Henrique João Wilkens, Domingos Sambucetti e Gaspar Gerald Gronfeld enviaram vários relatórios a Belém e a Portugal relatando a situação e os problemas da fortaleza.¹⁸⁰

Galluzzi foi substituído pelo engenheiro Gaspar João de Groenfeld, e que concluíram a engenharia daquele monumento histórico em 1772.

Ao assumir o trono português, D. Maria I cancelou todas as verbas destinadas à manutenção e às obras da fortaleza, razão da sua inauguração tardia em 19 de Março de 1782.

Depois da Proclamação da República em 1889, abandonaram a Fortaleza de São José de Macapá. Em 1943, com a criação do Território do Amapá, ela abrigou o comando da Guarda Territorial, e suas casamatas utilizado como presídio da cidade.

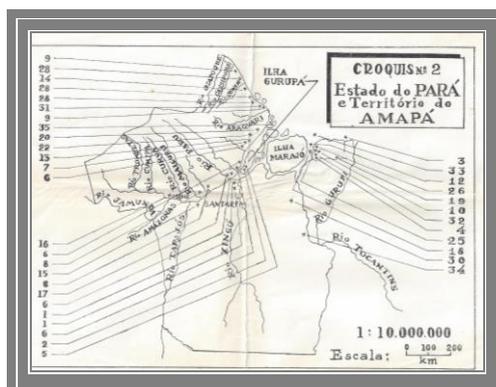


Figura 91: Croquis N° 2 do Estado do Pará e Território do Amapá, s/d.
Fonte: AHEx - Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

¹⁷⁸ CAMILO, Janaína. **Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p. 200.

¹⁷⁹ Idem, Mappa dos índios e pretos trabalhadores. Anno de 1765, Anexo 3, p. 207.

¹⁸⁰ Arquivo Histórico Ultramarino. In: CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. **Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006**. V. 2 – Regiões Norte e Nordeste. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009. p. 180.



Figura 92: Fortaleza de Macapá, no Amapá, abandonada em 1907.
Fonte: Revista da Cultura, ANO VI, Nº 11.

Um dos problemas da fortaleza sempre era o alto custo de manutenção e as intempéries do clima quente e úmido, desfavoráveis a quaisquer edificações.

Em 1950, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, homologou o tombamento da Fortaleza de Macapá, transformando-a em Centro Sócio-Cultural e de lazer da cidade. Nesse período, realizaram-se obras emergenciais para abrigar outras instituições.

Com a Revolução de 1964, o governo do Território do Amapá manteve apenas o comando da Guarda nas instalações da fortaleza, utilizada como presídio político. Transferiram-se os demais organismos para outros edifícios do governo. O Clube Social do Círculo Militar na área do entorno Leste da fortaleza ocupou área onde originalmente existiam duas baterias baixas.



Figura 93: Portão de entrada da Fortaleza de Macapá, no Amapá.
Fonte: CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. *Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006. V. 2 – Regiões Norte e Nordeste.* Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.



Figura 94: Vista aérea da Fortaleza de Macapá, s/d.
Fonte: Prefeitura Municipal de Macapá



Figura 95: Vista aérea da Fortaleza de Macapá.
Fonte: Revista da Cultura, ANO VI, Nº 11.

Em 1997, o IPHAN iniciou o processo de restauração da Fortaleza de Macapá, para que fosse utilizado pela população em projetos culturais. Segundo Adler Homero, em Macapá, foram encontradas 53 peças de artilharia, todas de ferro, com os seguintes calibres: francesas, cinco de 36 libras e 10 de 24; em medidas inglesas há duas de calibre 12 libras, 29 de calibre 9, seis de calibre 6 e uma de calibre 4. São canhões antigos que datam do século XVII, 100 anos antes da construção da fortaleza, de fabricação francesa, inglesa, sueca e holandesa.

Provavelmente essas peças de artilharia foram levadas dos fortes e embarcações europeias queimados e saqueados pelos portugueses, durante as guerras.

A equipe do arqueólogo Marcos Albuquerque, do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, pioneira no estudo arqueológico do Sistema de Defesa do Brasil, realizou trabalho de prospecção aliado à documentação textual e iconográfica para resgatar peças da fortaleza. A equipe manteve atuante uma Unidade de Prospecção e Reconhecimento, que trouxe resultados. Foram encontradas, sob as muralhas do ângulo saliente de dois baluartes, estacas de madeira que confirmaram a utilização desta técnica naquela obra militar. Eram estacas de acapu, madeira resistente à água e que ainda se conservam após vários séculos. Inclusive, quando retiraram um fragmento para análise laboratorial, identificaram o odor característico dessa madeira.

Do ponto de vista da Arquitetura Militar, a Fortaleza de Macapá é a que possui os elementos de uma boa fortificação: *ordem, disposição, simetria, euritmia, decoro e distribuição*, lá reunidos, de forma clara e completa. Apesar do Real Forte Príncipe da Beira ser considerado um dos melhores exemplos da perfeita articulação dos seis itens da Arquitetura teorizados por Vitruvius, o Forte está em ruínas e alguns elementos não são mais visíveis.

A Fortaleza de São José de Macapá está aberta à visitação pública e é considerada uma das Sete Maravilhas Brasileiras.

4.4. Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga - AM (1766)

Coordenadas geográficas: 04° 13' 51" S 069° 56' 33" W

O Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga erigido à margem esquerda do Rio Solimões, na cidade de Tabatinga, enriquece o espaço da tríplice fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru, no Estado do Amazonas.

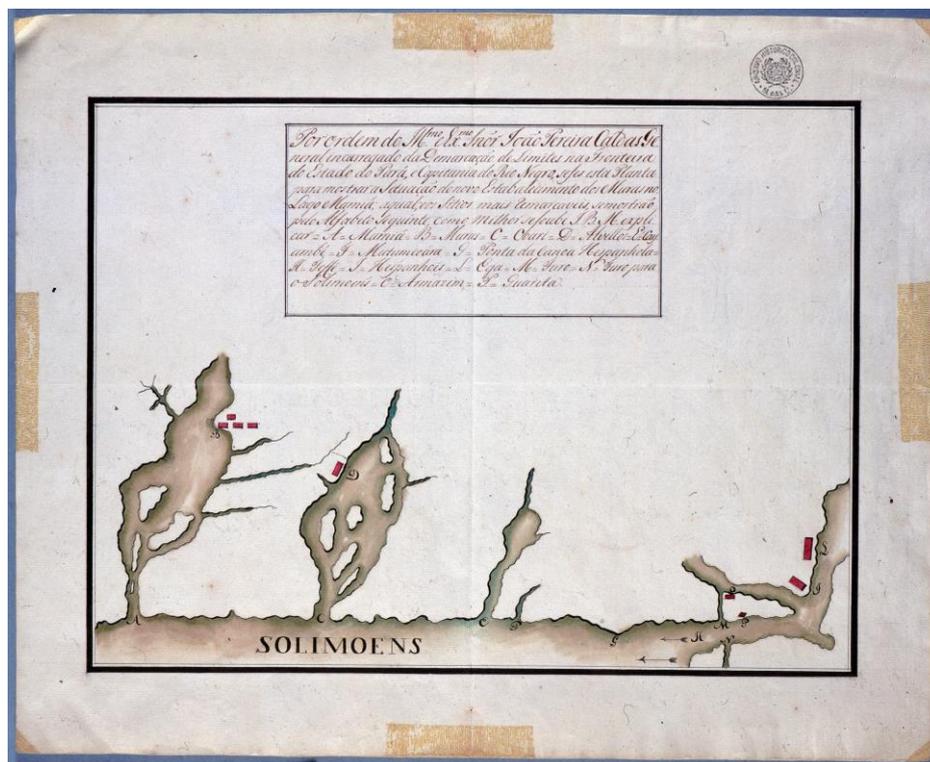


Figura 96: Mapa dos aldeamentos existentes na Demarcação dos Limites
Fonte: AHEx - Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

O forte que levava o nome do jesuíta Francisco Xavier era, para quem navegava em direção aos Andes, a última parada no Brasil e a mais importante no Rio Solimões. Tal forte marcava o limite ocidental dos domínios da Coroa portuguesa na região Amazônica. Para Meira Matos, era uma das três Áreas Interiores de Intercâmbio Fronteiriço¹⁸¹, onde se aproveitam as vias naturais existentes e as projetadas, para a possibilidade de conectar interesses internacionais em benefício dos países liminhos, no caso o Brasil, a Colômbia e o Peru.

¹⁸¹ MATTOS, Carlos de Meira. **Uma Geopolítica Pan-Amazônia**. Publicação 501 - Vol.181. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980, p.152.

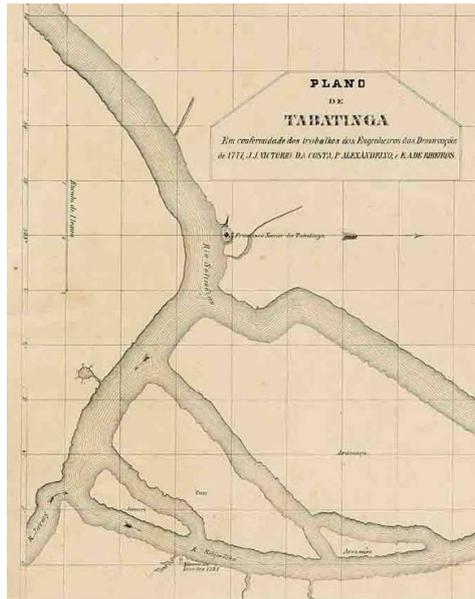


Figura 97: Plano de Tabatinga, Estado do Amazonas. Em conformidade dos trabalhos dos Engenheiros das Demarcações de 1777, J. J. Victorio da Costa, P. Alexandrino e E. A. de Ribeiros. **Fonte:** FERREIRA, Arnaldo Manuel de Medeiros. **Fortificações Portuguesas na Cartografia Manuscrita do Brasil.** In: I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Rio de Janeiro, 2006.

A figura 97 dá a localização do Forte de S. Francisco Xavier de Tabatinga. As duas figuras seguintes, o Forte de Tabatinga e o Forte de Marabitanas, por causa da localização fronteiriça, constituem marcos fundamentais na delimitação da atual fronteira Norte do Brasil.

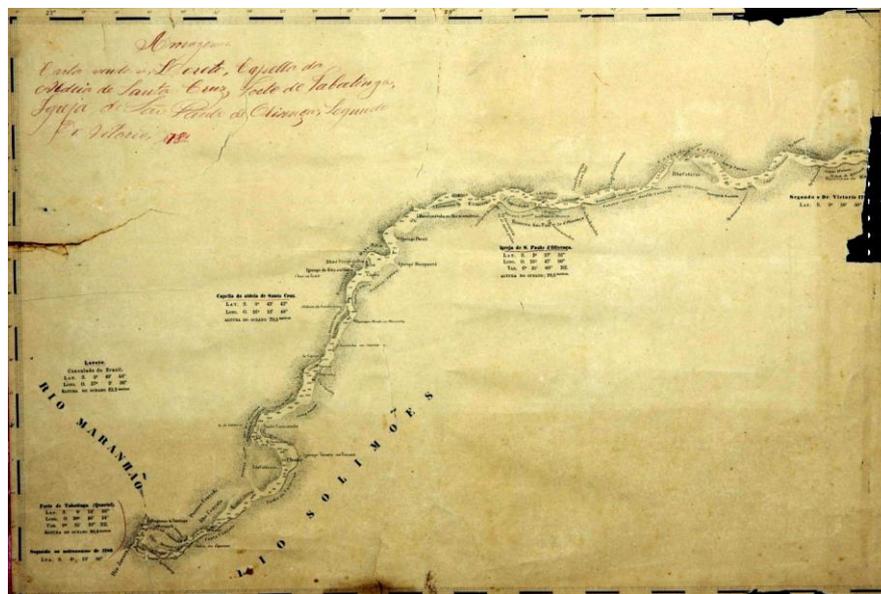


Figura 98: Mapa da localização do Forte de Tabatinga, Estado do Amazonas. **Fonte:** AHEx - Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

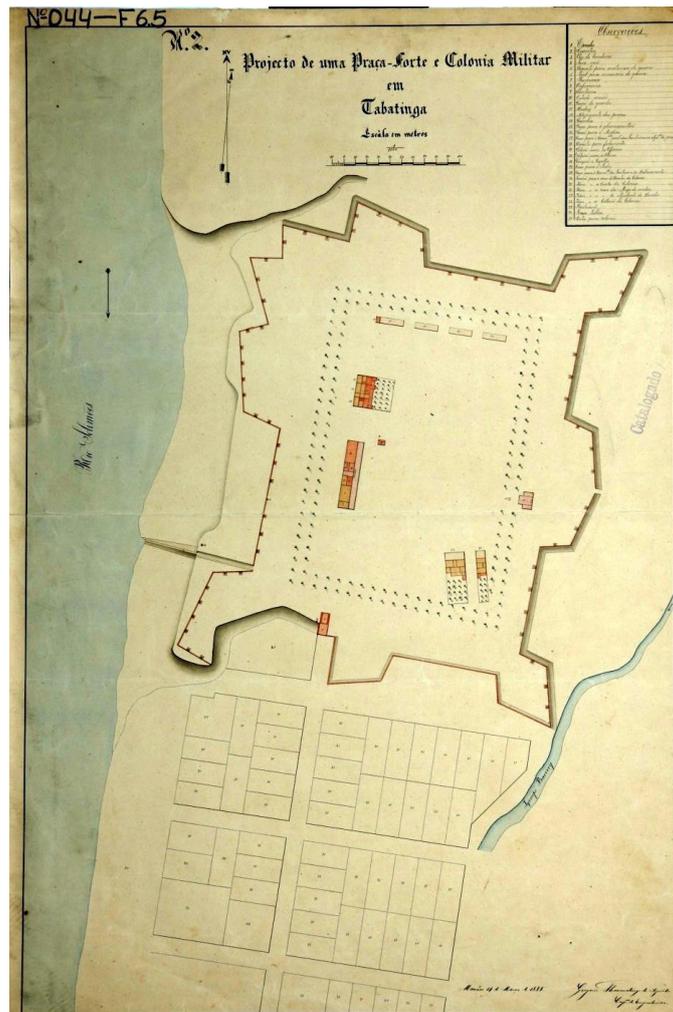


Figura 99: Projeto de uma Praça-Forte e Colônia Militar de Tabatinga, Estado do Amazonas.
Fonte: AHEx - Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

A povoação dos índios tikunas se formava em um complexo grupo de aldeias ao longo do Rio Solimões, no Estado do Amazonas. Dominavam o Peru e a Colômbia, sendo que sua maior concentração se via na fronteira Brasil/Colômbia.¹⁸²

Arthur Reis relata que no Século XVII sertanistas luso-brasileiros davam conta que jesuítas espanhóis catequisavam índios Omáguas. Em 1671, os jesuítas Manoel Pires e João Maria Gorzoni percorrem o Solimões. O sertanista Manoel Coelho penetra o Solimões, iniciando a captura do gentio¹⁸³ por uma Tropa de Resgate. Dois anos mais tarde, em 1673, Francisco Lopes percorre o Solimões com uma Tropa de Resgate¹⁸⁴. Ordem Régia, em 1684, ordena o levantamento de uma fortificação no Solimões a fim de garantir a soberania portuguesa na região.

¹⁸² JORNAL MENSAGEIRO. Povos indígenas. Estudo N° 3, de fevereiro – março de 1988, p. 25, 26.

¹⁸³ Gentio – o mesmo que índio, indígena.

¹⁸⁴ REIS, Arthur César Ferreira. **Súmula de História do Amazonas**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965. Série Monteiro de Souza; v. II), p. 31.

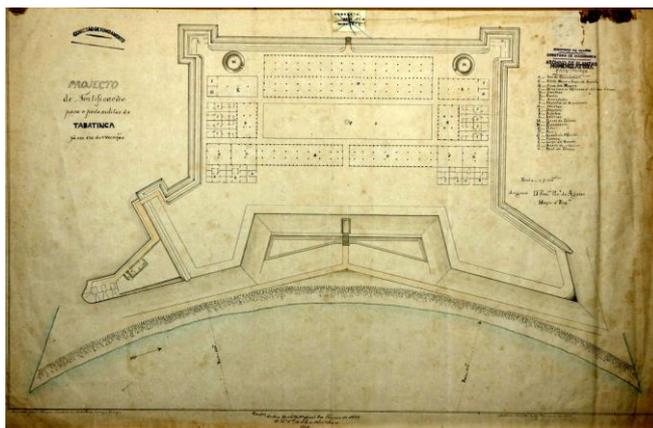


Figura 100: Planta do Forte de Tabatinga, Estado do Amazonas.

Fonte: AHEx - Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Os espanhóis que formavam o Vice-reinado do Peru jamais concordaram em perder a condição de possuidores do universo amazônico, mas, para chegarem ao Rio Amazonas, era necessário atravessar os Andes, impedindo o prosseguimento da conquista. Assim a tarefa foi confiada às Ordens Religiosas: Franciscanos, Dominicanos, Jesuítas, Mercedários chegaram de Quito. Os jesuítas foram chefiados pelo Pe. Samuel Fritz, que orientava as missões a serviço da Espanha, descendo pelo Solimões até Belém, onde elaborou mapa, em 1717.

Outra Ordem Régia, em 1722, para levantar fortificação no Solimões e no Napo visava proteger territórios portugueses limítrofes com as terras da Coroa espanhola.

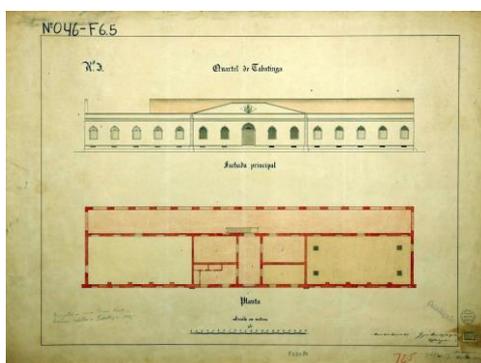


Figura 101: Fachada Principal do Quartel de Tabatinga, Estado do Amazonas.

Fonte: AHEx - Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

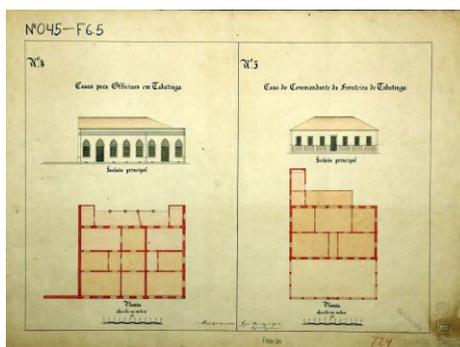


Figura 102: Casa para o Quartel de Tabatinga, Estado do Amazonas.

Fonte: AHEx - Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Não há consenso sobre a data de fundação do Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga; entretanto, as informações colhidas *in loco* indicam o ano de 1766. Para o historiador Artur César Ferreira Reis¹⁸⁵, a documentação do Arquivo Ultramarino aponta que um destacamento foi transferido da casa-forte do Rio Javari, hoje Palmeiras do Javari, para Tabatinga, em outubro de 1768. A notícia chegou a Portugal apenas no ano seguinte.

Etelvina Garcia relata construção, em 1766¹⁸⁶, por determinação do governador e Capitão-general do Grão-Pará e Maranhão, Fernão da Costa de Ataíde Teive Sousa Coutinho (1763-1772); o Forte de Tabatinga inspecionava canoas que se dirigiam à povoação espanhola de San Pablo de Loreto, no Peru.

O Fortim de São Francisco Xavier de Tabatinga oferecia pouca ou quase nenhuma eficiência no combate a estrangeiros, que desciam ou subiam os rios Negro, Solimões e Branco. Segundo Adler Homero¹⁸⁷, as estruturas de madeira tornavam as construções defensivas frágeis às intempéries e não duravam muito tempo.

A fortificação de Tabatinga, mesmo precária, teve o seu papel de importância, tendo em vista reclamações espanholas sobre aquele espaço territorial. O presidente da Real Audiência de Quito ameaçou, prometendo enviar tropas para a região. Os espanhóis tentaram convencer os portugueses a abandonarem a posição, em troca de Tabatinga entregariam seus fortes de São Carlos e São Felipe, próximos a São Gabriel da Cachoeira, no Rio Negro. Os portugueses não aceitaram a permuta, porque abrir mão de Tabatinga, estratégico do Solimões, era perder o controle da porta Oeste da tríplice fronteira. Por esse motivo, os trabalhos de demarcação ficaram paralisados por longo tempo.

Em sua Viagem pelo Brasil, os viajantes alemães Johann Baptiste Von Spix e Carl Friedrich Martius¹⁸⁸ relataram suas impressões sobre o Forte de Tabatinga:

"Passei pela antiga Vila de São José hoje transformada em selvas, no caminho para Tabatinga, onde cheguei a 9 de janeiro de 1820.

O lugar é o quartel de fronteira dos portugueses, no [rio] Solimões, contra o Peru, ponto ocidental extremo naquele rio, e distante do Pará quase quinhentas milhas francesas. Acha-se aqui um comandante de milícias, com 12 soldados. (...) Ainda se vêem ruínas de um belo edifício, construído pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, fundada no tempo de Pombal, para a sua filial.

O forte, com canhões enferrujados, está em muito mau estado."

Além do fortim, o Cavaleiro da Ordem Militar São Bento de Aviz, sargento-mor de

¹⁸⁵ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. – (Coleção reconquista do Brasil. 2ª série; v. 145), p. 133.

¹⁸⁶ GARCIA, Etelvina. **Amazonas, notícias da História: período colonial**. 2ª ed. ver. Manaus: Norma Ed., 2006, p. 114.

¹⁸⁷ CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. **Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006**. V. 2 – Regiões Norte e Nordeste. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009, p. 149-150.

artilharia Antonio Ladislau Monteiro Baena¹⁸⁹, informou, em 1831, que as casas de Tabatinga eram cobertas de palma, inclusive a Igreja, consagrada a São Francisco Xavier. Com relação ao forte ele acrescenta:

“O forte foi construído na parte mais proeminente da planície, em rosto do antigo quartel do comandante, mediando entre um e outro uma larga área”.

“À esquerda do quartel está o rio, e à direita jazem a igreja e os quartéis dos soldados, um arruinado e outro principiado”.

“O forte é um hexágono irregular, de madeira grossa, de 7 palmos de projeção vertical, e destituído de reparo interno, de paliçada e de esplanada; servem de fosso, de uma parte o rio, e da outra a cortadura que faz o mesmo rio, que mete por ela uma exígua corrente, quando enche; entre a borda desta cortadura e o forte existe um mato densíssimo. Nove peças de artilharia é toda a força desta espécie, que ali se acha, das quais 3 de bronze de calibre 1 1/2 cavalgada em cepos, junto à porta do quartel do comandante, o qual ainda em 1827 não tinha uma bandeira para alçar no seu chamado forte.”

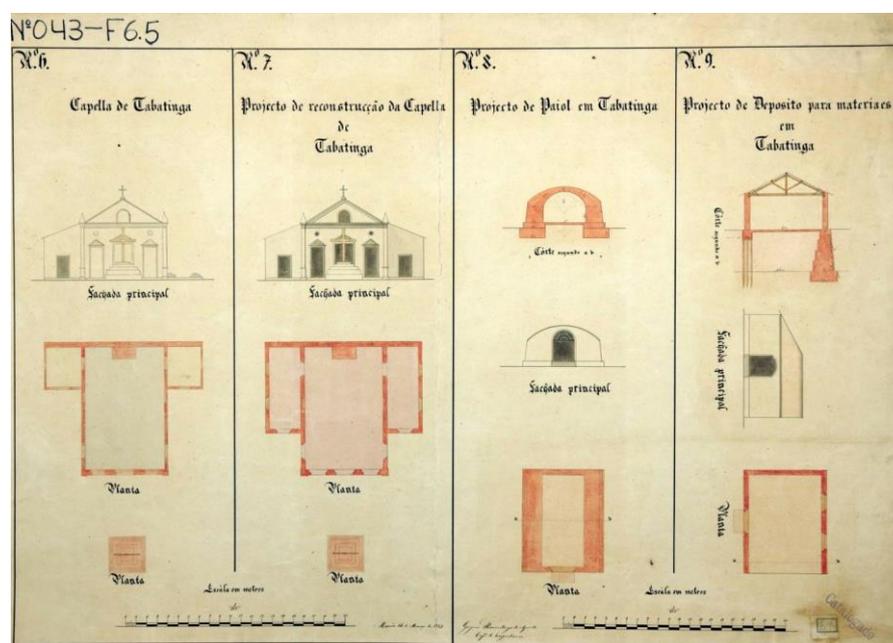


Figura 103: Capela de Tabatinga, Reconstrução da Capela, Projeto de Paiol, e Depósito de Tabatinga, Estado do Amazonas. **Fonte:** AHex - Arquivo Histórico do Exército

Descrevendo características do Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga, Antonio Baena afirma que o número de habitantes do lugar diminuía com a decadência e o abandono¹⁹⁰. No dia 28 de junho de 1866, o marco dos limites entre Brasil e Peru foi fixado perto da povoação.

¹⁸⁸ MARTIUS, Carl Friedrich e Spix, Johan Baptist Von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/INL, 1975. p. 35, Tomo 3.

¹⁸⁹ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004, p. 339-340.

¹⁹⁰ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004, p. 339-340.



Figura 104: Posto da tríplice fronteira de Tabatinga: Brasil, Colômbia e Peru, Estado do Amazonas, 1924. **Fonte:** AHEx - Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

A estrutura se mostrava em ruínas, em 1915. Com relação à artilharia, das nove peças originais, restam cinco canhões: dois encontram-se no Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro¹⁹¹, que, segundo Adler Homero, são colubrinas de calibre 4 libras, canhões longos e ricamente decorados, fundidos em Gênova, em 1714, para o rei João V.

Já eram obsoletas na época que o forte foi construído, em 1773. Três estão expostos no Quartel do Comando de Fronteira do Solimões/8º Batalhão de Infantaria de Selva, em Tabatinga, e o restante no Rio Solimões, afundado pela erosão das suas margens¹⁹².



Figura 105: Colubrina de bronze, Itália, 1714, feita em Gênova para o Exército Português, encontram-se no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.
Fonte: Graciete Guerra da Costa, 2012.

¹⁹¹ Pesquisa *in loco*, no Rio de Janeiro e em Tabatinga pela Arq./Urb. Graciete Guerra da Costa

¹⁹² BARRETTO, Annibal. **Fortificações do BRASIL**. 2ª ed. ver. Atual. - Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011, p. 36.



Figura 106: Entrada do Museu que guarda as memórias do Forte de Tabatinga, no Amazonas. **Fonte:** Graciete Guerra da Costa, 2012.



Figura 107: Um dos três canhões que estão expostos no Quartel do Comando de Fronteira do Solimões/8º BIS, em Tabatinga, no Amazonas. **Fonte:** Graciete Guerra da Costa, 2012.

Na cheia do rio Solimões, em 1932, o desmoronamento da margem destruiu os restos do forte.

Para cobrir mais de 2.200 km de fronteira com a Colômbia e o Peru, por Decreto Presidencial, de 8 de julho de 1992, o Exército Brasileiro transferiu a 16ª Brigada de Infantaria de Selva do Sul para a Região Amazônica. Essa transferência revela a importância estratégica da localidade. A vigilância nas áreas de atuação do Programa Calha Norte coincide com as do forte.



Figuras 108: Ruínas do Forte de Tabatinga emersas das águas do Rio Solimões, no Amazonas. **Fonte:** Graciete Guerra da Costa, 2012.



Figuras 109 e 110: Destroços do Forte de Tabatinga que aparecem na vazante do Rio Solimões. **Fonte:** Graciete Guerra da Costa, 2012.



Figuras 111 e 112: Palamenta do Forte de Tabatinga recolhida pelo Exército, por ocasião da seca do Rio Solimões. **Fonte:** Graciete Guerra da Costa, 2012.

Durante as secas registradas na região, as águas do rio baixam a ponto de descobrir os vestígios da estrutura, momento em que alguns moradores da região saqueiam o que resta do forte.

Na ocasião dessas vazantes do rio, militares do Exército, ao longo de semanas de trabalho, resgataram antigas peças de artilharia, inclusive balas, e palamenta atualmente expostas num pequeno museu no 8º BIS de Tabatinga¹⁹³.

¹⁹³ Pesquisa *in loco*, no Rio de Janeiro e em Tabatinga pela Arq./Urb. Graciete Guerra da Costa

4.5. Forte de São Joaquim do Rio Branco - Boa Vista - RR (1775)

Coordenadas geográficas: 03° 02' 26" N 060° 29' 13" W

O Forte de São Joaquim do Rio Branco fica no encontro dos rios Tacutu e Uraricoera, que se juntam para formar o Rio Branco. O ponto era estratégico porque o rio Tacutu serviu de entrada de espanhóis oriundos da Venezuela, e o Uraricoera era utilizado pelos holandeses vindos do Suriname para chegar ao Amazonas¹⁹⁴. O local ideal para a construção seria entre os dois rios, mas o sítio físico sofria inundações e não oferecia condições seguras para uma construção duradoura.

Alguns autores indicam que o Forte São Joaquim se encontra inserido na fazenda São Marcos, mas essa informação é equivocada, tendo em vista que a citada propriedade está do outro lado do rio e sedia um serviço de proteção aos índios.

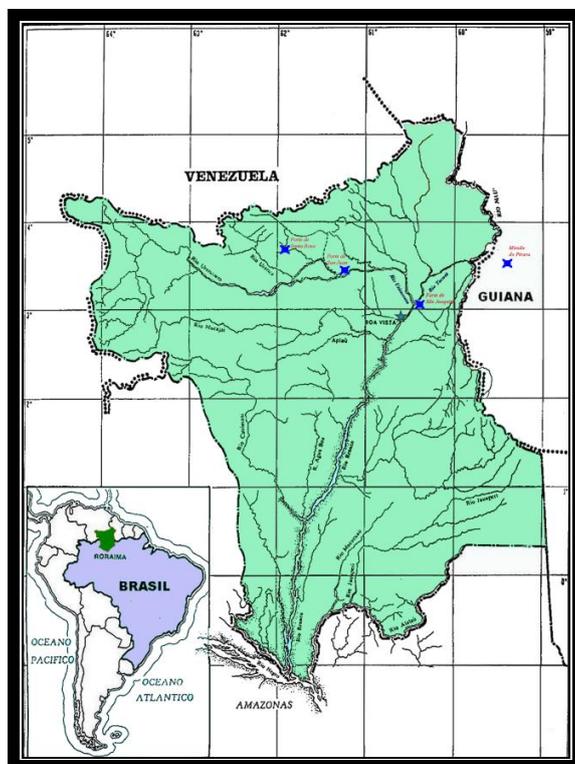


Figura 113: Mapa de Roraima. Tem a localização do Forte de São Joaquim do Rio Branco e das posições espanholas construídas no Uraricoera. A missão do Pirara¹⁹⁵ ficou em território inglês após a delimitação da fronteira. **Fonte:** IPHAN. FORTE SÃO JOAQUIM DO RIO BRANCO – PROCESSO Nº 1504-T-02. Estudo Histórico, Rio de Janeiro, 2011.

¹⁹⁴ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Tratado Histórico do Rio Branco, 1787**. Códice 21, 2, 1 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Vol. III, p. 25.

¹⁹⁵ LYRA JUNIOR, Américo Alves de. **O Brasil na América: a história das relações internacionais brasileira durante o período de transição entre o Império e a República**. Curitiba: Juruá, 2014.

Por Provisão Régia datada de 14 de novembro de 1752, o rei D. José I determinou ao Governador e Capitão-Geral do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que construísse um Forte à margem do Rio Branco, diz: ¹⁹⁶

“D. Joseph por graça de Deus Rei de Portugal, e dos Algarves d’aquem e d’além mar em África de Guiné, etc. Faço saber a vós Francisco Xavier de Mendonça governador e capitão-general do Pará, que tendo-me sido presente que pelo rio Essequibe, tem passado alguns holandezes das terras de Suriname ao rio Branco, que pertence aos meus dominios, e commettido n’aquelas partes alguns disturbios: Fui servido ordenar por resolução de 23 de Outubro deste anno, tomada em consulta do meu conselho ultramarino, que sem dilatação alguma se edifique uma fortaleza nas margens do dito rio Branco, na paragem que considerareis ser mais propria, ouvidos primeiro os engenheiros que nomeares para este exame, e que esta fortaleza esteja sempre guarnecida com uma companhia do regimento do Macapá, a qual se mude annualmente. [...]. Theodosio de Cabelos Pereira a fez em Lisboa a quatorze de novembro de mil setecentos e cincoenta e dous. – O conselheiro Diogo Rangel de Almeida Castello-Branco, a fez escrever. – Thomé Joaquim da Costa Côrte-Real. – Fernando Joseph Marques Bacalháo (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1775; ALMADA, 1861, p. 657-658) ”.



Figura 114: “Mapa Geographico de huma Parte do Império do Brazil”, 1777.
Fonte: AHU, Lisboa.

O Mapa da Figura 88 mostra uma parte Norte – confinante com as Repúblicas do Peru, Nova Granada, Venezuela e com as Colônias de Inglaterra, Holanda e França, datado de 1777. Este mapa constitui o Documento No. 4556, do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar (GEAEM) da Direcção dos Serviços de Engenharia do Exército Português, em Lisboa.



Figura 115: Plano da Geographia do Alto Rio Branco. Conforme os mapas de Silva Pontes, Gama Lobo, Shomburgk, e o Plano do Pirara levantado em 1843 pela Comissão de que foi Chefe o Tenente Coronel F. Carneiro de Campos. **Fonte:** AHU, Lisboa.

¹⁹⁶ MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759.** 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 302.



Figura 116: Planta do Forte São Joaquim, em Roraima, 1757.
Fonte: AHEx - Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.¹⁹⁷

O Forte de São Joaquim do Rio Branco foi construído pelo alemão Felipe Frederico Sturm, em 1775, enviado para destruir instalações estrangeiras e garantir a posse da terra. Ele foi escolhido para essa missão porque antes expulsou espanhóis em Marabitanas. Portugal pretendia ocupar a região do Rio Branco por meio da construção de uma fortificação e de povoados.

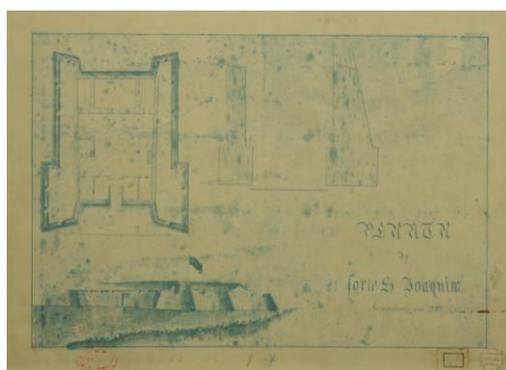


Figura 117: Planta do Forte São Joaquim, em Roraima, 1757.
Fonte: AHEx - Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

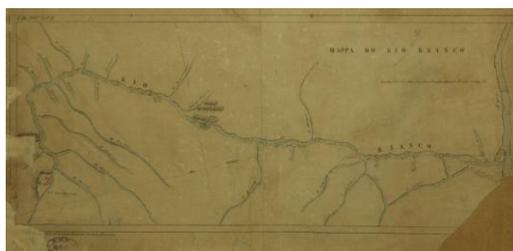


Figura 118: Mapa do Rio Branco, em Roraima. Provavelmente trata-se de uma cópia do reconhecimento de Felipe Sturm, de 1775, parece ser a única imagem conhecida da missão Santa Rosa, que aparece como “quartel” e “forte”, situado um pouco acima da junção do rio Uriracoera com o rio Tacutú.¹⁹⁸ **Fonte:** AHEx - Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

¹⁹⁷ O Arquivo de fotos completas do Forte São Joaquim do Rio Branco foi cedido pelo AHEx - Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro.

¹⁹⁸ MAPA do Rio Branco. s.l.n.d. Mss Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro.

O forte com seu comandante e seus subordinados seria o instrumento da política portuguesa. Para tanto, os indígenas eram imprescindíveis, tanto na construção quanto na qualidade de exímios conhecedores da região.

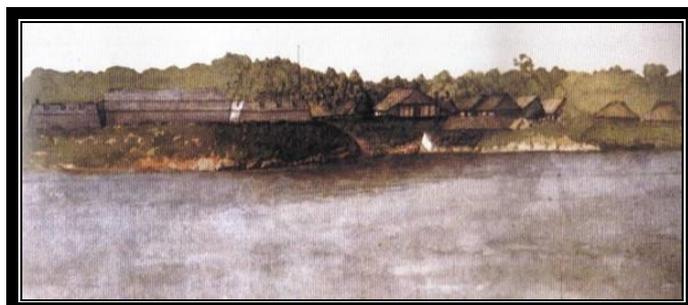


Figura 119: “Prospecto do Forte e Povoação de Marabitanas”
Fonte: Arquivo Histórico do Museu Bocage de Lisboa.

Da mesma forma como procedeu em Marabitanas, em 1767, Felipe Sturm situou o Forte São Joaquim do Rio Branco, de forma retangular, no eixo de simetria da povoação. Em Marabitanas, no Rio Negro era quadrada. A escassez de materiais e mão-de-obra fez com que Sturm optasse por construir o forte em pedra. Na falta de cal para fazer a argamassa, utilizou barro na junção das pedras. A construção estilo Vauban ficou, por esse motivo, menos resistente.

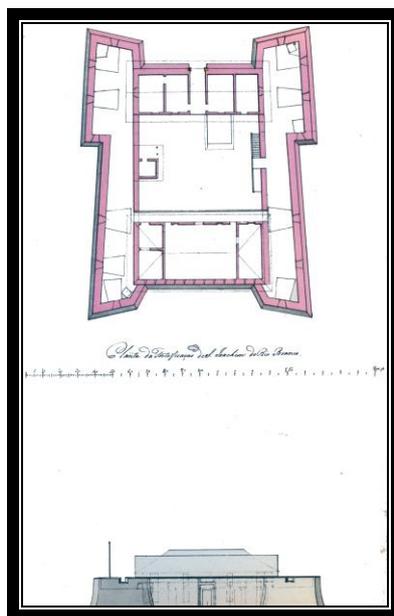


Figura 120: Planta e elevação do Forte São Joaquim do Rio Branco. Desenho a pena, aquarelado por Antonio Landi. Pág. 93 do Vol. II. **Fonte:** FERREIRA, 2007.

Examinando a planta do forte, figura 120, pode-se ver dezesseis canhoneiras. Segundo Adler Homero, dez canhões foram fundidos em outubro de 1763, na capital do Pará, inclusive duas peças de bronze.

O forte era pequeno, tinha cerca de 18 metros em seu lado maior, muralhas baixas (5,4 m) e um reparo. O espaço reservado aos canhões era estreito, de forma que somente canhões pequenos poderiam ser instalados¹⁹⁹. Sturm pôde construir baluartes plenos na frente, na parte posterior foram feitos meio-baluartes.

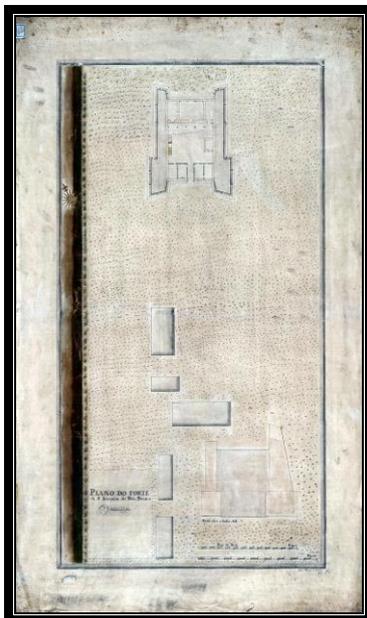


Figura 121: Planta da vila do Forte de São Joaquim, 1787.²⁰⁰
Fonte: Biblioteca Nacional-BN, do Rio de Janeiro.

As instalações para a guarnição do forte eram desconfortáveis, e abrigavam quando muito 15 ou 16 praças. Além das precárias instalações, o forte era vulnerável às águas do rio e inundações, que subiam de 60 a 90 cm nas enchentes.

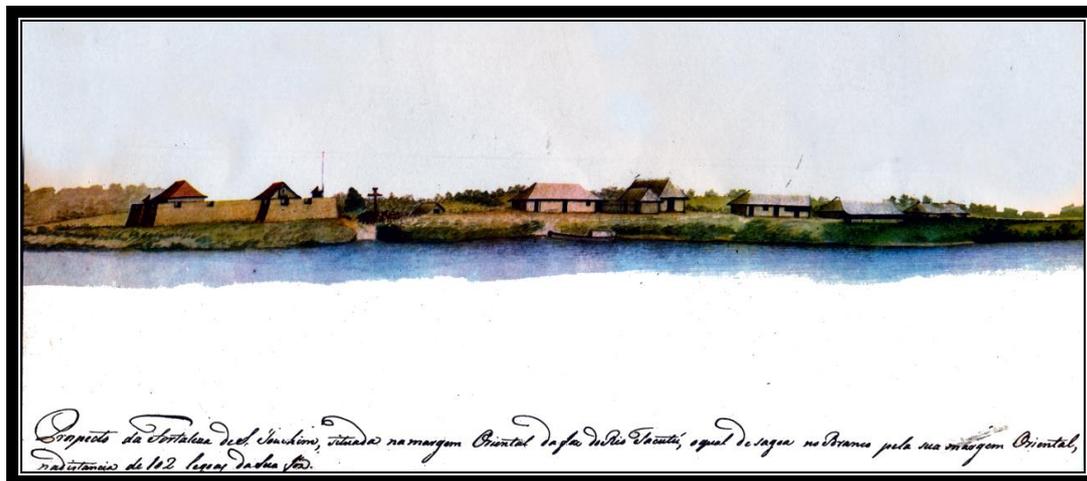


Figura 122: Prospecto da Fortaleza de São Joaquim, situada na margem oriental da foz do Rio Tacutu, o qual deságua no Branco pela sua margem oriental, na distância de 102 léguas de sua foz. (Codina), p. 265 do Vol. III. **Fonte:** FERREIRA, 2007.

¹⁹⁹ IPHAN. FORTE SÃO JOAQUIM DO RIO BRANCO – PROCESSO Nº 1504-T-02. Estudo Histórico, Rio de Janeiro, 2011.

²⁰⁰ BARROS, Joaquim Pereira de. **Plano do Forte de S. Joaquim do Rio Branco**, s.d. Mss. Biblioteca Nacional-BN.

A Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira²⁰¹ durou quase dez anos (1783-1792), e está entre as importantes expedições no Século XVIII à Amazônia Brasileira. Ela descreveu as riquezas naturais e produziu como resultado registros históricos, mapas, plantas arquitetônicas, além de coletas de espécies, muitas ainda desconhecidas por mais de dois séculos. Na visita à região do Forte de São Joaquim do Rio Branco em 1786, elaborou iconografia, como o *Prospecto da Fortaleza de São Joachim; Planta da Fortaleza de S. Joachim; Planta da Capela e Residência do Capelão do Forte de São Joachim*. Os desenhos das plantas e das duas vistas do forte foram feitas por Antônio José Landi, arquiteto italiano de Bolonha, que veio ao Brasil em 1753, junto com Felipe Sturm, na Comissão Demarcadora de Limites.

O capitão Sturm morreu em setembro de 1778 e foi sepultado na parte externa do Forte São Joaquim, no terreno que servia de cemitério, fato lembrado por Ribeiro de Sampaio, quando afirmou que a obra havia sido edificada conforme o risco (desenho) do engenheiro, que “[...] que assistiu á ella quasi todo o tempo que durou a execução”²⁰²

Em maio de 1822, a guarnição reduziu-se a sete soldados. Quase dez anos depois, em 1831, Baena²⁰³ no Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará, informou, que o forte era o mais bem conservado das fronteiras.

"Sua figura é um paralelogramo, do qual um dos lados maiores está ao longo da margem, e tem quase no meio um reentrante, que não consente mais de uma peça de artilharia para flanquear o resto do mesmo lado; debaixo de idêntica disposição se acha o lado oposto. No pequeno lado, em que está a porta, ela apresenta uma cortina tendo no extremo dois meios baluartes, e o mesmo no lado oposto. O pavimento contém 16 canhoneiras, das quais só 10 cavalgadas de canhões dos calibres de 6 libras até 1. Entre eles existem três pedreiros tomados aos espanhóis com o posto militar de São João Batista, e duas peças de bronze de 1 fundidas na cidade [de Belém] do Pará em 1763.

Em suma, o forte é imperfeito tanto no material como no sistema do polígono defensivo. Não é assim quanto ao sítio, sobre que está construído: ali o terreno não é sujeito a inundações, e o canal do [rio] Tacutú é mais navegável do que o rio Urariquera, o qual é crespo de cachoeiras, e portanto o forte defende os canais destes rios, pelos quais pode haver comunicação do rio Branco para as nações confinantes. Ele é a fortificação mais bem conservada das fronteiras”.

O abastecimento do forte, muito isolado, era problema a ser enfrentado, bem como as relações com os indígenas. Para ter alimento era preciso habilidade com o gentio, e administração portuguesa ao expulsar e maltratar os indígenas, eliminava

²⁰¹ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem ao Brasil. A Expedição Filosófica pelas Capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá** (3 vols.). Rio de Janeiro: Kapa Editorial, 2007.

²⁰² SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **Relação Geographica Histórica do Rio Branco da América Portuguesa [1777]**. In: **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro** - Tomo XIII. Rio de Janeiro, nº 18, 1850, p. 251

sua fonte de sustento. A solução encontrada foi a criação de fazendas de gado que alimentavam pessoas, aproveitando o capim dos lavrados da região.

O ambiente do Forte São Joaquim do Rio Branco se complicou quando forças militares e o Comissário de Fronteiras, Coronel João Henrique de Matos foram enviados para tratar com os ingleses.

Segundo João Henrique de Matos, em relatório citado por Arthur Reis, o Major de Artilharia Higino José Coelho iniciou melhorias no forte. Os trabalhos tiveram início em 18 de dezembro de 1842, apesar da falta de recursos e de mão-de-obra.²⁰⁴ Conforme Matos, recebiam ração diária, fardamento, mas o soldo atrasava anos.

Adler Homero²⁰⁵ informa que o Comissário de Fronteiras relatou que a tropa de Forte São Joaquim do Rio Branco tinha apenas um capitão de artilharia como comandante, e nove praças. Mais tarde as condições inóspitas, do clima e a pouca produtividade dos lavrados e das campinas favoreceram a deserção dos soldados.²⁰⁶

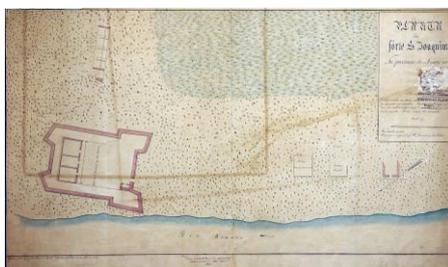


Figura 123: Planta do forte de São Joaquim, em Roraima, 1881.²⁰⁷ Nesta época os edifícios interiores estavam arruinados, assim como parte do caminho de rondas, a sudeste. De acordo com a legenda, a guarnição e o comandante se alojavam em “palhoças”, no lado externo da fortificação. Observar os meio baluartes no lado norte, com a estranha configuração que lhes foi dada em 1843. **Fonte:** AHEx - Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

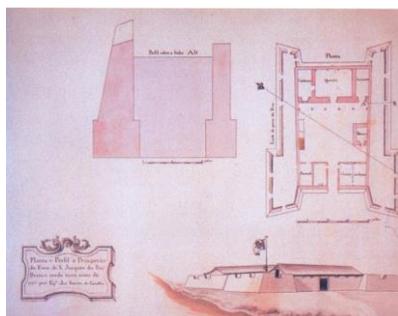


Figura 124: Planta elaborada pelo capitão José Simões de Carvalho, em 1787. **Fonte:** AHEx - Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

²⁰³ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará.** Brasília: Senado Federal, 2004.

²⁰⁴ MATOS, João Henrique de. Relatório do estado de decadência em que se acha o Alto Amazonas. In: REIS, Arthur C. Ferreira. **O Amazonas em 1845,** Revista do IHGB, vol. 325, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1979. p. 165.

²⁰⁵ IPHAN. FORTE SÃO JOAQUIM DO RIO BRANCO – PROCESSO Nº 1504-T-02. Estudo Histórico, Rio de Janeiro, 2011.

²⁰⁶ MATOS, *op. cit.*

²⁰⁷ PLANTA do forte São Joaquim na província do Amazonas, Major E. Cavalcante de Mello, 1881. Mss Arquivo Histórico do Exército.

Lobo de Almada²⁰⁸, em sua obra sobre o Rio Branco, foi o primeiro a ter a iniciativa sobre criação de gado. Ele pensava sobre as potencialidades econômicas dos produtos naturais do modificado Vale do Rio Branco:

“... estas férteis campinas [alto rio Branco], são cobertas de excelentes pastos para gado, semeadas de ilhas de matto que abrigariam o gado na força do calor mais intenso, regadas de igarapés que as fertilisima, com innumeráveis lagos, de que se tira quantidade de sal montanum, proprio a fazer mais saborosos os pastos; e por isso de mais nutrição para os gados”

Ribeiro de Sampaio e Lobo de Almada acreditavam que o gado bovino nos campos de Rio Branco poderia ser alternativa de comércio na Região. A carne de gado era mais rentável e proveitosa do que a de tartarugas, cujos ovos eram matéria-prima para manteiga, além de abastecer as missões do Rio Negro. É dele também a ideia de criação da fazenda da Coroa, depois denominada São Bento. Ela poderia fornecer carne seca para abastecer outras fortificações da Colônia. A fabricação de solas de couro, diminuiria o preço do produto para os moradores da capitania, e sua exportação, talvez aumentassem os dízimos.

As Fazendas Reais localizaram-se nas terras firmes do Alto Rio Branco. Foram divididas em três áreas: uma a Oeste, entre o Rio Uraricoera e o Rio Branco, era a do Rei – registrada com o nome de “São Bento”, e as outras duas ficaram nas mãos de particulares na virada do século XVIII para o XIX. A fazenda São José foi instalada próxima ao Forte São Joaquim, era de propriedade de José Antonio Évora, um dos homens mais ricos do Rio Negro no final do século XVIII. A bancarrota da família Évora no Rio Negro levou seus bens a leilão, incluindo a fazenda no Rio Branco. Como não houvesse quem a arrematasse, o Estado a confiscou.

A fazenda São Marcos, localizada ao Norte entre o rio Uraricoera e o Tacutu, era de propriedade de Nicolau de Sá Sarmento, comandante do Forte São Joaquim. Sarmento foi, por longo tempo, o dirigente administrativo da Região.

Após a morte de Sarmento, sua herança foi incorporada aos bens da Coroa, por não haver herdeiros.

Segundo Adler Homero, o Forte São Joaquim do Rio Branco foi abandonado no início da República, depois de uma grande cheia do rio, infestado pelas chamadas formigas de fogo.

²⁰⁸ ALMADA, Manuel da Gama Lobo de. **Descrição Relativa ao rio Branco e seu Território [1787]**. In: **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Etnográfico do Brasil** - Tomo XXIV. Rio de Janeiro, n° 4, 1861, p. 617-683.

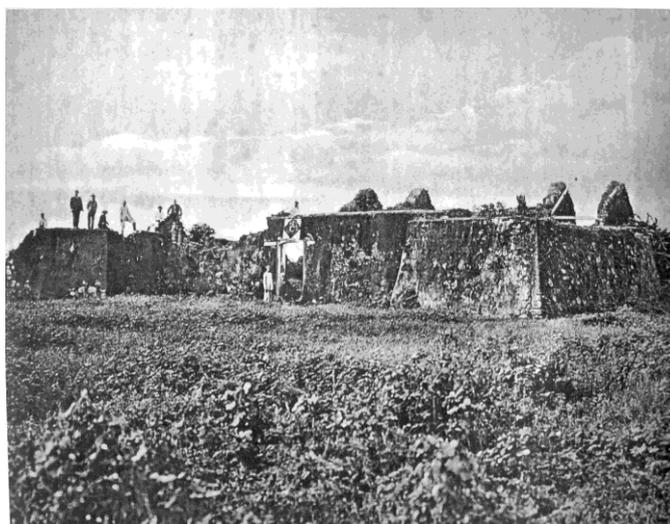


Figura 125: Ruínas do forte no início da República. **Fonte:** IPHAN. FORTE SÃO JOAQUIM DO RIO BRANCO – PROCESSO Nº 1504-T-02. Estudo Histórico, Rio de Janeiro, 2011.

Parte das pedras de suas muralhas acabaram utilizadas nas construções pelos moradores, fato que destruiu grande parte de sua estrutura física.

“A importância da região era tal que, inclusive, foi criada uma unidade especial para o local, um embrião dos futuros pelotões de fronteira, com três sargentos, 2 cabos e 31 soldados”.²⁰⁹

No local do forte, passados 210 anos desde a fundação em 1775, o Governo Federal resolveu criar, em 1985, um novo Brasil na Amazônia Setentrional com a ajuda do Programa Calha Norte. Nesse contexto, o Forte São Joaquim do Rio Branco teve lembrado e saudada sua importância histórica ocupando vazios estratégicos.

Em Roraima, o Programa atende a quinze municípios, entre os quais Boa Vista e a região do Forte São Joaquim do Rio Branco. O Exército Brasileiro mantém a 1ª Brigada de Infantaria de Selva “Brigada Lobo D’Almada”, que abriga o 7º Batalhão de Infantaria de Selva “Batalhão Forte São Joaquim”, guarnição efetivada após a desativação definitiva do forte.

As suas ruínas encontram-se tombadas como Patrimônio Histórico desde 22 de abril de 2001.

Em visita realizada no início de março de 2015²¹⁰ a autora contou com o apoio do Exército Brasileiro, para chegar ao Forte São Joaquim do Rio Branco. A Superintendente Estadual do IPHAN de Roraima, Mônica Padilha, e sua equipe, também acompanhou a visita.

²⁰⁹ DECRETO nº 15.235 de 31 de dezembro de 1921. Organiza o Exército ativo em tempo de paz. Foram criados pelotões idênticos nos locais dos antigos fortes da Amazônia: Tabatinga e Cucuí, bem como um na fronteira do Oiapoque.

²¹⁰ Visita realizada pela Arq./Urb. Graciete Guerra da Costa, 1º a 3 de março de 2015 ao local do Forte São Joaquim do Rio Branco-RR.

O Forte fica a 52 km de distância, ao norte de Boa Vista, por via terrestre; chega-se lá pela BR 401, entrando à esquerda no km 40 dessa rodovia, onde ainda se percorre uma estrada de terra de 6 km, até a Fazenda São João.

Há queixas de moradores, e até autoridades sobre restrições de entrada de pessoas na área do forte, o que confirma a opinião de que o guardião de fato do forte acaba sendo o proprietário da Fazenda São João, Sr. Pedro Calcário. O IPHAN e o Exército Brasileiro mantêm relações amigáveis com o proprietário, que forneceu uma cópia da chave da porteira da fazenda, para que essas instituições possam chegar ao forte quando quiserem.

Na entrada encontra-se um pórtico, que fica na lateral do forte. Na época da construção do pórtico, o forte estava recoberto por vegetação e não era possível identificar qual era a parte que correspondia à entrada principal.



Figura 126: Pórtico de entrada do Forte São Joaquim do Rio Branco, Roraima, RR.
Fonte: Graciete Guerra da Costa, março, 2015.



Figura 127: Vista da nascente do Rio Branco, no encontro dos rios Tacutu e Uraricoera, Roraima, RR. **Fonte:** Graciete Guerra da Costa, março, 2015.



Figura 128 e 129: Lateral do Forte São Joaquim do Rio Branco, Roraima, RR, com detalhe construtivo. **Fonte:** Graciete Guerra da Costa, março, 2015.

Ainda é possível ver partes das paredes laterais, com algumas partes em que o processo construtivo está preservado.

O Forte São Joaquim do Rio Branco está em ruínas, o tempo e a quantidade de terra acumulada favoreceram para que a floresta se encarregasse de encobrir e camuflar o forte. Árvores cresceram no interior e fora dele. É necessário fazer limpezas no forte, para um trabalho de Arqueologia que identifique a comunidade que existiu em frente ao Forte. Por exemplo, a igreja, e outros elementos externos à fortificação. Segundo Ribeiro Sampaio²¹¹, haveria um cemitério, e nele enterraram o Capitão Engenheiro alemão Felipe Sturm, no ano de 1778.



Figura 130: Planta da Capela do Forte São Joaquim do Rio Branco, s/d. **Fonte:** AHEx - Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

²¹¹ SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **Relação Geographica Histórica do Rio Branco da América Portuguesa [1777]**. In: **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro** - Tomo XIII. Rio de Janeiro, nº 18, 1850, p. 251

O nome do alemão Felipe Sturm está gravado na memória dos alunos das escolas de Boa Vista, que visitam ao 6º Batalhão de Engenharia e Construção – BEC do Exército para aulas de história de Boa Vista. Na entrada existe um museu aberto, mas coberto, onde foi construída uma maquete do forte, a partir da iconografia feita por Codina²¹². A maquete é fiel, mostra o encontro dos rios Tacutu e Uraricoera, a comunidade localizada à frente do forte e a cobertura (móvel) da praça central do quartel, para que se possa ver por dentro seu processo construtivo colonial.



Figura 131: Museu com a maquete do Forte São Joaquim do Rio Branco homenageando o construtor Felipe Sturm. **Fonte:** Graciete Guerra da Costa, março, 2015.



Figura 132: Maquete do Forte São Joaquim do Rio Branco homenageando seu construtor Felipe Sturm. **Fonte:** Graciete Guerra da Costa, março, 2015.

Além da maquete do forte há também uma rua denominada Forte S. Joaquim, apesar do local ser uma fazenda particular, os moradores detêm conhecimentos e histórias do lugar. Não há dúvidas, que entre os fortes estudados, esse oferece condições para um imediato processo arqueológico, visando restauração.

²¹² Desenhista e naturalista da Expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, que passando pelo Forte São Joaquim captou a vista do Rio.



Figura 133: Placa de rua com o nome do Forte São Joaquim do Rio Branco, Boa Vista-RR.
Fonte: Graciete Guerra da Costa, março, 2015.



Figura 134: Maquete do Forte São Joaquim do Rio Branco com os rios Tacutu e Uraricoera à esquerda da imagem. **Fonte:** Graciete Guerra da Costa, março, 2015.

Existem em Boa Vista quatro canhões do forte, sendo três de calibre 6 e um de calibre 4, sob a guarda do 6º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, e outros no 7º Batalhão de Infantaria de Selva.



Figura 135: Um dos canhões do Forte São Joaquim do Rio Branco, Boa Vista-RR.
Fonte: Graciete Guerra da Costa, março, 2015.

4.6. Real Forte Príncipe da Beira – Costa Marques - RO (1776)

Coordenadas geográficas: 12º 25' 40"S 064º 25' 21"W

O Real Forte Príncipe da Beira está situado bem na margem direita do Rio Guaporé, numa lomba²¹³ da Serra dos Parecis, no atual município de Costa Marques, Estado de Rondônia, região fronteiriça com a Bolívia²¹⁴.

O terreno, diferentemente do Forte Nossa Senhora da Conceição, era sólido e mais elevado. Ficava próximo à barranca, num trecho onde se alargava o rio; se alargava também, além dos setecentos metros. Na margem castelhana, hoje boliviana, cresciam as missões e povoados do Baures e do Itonamas.



Figura 136: Símbolo que adornava o Real Forte Príncipe da Beira, Costa Marques, Estado de Rondônia. **Fonte:** Graciete Guerra da Costa, 2012.

A documentação do período da administração de Mato Grosso, referente à gestão de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, encontra-se na Casa de Ínsua, região da Província da Beira Alta, que era o Solar dos Albuquerque²¹⁵.

Os exames do terreno e o projeto do forte tiveram início em 1774, confiados ao Ajudante de Infantaria e engenheiro militar, Domingos Sambucetti²¹⁶. Ele participava da Comissão Demarcadora dos Limites do Norte.

²¹³ **Lomba** - Cumeada; crista arredondada. Pode ser uma ladeira ou uma encosta.

²¹⁴ NUNES, José Maria de Souza. **Real Forte Príncipe da Beira**. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1985, p. 284.

²¹⁵ REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA, Fundação Emílio Odebrecht. Salvador, Bahia: Spala Editora, 1985, p. 345-350.

²¹⁶ **Domingos Sambucetti** – Nasceu em Gênova, na Itália, era militar ajudante de infantaria, teve ampla atuação na Amazônia, de 1753 até 1780. Veio ao Brasil na Comissão Demarcadora dos Limites do Norte em 1753 e trabalhou nas praças de Gurupá, Forte Conceição e São José de Macapá. Morreu durante a construção do Forte Príncipe da Beira de malária.



Figura 137: Vista aérea do Real Forte Príncipe da Beira, Costa Marques, Estado de Rondônia, em 1989. **Fonte:** Acervo do Professor Argemiro Procópio Filho.

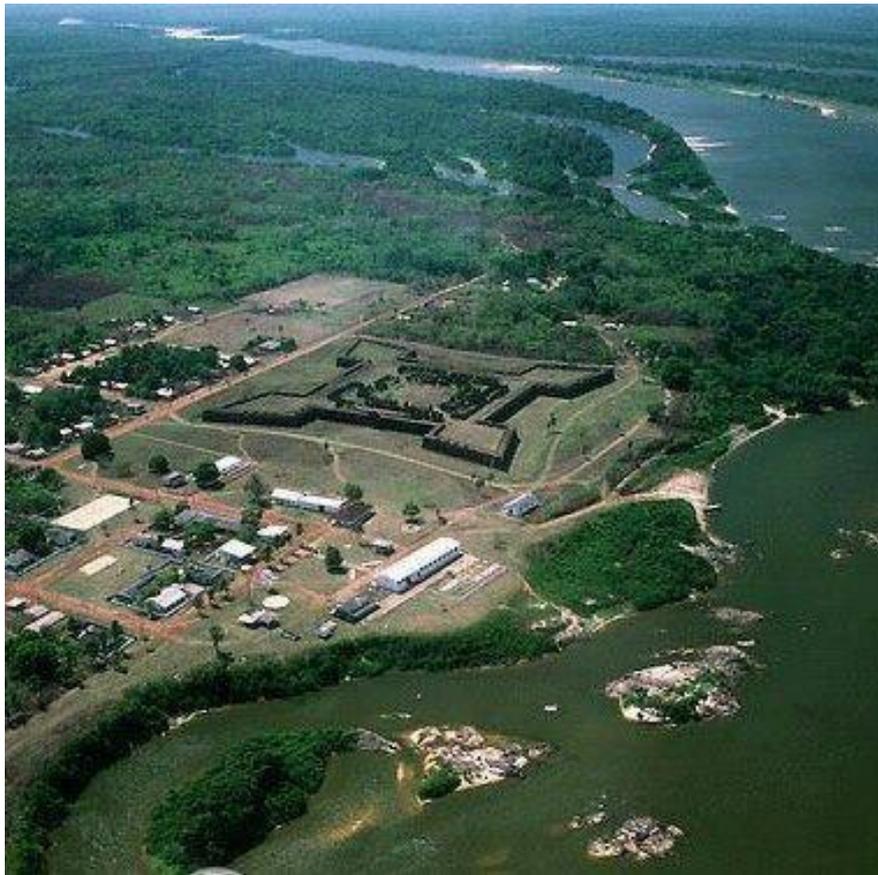


Figura 138: Foto aérea do Real Forte Príncipe da Beira, Costa Marques, Estado de Rondônia. **Fonte:** Ten KIRCHMAIER Cmte do Pelotão Especial de Fronteira Real Forte Príncipe da Beira.

O genovês²¹⁷ Domingos Sambucetti iniciou os desenhos do forte em 19 de abril de 1775. O trabalho *in loco* era de equipe e os levantamentos de campo envolviam ferramentas específicas, mapas anteriores e “picadores de mato”, muitos indígenas e práticos.²¹⁸

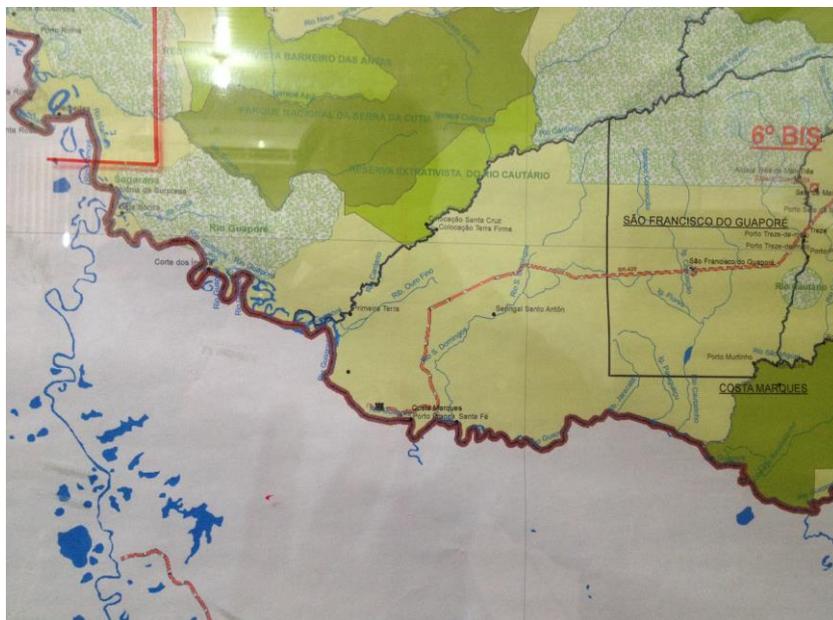


Figura 139: Localização do Real Forte Príncipe da Beira, Costa Marques, Estado de Rondônia.
Fonte: Ten KIRCHMAIER Cmte do Pelotão Especial de Fronteira Real Forte Príncipe da Beira.



Figura 140: Mapa com as posições de defesa do Real Forte Príncipe da Beira.
Fonte: Ten KIRCHMAIER Cmte do Pelotão Especial de Fronteira Real Forte Príncipe da Beira.

²¹⁷ FONTANA, Ricardo. **As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambucetti e do arquiteto Landi no Brasil Colonial do Séc. XVIII.** Brasília: Senado Federal, 2005, p.53.

²¹⁸ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América Portuguesa (sécs. XVI-XIX).** In: I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Paraty-RJ, 2011.

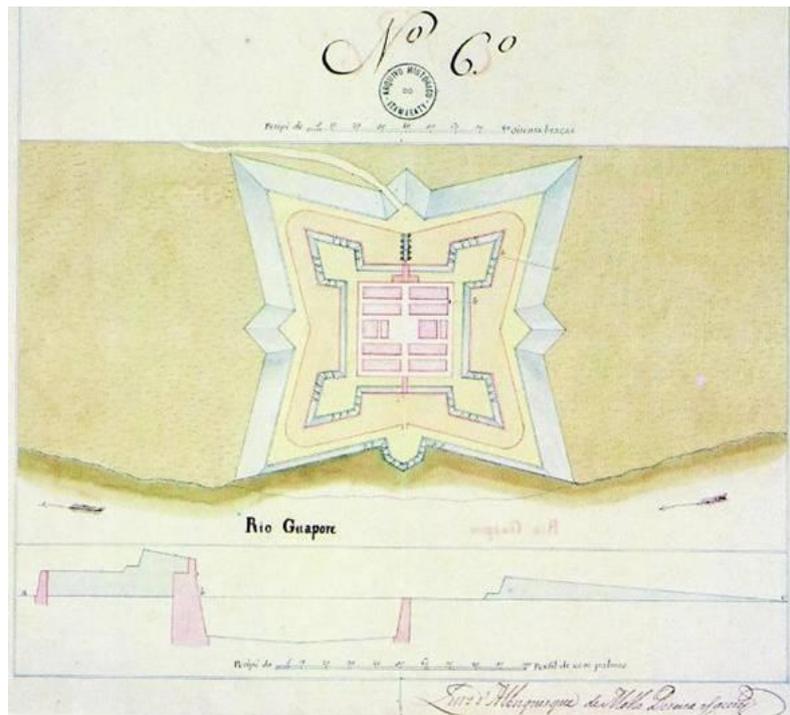


Figura 141: Planta e perfil do Forte Príncipe da Beira, na Capitania de Mato Grosso, situado na margem direita do Rio Guaporé, fronteiro aos domínios de Sua Magestade Católica. Traz a assinatura de Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, 4º governador daquela Capitania, que foi quem o mandou erigir, em 1776.

Fonte: Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro.

O nome de Real Forte Príncipe da Beira escolhido por Luís de Albuquerque Mello Pereira e Cáceres, homenageava com o título de Príncipe da Beira o primogênito da futura Rainha D. Maria I. Essa homenagem facilitou as tratativas oficiais do empreendimento, que ainda não tinham o beneplácito real.

O Real Forte Príncipe da Beira é também considerado paradigma da perfeita articulação dos seis itens da Arquitetura teorizados por Vitrúvio²¹⁹: *ordem, disposição, simetria, eurritmia, decoro e distribuição*²²⁰. A forma é a área de um quadrado regular de 50 braças²²¹ ou 110 metros de lado, fruto da experiência de Sambucetti, que já havia detectado os erros cometidos no Forte Conceição. O traçado guardava preceitos da moderna engenharia militar, com flanqueamento de linhas, cruzamento dos fogos e obras singulares de reforço, como os revelins²²².

O desenho do forte enviado para Lisboa em 6 de agosto de 1775, carregava anos de experiência de Sambucetti e cuidados para evitar os erros cometidos na

²¹⁹ **Marcos Vitruvius Polião** - (em latim , Marcus Vitruvius Pollio) foi um arquiteto romano que viveu no século I a.C. e deixou como legado a obra "De Architectura"

²²⁰ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e Designio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2011, p. 269.

²²¹ 1 braça = 2,20 metros.

²²² **Revelim** – Construção externa saliente, de forma angular para a defesa de ponte etc. Semelhante ao baluarte tem planta trapezoidal ou triangular.

implantação do sítio físico do Forte Conceição, que não podiam se repetir no Sentinela do Guaporé.

Sambucetti concebeu a fortaleza lindeira à residência para o governador, capela, alojamentos militares, quartéis de oficiais, hospital, armazém da pólvora, corpo da guarda e calabouço, prisões subterrâneas, armazém de víveres e apetrechos.

No dia 20 de junho de 1776, foi lançada a pedra fundamental do Real Forte Príncipe da Beira. É uma fortificação abaluartada no Sistema Vauban, utilizado à época, dotado de quatro baluartes de grandes dimensões, circundados por um fosso de dois metros de profundidade e largura variável que podia alcançar os trinta metros²²³. Os baluartes alçavam-se nos ângulos ligados dois a dois por cortinas. Ao todo os baluartes possuíam guarita e quatorze canhoneiras, três por flanco²²⁴ e quatro por face.

Nos conformes da tradição portuguesa, eles homenageavam a Virgem Maria e santos padroeiros: o principal, a Noroeste, consagrado a Nossa Senhora da Conceição, padroeira do reino de Portugal; a Sudeste, na face do rio Guaporé, era dedicado a Santa Bárbara, que, na crença popular, protege de raios, tempestades, enchentes, trovões e morte trágica. Nos baluartes da parte de trás, a Nordeste, se situa o de Santo Antônio de Pádua, patrono dos militares, e o de Santo André Avelino, protetor contra morte súbita e apoplexia, evocação oportuna diante das doenças desconhecidas que afligiam a todos.

O Real Forte Príncipe da Beira absorveu grande número de trabalhadores de toda natureza. Índios na maioria, ajudantes, um efetivo de mais de 200 homens pagos com regularidade. Formou-se, nessa época, um povoado vizinho ao forte. Alguns se ocupavam dos trabalhos do forte, outros no cultivo de café e cereais.

As primeiras remessas de cal chegaram pelo longo e tortuoso trajeto do Rio Madeira, um dos principais afluentes do Rio Amazonas, conhecido por transportar troncos e restos de madeira. O material básico era a “pedra canga”, um arenito comum na região²²⁵.

Em 1780, Domingos Sambucetti faleceu durante as obras do forte, vítima de malária. Ele viveu 27 anos no Brasil, sendo substituído pelo Capitão de Engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra.

Os detalhes do portão e frontispício estiveram a cargo de Ricardo Franco de Almeida Serra, auxiliado por José Pinheiro de Lacerda. A pesquisadora detectou

²²³ NUNES, José Maria de Souza. **Real Forte Príncipe da Beira**. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1985, p. 282.

²²⁴ **Flanco** - Cada uma das faces laterais da fortificação.

²²⁵ NUNES, José Maria de Souza. **Real Forte Príncipe da Beira**. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1985, p. 282.

plantas diferentes do Príncipe da Beira, algumas datadas, outras não. Além de evidências documentais²²⁶, Isa Adonias no livro *Real Forte Príncipe* afirma que quem acompanhou as finalizações do forte foi o engenheiro militar Ricardo Franco de Almeida Serra, engenheiro militar com diferentes atribuições na construção e no comando do Forte Coimbra.

O Real Forte Príncipe da Beira foi concluído em 1783, mas com algumas partes internas a finalizar.

A *Viagem Philosophica* de Alexandre Rodrigues Ferreira mostra um desenho de Codina, elaborado a 9 de julho de 1789. A expedição tinha por finalidade, além dos aspectos científicos, o reconhecimento da vasta região amazônica e a afirmação da soberania lusitana. A edificação do Real Forte do Príncipe da Beira, além dos limites dos tratados e da força humana, tinha por fim marcar a presença portuguesa²²⁷.

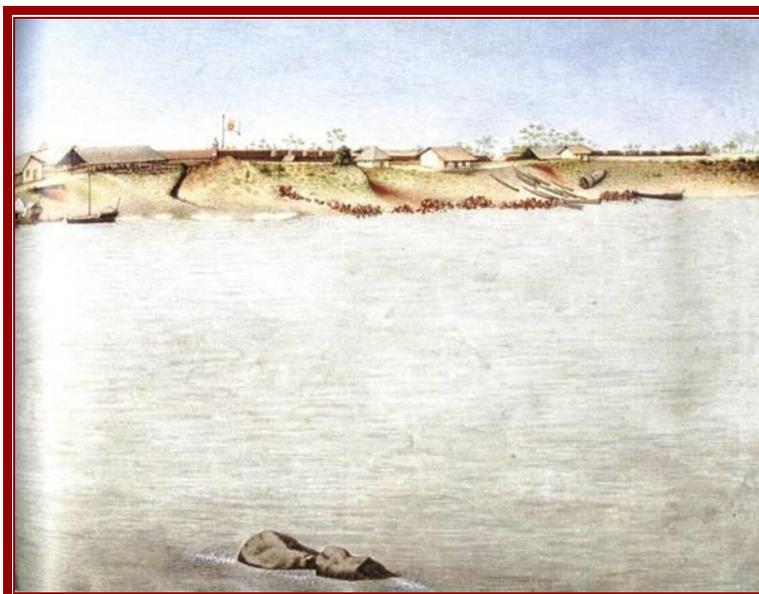


Figura 142: Prospecto da Povoação e Forte Príncipe da Beira, Costa Marques, Estado de Rondônia. **Fonte:** Arquivo Histórico do Museu Bocage de Lisboa. Iconografia da Viagem Philosophica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Desenho de Codina, tirado a 9 de julho de 1789.

No Real Forte Príncipe da Beira chegou a funcionar um Armazém Real, ou seja, epósito de armas, munições, fardamentos, ferramentas, alimentos, equipamentos náuticos, e outros apetrechos necessários ao uso das forças da Coroa.

Foi abandonado durante o período da Proclamação da República do Brasil, 1889.

O Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958) visitou as ruínas do

²²⁶ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem ao Brasil. A Expedição Filosófica pelas Capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá** (3 vols.). Rio de Janeiro: Kapa Editorial, 2007.

²²⁷ FERNANDES, Suelme Evangelista. **O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá-MT, 2003.

Príncipe da Beira, em 1913, identificando como Serra do Ouro Fino, na antiga Capitania do Mato Grosso, tendo-lhe procedido trabalhos de limpeza da mata.²²⁸

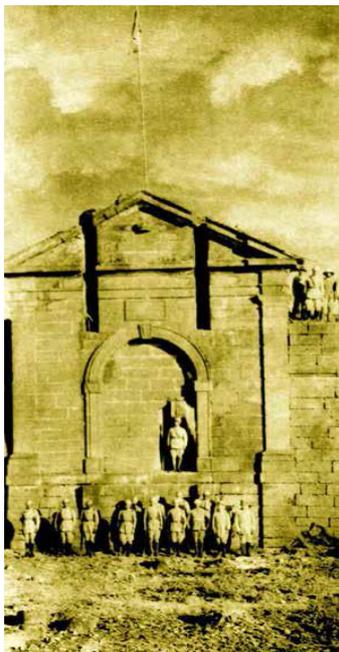


Figura 143: Visita do Marechal Rondon ao Forte Príncipe da Beira, Costa Marques, Estado de Rondônia. **Fonte:** Arquivo Histórico do Exército.

Depois de vinte anos, em abril de 1930, uma nova expedição do Exército Brasileiro o redescobriu. Em 1932, instalaram o Contingente Especial de Fronteira do Real Forte Príncipe da Beira. Segundo informações colhidas *in loco*, a designação mudou, em 1954, para 7º Pelotão de Fronteira. Em 1977, para 3º PEF, e em 1987 para 1º Pelotão Especial de Fronteira, subordinado ao 6º Batalhão de Infantaria de Selva. O Tombamento pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional - IPHAN ocorreu em 1950.

Em 8 de abril de 1983, em solenidade com a presença do Presidente da República do Brasil, General João Baptista de Figueiredo, e do embaixador de Portugal, Adriano Carvalho, sob salva de 21 tiros de canhão, foi assinado *Termo de Compromisso* entre o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério do Exército e o Governo de Rondônia visando a restauração, conservação e utilização do forte. Técnicos do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se responsabilizaram pela pesquisa arqueológica.

A partir de 1985, com a criação do Projeto Calha Norte, coincidentemente, o local foi escolhido para fortalecer posições do Exército Brasileiro na fronteira Oeste da Amazônia, com o 1º Pelotão Especial de Fronteira, em 2014, comandado pelo Ten Mauri Kirchmaier.

²²⁸ Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Fotografias de 1913



Figura 144: Visita do Professor Procópio ao Real Forte Príncipe da Beira, Costa Marques, Estado de Rondônia, 1989. **Fonte:** Acervo do Professor Argemiro Procópio Filho.

Nessa ocasião já era visível o estado de deterioração do Real Forte Príncipe da Beira, que necessitava urgentemente de intervenção arqueológica. Uma restauração só seria possível após esse procedimento, tendo em vista que muitas pedras já estavam deslocadas e paredes desmoronadas.



Figura 145: Paredes internas do Real Forte Príncipe da Beira, Costa Marques, Estado de Rondônia, durante a visita do Professor Procópio, 1989. **Fonte:** Acervo do Professor Argemiro Procópio Filho.



Figura 146: Vista parcial do Real Forte Príncipe da Beira, Costa Marques, Estado de Rondônia, 1989. **Fonte:** Acervo do Professor Argemiro Procópio Filho.



Figura 147: Canhão do Forte Príncipe da Beira, no pátio do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. **Fonte:** Graciete da Costa, 2012.

O programa de estudos da pesquisadora, em junho de 2014²²⁹, contou com o apoio do Programa Calha Norte e do Exército Brasileiro, para chegar ao local do Real Forte Príncipe da Beira.

O Forte fica a 28 km de distância do município de Costa Marques, por via terrestre, devendo-se tomar a única estrada de terra para o forte.

Chegando ao local, encontra-se do lado direito uma comunidade de 76 famílias, que fica na lateral do forte. Uns pescam, outros vivem do extrativismo vegetal, vendendo produtos e frutas típicos da floresta.

Do lado esquerdo, passando o forte, está o Pelotão Especial de Fronteira “Sentinela do Guaporé” organização militar vinculada à 17ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada em Porto Velho. Assistiu-se à grande cheia do Rio Guaporé que subiu 18,70 metros ameaçando as estruturas físicas do quartel.



Figura 148: Vista frontal do Real Forte do Príncipe da Beira, Costa Marques, Estado de Rondônia. **Fonte:** Graciete Guerra da Costa, 2014.

²²⁹ Visita realizada pela Arq/Urb. Graciete Guerra da Costa, 2 a 6 de junho de 2014 ao local do Forte São Joaquim do Rio Branco-RR.



Figuras 149 e 150: Detalhe da guarita no baluarte do Real Forte Príncipe da Beira. Canhões muitos ainda existentes. **Fonte:** Graciete Guerra da Costa, 2012.

O Forte está em alto estágio de deterioração. Apesar da monumentalidade da construção, a falta de recursos, as longas distâncias, o tempo, as condições climáticas e toda sorte de dificuldades logísticas, transformaram-se em obstáculos para a manutenção da fortaleza.



Figuras 151 e 152: Pórtico de Entrada Principal e vista parcial das paredes internas. **Fonte:** Graciete Guerra da Costa, 2012.



Figura 153: Vista frontal do Real Forte do Príncipe da Beira. **Fonte:** Graciete Guerra da Costa, 2014.

Os principais problemas mostram-se na sequência de imagens a seguir:



Figura 154 e 155: Paredes da entrada lateral escoradas

Fonte: Ten KIRCHMAIER Cmte do Pelotão Especial de Fronteira Real Forte Príncipe da Beira.



Figura 156 e 157: Paredes com pedras completamente soltas.

Fonte: Ten KIRCHMAIER Cmte do Pelotão Especial de Fronteira Real Forte Príncipe da Beira.

Comparando-se essas imagens com as do Professor Procópio feitas em 1989, verifica-se a destruição que tomou conta do forte. O arremate de coroamento das paredes não existe mais, e as pedras deslocadas para outros lugares, o que pode prejudicar os futuros trabalhos no forte.



Figura 158 e 159: Pedras das instalações, colocadas em um dos baluartes.

Fonte: Ten KIRCHMAIER Cmte do Pelotão Especial de Fronteira Real Forte Príncipe da Beira.



Figura 160 e 161: Canhão quebrado

Fonte: Ten KIRCHMAIER Cmte do Pelotão Especial de Fronteira Real Forte Príncipe da Beira.

Chuvas e altas temperaturas se constituem numa perversa combinação para a manutenção de qualquer patrimônio. Para mitigar tantos danos, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU de Rondônia se empenha em elaborar o projeto de restauração do Real Forte Príncipe da Beira e buscar parcerias que o viabilizem.

A importância arquitetônica das fortificações justifica a restauração e preservação. Nelas, é visível a experiência italiana em engenharia de fortificações. Revelam transformações de sistemas de construção e arquitetura. Em lugar de repetir modelos da Idade Média, empregam as técnicas de Sébastien Le Prestre de Vauban, as mais modernas e aperfeiçoadas da época.

CONCLUSÃO

A interdisciplinaridade presente no estudo dos Fortes Portugueses na Amazônia Brasileira autorizou recorrer às Relações Internacionais, à História, à Geografia, à Cartografia dos Limites, à Geopolítica, à Sociologia da conquista, à religião e à Arquitetura Militar.

A pesquisa se concentrou em doze fortificações: Forte do Presépio (Belém); Forte de Santo Antonio de Gurupá (Pará); Fortaleza de São José da Barra (Manaus); Forte de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Paru (Almeirim – PA); Forte de Santo Antonio dos Pauxis de Óbidos (Pará); Fortaleza do Tapajós (Pará); Forte de Nossa Senhora da Conceição (Rondônia); Forte de São Gabriel da Cachoeira (Amazonas); Fortaleza de São José de Macapá (Amapá); Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga (Amazonas); Forte de São Joaquim do Rio Branco (Roraima); Real Forte Príncipe da Beira (Rondônia) localizadas estrategicamente no Norte amazônico em áreas de fronteira.

A falta de informações específicas sobre os fortes fez com que a pesquisadora recorresse e transcrevesse com suas próprias palavras, trabalhos de historiadores e estudiosos do assunto citados e relatados na bibliografia.

No andamento do estudo foram consultadas obras no Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Biblioteca do Museu Histórico Nacional, Mapoteca do Itamaraty no Rio de Janeiro, Biblioteca Arthur Reis em Manaus-AM, Biblioteca Pública do Estado do Amazonas em Manaus, Arquivo do Exército em Tefé-AM, Museu do Exército em São Gabriel da Cachoeira-AM, São José de Marabitanas-AM, São Joaquim do Rio Negro-AM, Arquivos do Exército em Tabatinga-AM, Arquivos do Exército em Porto Velho-RO, Forte Príncipe da Beira em Costa Marques-RO, Forte Conceição em Costa Marques-RO, Forte São Joaquim do Rio Branco em Boa Vista-RR, e Biblioteca da UFPa e Forte do Castelo em Belém-PA. A coleta e o estudo de mapas levou a autora à Biblioteca do Ministério da Defesa em Brasília, fato útil na colagem dos mosaicos da história das fortificações.

Para chegar às localidades dos fortes, a pesquisa de campo percorreu 41.700 quilômetros em avião, carro, ônibus, barco, voadeira e lancha.

Como observou o leitor, a investigação sobre Fortes Portugueses na Amazônia Brasileira estruturou-se em quatro capítulos: o primeiro enfocou as fortificações erigidas de 1616 a 1697. Quis identificar acontecimentos relacionados à conquista e a ocupação do território, nos conformes do olhar colonial. Também apresentou um

panorama sobre as populações nativas e missionários que auxiliavam a conquista por meio da catequese.

A entrada dos portugueses na Amazônia ocorreu do Leste para Oeste, pela calha do Rio Amazonas, e do Sul em direção ao Norte e ao Noroeste, partindo de São Paulo, em fins do século XVII.

O indígena foi vital para o colonizador no processo de desbravamento. Seus atributos incluíam específicos conhecimentos das *Drogas do Sertão*. Eram exímios remadores e conhecedores das rotas fluviais. Donos de diferentes logísticas e estratégias, seus métodos eram primitivos, mas eficazes.

Os padres batizavam e ensinavam a língua portuguesa. No trabalho de catequizar as tribos, embrenhavam-se pelas florestas e fundavam missões.

Erigidas de 1616 a 1697, certas fortificações eram frágeis, de madeira, porque não havia pedra nem cal. Algumas construções não mais existem. É o caso de Manaus, Almeirim e Santarém, coincidentemente construídos pelo mesmo engenheiro militar Francisco da Mota Falcão.

No segundo capítulo, acordos e fronteiras no Norte do Brasil foram inseridos no texto, destacando-se o Tratado de Madri, que estabeleceu novos limites entre os domínios de Portugal e Espanha.

No terceiro capítulo, ao apresentar o *Mappa Geral do Bispado do Pará*, a investigação ofereceu ao leitor um novo paradigma de Cartografia Amazônica com nova toponímia modificada pelos desígnios da Coroa.

O último capítulo, fortificações erguidas de 1754 a 1776, agrupou o nome dos técnicos e engenheiros de países europeus contratados pelos portugueses. Por exemplo, os italianos Henrique Antônio Galluzzi e Domingos Sambucetti, que morreram durante a construção das duas maiores fortalezas da Amazônia, ou seja, a Fortaleza de São José de Macapá e o Real Forte Príncipe da Beira. Entre os estrangeiros citados, os engenheiros militares alemães Gaspar João Geraldo Gronfeld e Filipe Sturm não foram esquecidos.

Ademais de visitar um tema, o estudo ilustrou, com imagens, a presença das Forças Armadas brasileiras e do Programa Calha Norte atuantes no mesmo arco de fortificações dos Séculos XVII e XVIII.

Como parte do Programa de Pós-doutorado no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB a pesquisa de uma arquiteta e urbanista amazônica é modesta contribuição interdisciplinar para incentivar o estudo das relações internacionais na fronteira Norte do Brasil acoplado à Segurança, à História, à Cartografia e à Arquitetura Militar da região.

GLOSSÁRIO

O glossário esclarece termos empregados no trabalho sobre as Fortificações na Amazônia.

Aldeola – Pequena aldeia; aldeota.

Ameias – É uma fortificação, um parapeito no alto de uma muralha, com indentações alternadas, ou seja, o parapeito recortado a intervalos regulares para a localização de peças de artilharia. As partes cheias são chamadas de merlões, e alguns autores chamam de ameias as próprias aberturas. Por extensão, decoração do alto de uma parede, imitando ameias.

Áreas Interiores de Intercâmbio Fronteiriço – São aquelas em que há possibilidade de conectar-se aos interesses internacionais em benefício dos países limítrofes, aproveitando-se da infraestrutura existentes, seja ela fluvial ou terrestre. Na Amazônia existem três áreas: a primeira envolve o sistema guiano, a segunda a tríplice fronteira em Tabatinga, e a terceira na região do Forte Príncipe da Beira fronteira com a Bolívia.

Balaustradas - Uma série de balaústres enfileirados, formando um guarda-corpo.

Balaústre – Pequena coluna ou pilar disposto em uma série, sustentando corrimão, formando assim uma balaustrada.

Abaluartar ou Baluartar – Fortificar, tornar inexpugnável.

Baluarte – Nas fortalezas, eram obras salientes da muralha, caracterizadas por quatro lados e três ângulos exteriores, além dos dois ângulos internos formando intersecções com as cortinas. Externamente eram revestidas de pedra que serviam de arrimo à terra piloadada, como foi costume generalizado.

Banzeiro – Sucessão de ondas provocadas pela passagem da pororoca ou de uma embarcação a vapor no rio, as quais quebram na praia com grande violência.

Bastião – Trincheira avançada nas fortificações que serve de anteparo, geralmente construída nos ângulos do edifício. Na arquitetura militar é o baluarte, bateria ou bastilhão. Fonte: CORONA & LEMOS. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Edart. 1972.

Batelão - Embarcação robusta de ferro ou de madeira, fundo chato, com propulsão própria ou sem ela, usada para desembarque ou transbordo de carga. Usada no comércio do regatão ou no transporte de gado.

Beiral - Prolongamento do telhado além da prumada das paredes; beirado, beirada.

Bergantim – É uma embarcação com um ou dois mastros e vela redonda ou vela latina. Levava trinta remos e era utilizada como elemento de ligação, exploração, como auxiliar de armadas ou em outros serviços do gênero. Era um navio escolhido pelos reis, e grandes senhores, para sua utilização em cerimônias. Fonte: Instituto Camões.

Borracha – Substância elástica feita do látex coagulado da seringueira, ou processos químico-industriais. *Hevea brasiliensis*: Denominação científica da seringueira, árvore de clima tropical que produz a borracha: uma goma elástica de origem vegetal, leite ou látex coagulado e defumado após sua retirada dos troncos das árvores. Os seringais nativos da Amazônia eram os únicos produtores de borracha.

Bossagem - Saliência em uma superfície para ornamentação.

Caboclo – é um dos grupos étnicos mais conhecidos na Amazônia, descendente do índio e do europeu. A definição de caboclo pode variar de acordo com a época e o lugar que a explica.

Cachoeiras – Na Amazônia, são lugares onde o curso de água apresenta algum declive, com rebojos, corredeiras e verdadeiras cachoeiras ou quedas de água. Essas, aliás, bem raras na Amazônia. Como se trata de denominação indígena, vem os nomes em uma construção semelhante ao genitivo possessivo saxônico, que é muito do espírito da língua Tukano, e em geral das línguas indígenas da região: *lauareté-cachoeira*, *Pari-cachoeira*, etc. Fonte: SILVA, 1977.

Cacique - tuxaua, morubixaba, chefe de tribos indígenas.

Cacumbi - [de origem tupi]. Cesto afunilado, muito longo, feito de varas finas e flexíveis.

Caiação – Pintura com tinta feita de cal, água e cola. Dar a cor branca com cal.

Caixaras - Cerca ou paliçada feita em torno de taba ou aldeia indígena, para proteção contra inimigos ou animais.

Caneluras – Sulcos rasos e côncavos correndo verticalmente no fuste de uma coluna, pilastra, ou outra superfície; podem ir até às ranhuras ou ser suspensos por um filete. A parte inferior pode ser preenchida por uma peça cilíndrica inteiriça.

Canhoneiras – Aberturas em muralhas para encaixe do canhão.

Canoa - Embarcação sem quilha, formada por um casco, grande ou pequeno, com ou sem borda-falsa, aberto ou coberto.

Cantaria - Trabalho em pedra aparelhada (esquadrejada).

Capitel – Extremidade superior de colunas e pilastras. Além de decorativa, tem a função construtiva de aumentar a superfície de apoio dos elementos que sustenta.

Casamata – Prisão subterrânea abobadada nas antigas fortalezas.

Catraia - Pequeno barco tripulado por um só homem. Canoa motorizada.

Copiar ou Copiára ou Tacaniça – Nos telhados de mais de duas águas dois copiares determinam um plano triangular. Essa parte triangular das coberturas costuma-se chamar também de copiar.

Cornija - 1. Conjunto de molduras que arremata a parte superior das construções, saliente em relação ao paramento. 2. Na arquitetura clássica, parte superior do entablamento.

Cortina – É um muro recuado que liga dois baluartes ou bastiões.

Cruzeiro – Nome que se dá à cruz de pedra ou madeira levantada nos adros de certas igrejas, em praças, cemitérios ou estradas. Geralmente são cruzeiros latinos, isto é, aquelas que tem o ramo inferior mais comprido que os outros.

Cunhais - Pilastras situadas nos ângulos das construções.

Decoro – Compostura, decência, dignidade.

Dentículos - Pequenos dentes, dentelos.

Disposição – Ato ou efeito de dispor. Modo pelo qual se dispõe na composição plástica edifícios ou formas.

Distribuição - É a conveniente colocação dos diversos compartimentos e dependências da fortificação ou do edifício segundo os usos ou a adequada utilização. Em Portugal também é empregado o termo dividimento.

Drogas do sertão – Produtos nativos da região amazônica, conhecidos como especiarias: cacau, cravo, urucum, salsaparrilha, canela, puxuri, tabaco, castanha-do-pará, piaçaba, baunilha, anil e óleos vegetais como andiroba e copaíba. A coleta e o comércio desses produtos foram a base da economia mercantilista, no início da ocupação amazônica pelos europeus. Fonte: REIS, 1956.

Embira - árvore e arbusto que ocorre no Brasil, da fam. das timeleáceas, esp. do gêner. *Daphnopsis* e *Funifera*, muitas tb. conhecidas como embira-branca; embireira, envireira, se extraem as fibras da parte interna, para a confecção de cordas e estopa.

Emposta – A última pedra sobre o pilar, ou da pilastra, e da qual nasce a volta do arco. Pedra posta de permeio.

Encimada – Ser o remate, rematada, coroada.

Engenheiros Militares – O conceito de engenheiro existe desde a antiguidade. Os exércitos chineses, gregos e romanos empregaram máquinas e invenções complexas como a artilharia que foi desenvolvida pelos gregos por volta do século IV a.C. Estes desenvolveram a trirreme, a balista e a catapulta. Na Idade Média, foi desenvolvido o trabuco. O primeiro engenheiro militar a trabalhar em São Vicente foi o hispano-italiano Giovanni Battista Antonelli, autor da Fortaleza da Barra Grande em **1583**, MORI, 2003, p. 97.

Euritmia – Boa disposição e correspondência das diversas partes de uma obra de arte. É o estudo da obra de arte sob as leis da estética. Sobre a euritmia arquitetônica existem vários estudos.

Face – Superfície plana e aparelhada. O termo é aplicado, em construção, para designar a superfície anterior ou superior, conforme o caso, de uma pedra ou tijolo. Superfície aparente de um elemento de alvenaria do muro. A face opõe-se ao TARDOZ, que é a superfície posterior oculta pela espessura do muro.

Ferro forjado – Ferro muito puro que contém apenas materiais provenientes da escória, mecanicamente muito resistente, pouco sensível à corrosão. Quando tratado na forja aumenta a elasticidade.

Flanco – Cada uma das faces laterais da fortificação.

Fortaleza – É uma grande construção militar cujo armamento está repartido em duas ou mais baterias de artilharia, instaladas em obras independentes e, em geral largamente intervaladas. Possui ainda uma série de posições defensivas complementares.

Forte - É a fortificação constituída de uma ou mais baterias de artilharia, localizadas, porém na mesma obra.

Fortificação – É a denominação genérica de obras de defesa militar. Ela pode ser passageira ou permanente.

Fortificação Passageira, ou Fortificação de Campanha, ou ainda Organização de Terreno – É a fortificação destinada a satisfazer as necessidades táticas que se apresentam no decorrer de uma campanha. São entrincheiramentos que permitem “colocar a tropa ao abrigo da surpresa, aumentando o rendimento de suas armas e assegurando-lhe a proteção”. Fonte: BARRETO, 2011.

Fortim - É um pequeno forte.

Fortificação Permanente - É a fortificação idealizada para atender as questões estratégicas, encaradas pelo Alto Comando, tendo em vista as futuras operações ofensivas de uma campanha, ou a defesa de um país contra as invasões inimigas. As fortificações permanentes, segundo o número de obras de fortificação existente no local, natureza de seu armamento, área ocupada etc., têm as seguintes denominações:

- Praça Forte ou de Guerra
- Fortaleza
- Forte
- Fortim
- Reduto
- Redente
- Bateria
- Hornaveque
- Castelo
- Casa Forte
- Porta

Fosso – Cova, valeta, valo ou rego para o desvio das águas servidas ou pluviais. Barranco, cavidade na terra rodeando as fortificações para dificultar o acesso do inimigo.

Frechal – 1. Viga de madeira, sobre a qual assentam os frontais de cada pavimento de uma construção. 2. Viga na qual se pregam os barrotes, à beira do telhado.

Frontão – Espécie de empena originalmente triangular, fechando o vão formado pelas duas águas da cobertura, que arremata as fachadas dos fortes. Com o tempo sofre alterações formais e passa a servir de mero ornamento, colocado em diferentes lugares, como portas, portadas. Apresenta diversas formas: alteado, curvo, curvo interrompido, elevado, triangular.

Frontão Cimbrado – Frontão dobrado ou curvado.

Frontão de Cartela – Frontão de superfície lisa, geralmente à imitação de um pergaminho, para se gravar uma inscrição ou um ornato.

Frontispício - O mesmo que frontaria, isto é, fachada ou frente de um edifício.

Furo – É sempre um canal fluvial sem correnteza própria, que secciona uma ilha fluvial ou interliga componentes internos de uma planície de inundação. Existem furos que interligam braços de rios no meio de uma planície. Outros cortam ilhas fluviais, transversal e obliquamente (Furos do arquipélago fluvial das Anavilhanas). No estuário do Pará existe verdadeiro labirinto de furos sob a forma de delta no fundo do estuário. **Fonte:** AB’SÁBER, Aziz Nacib. **Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p.70-71.

Guardamoria - Repartição anexa às alfândegas, encarregada da polícia fiscal nos portos e a bordo dos navios.

Hereges – Holandeses e ingleses assim chamados por serem protestantes. Fonte: REIS, 1965.

Hevea brasiliensis - Denominação científica da seringueira, árvore de clima tropical que produz a borracha: uma goma elástica de origem vegetal, leite ou látex coagulado e defumado após sua retirada dos troncos das árvores. Os seringais nativos da Amazônia eram os únicos produtores de borracha.

Homens do Campo – Ocupavam-se com a conservação das benfeitorias do seringal, em geral trabalhando no plantio e retirada de madeira, além do conserto das barracas.

Igarapés: [do tupi *ïara'pé*, “caminho d’água”.] São canais naturais, estreitos entre duas ilhas, ou entre uma ilha e a terra firme. Os banhos de igarapé faziam parte do hábito do Amazonense.

Inajá – Palmeira nativa, cultivada ou espontânea, da família das *Arecaceae* (*Pindarea concinna*) de cerca de 5 a 6 m de altura.

Lomba - Cumeada; crista arredondada. Pode ser uma ladeira ou uma encosta.

Muralha de Cantaria – Era uma muralha de pedras lavradas e cortadas segundo as regras da Estereotomia para serem aplicadas como constituição da própria muralha. **Fonte:** CORONA & LEMOS, 1972.

Obras de Fortificação – É todo e qualquer trabalho de Fortificação, elas podem ser passageiras ou permanentes.

Ordem – Disposição peculiar conveniente das partes principais de um edifício, principalmente no que se refere aos elementos de composição dos frontispícios como sejam, embasamentos, colunas e entablamentos. A arquitetura grega possuía três ordens: a dórica, a jônica e a coríntia.

Palafitas - cabanas erguidas sobre esteios em margens de rios, igarapés, igapós, lagos e áreas inundáveis.

Palissadas, Paliçadas de pau-a-pique ou Caiçaras – Vedação feita com estacas de madeira fina fincadas na terra, obtida por uma trama de varas de madeira, fixadas no piso e no teto, coberta por argamassa.

Pedra de Cantaria – Qualquer pedra que se corta bem em qualquer direção, especialmente a pedra calcária e o arenito de grão fino; pedra trabalhada para construção.

Praça Forte ou de Guerra – É uma fortaleza de grande extensão ou uma cidade fortificada, defendida por diversas obras de fortificações: fortalezas, fortes, etc.

Reduto – É um pequeno forte isolado do exterior, ou no interior de uma fortaleza.

Resgate - eram destacamentos de soldados que protegiam e promoviam o tráfico de escravos indígenas na região amazônica.

Revelim - Construção externa saliente, de forma angular para a defesa de ponte, etc. Semelhante ao baluarte tem planta trapezoidal ou triangular.

Ribeirinho – Habitantes das ribanceiras dos rios, lagos e paranás amazônicos; vivem em casas de palafitas, em função das cheias dos rios.

Rusticação – 1. Talhar a pedra entre os ornatos em relevo. 2. Efeito para dar a impressão de rústico.

Seteiras – Abertura longa e estreita feita numa muralha por onde se atiram setas contra os sitiados.

Simetria – Equidistância de elementos formais de composição arquitetônica, semelhantes entre si, em relação a um eixo.

Taipa de Pilão – A taipa é qualquer sistema em que os panos contínuos são executados diretamente no local, em que a terra não sofreu nenhum beneficiamento anterior. A taipa de pilão é conseguida comprimindo a terra dentro de formas de madeira. **Fonte:** CORONA & LEMOS. **Dicionário da Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Edart. 1972.

Terrapleno – Terreno em que se enche uma depressão para que se torne plano ou de acordo com o previsto num projeto. **Fonte:** CORONA & LEMOS. **Dicionário da Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Edart. 1972.

Tupinambás - Era uma enorme tribo indígena, conhecida pela sua valentia nas guerras, ocupavam as duas margens da grande ilha (provavelmente a Ilha do Marajó). Eram exímios no arco e flecha, e com destreza disparam. São tão temidos, que só em ouvir o nome, não há quem não se rendesse. **Fonte:** ACUÑA, 1994, p. 171, 173. 175.

Uruás – São antigos depósitos de conchas calcárias, verdadeiro sambaqui, digno de estudos. A situação dessas “terras pretas” estava indicada no mapa do Município de Gurupá. Era conhecido dos portugueses do período colonial, citado pelo Sargento-mor Gronfeld, como grande depósito de sambaqui, próprio para a fabricação da cal. **Fonte:** Carta de Gronfeld, em 3 de março de 1763. Corresp. De div. Com o gov. 1752-1764. Cod. Manusc. do Arch. Público do Pará, n. 6.

DESLOCAMENTOS E DISTÂNCIAS PERCORRIDOS DURANTE A PESQUISA

DATA	LOCAL	VEÍCULO	DURAÇÃO	KM	Objetivo
29/06/12	Brasília/Rio de Janeiro	Voo Comercial	01:35	900	AHEX, BN, AHN, INCA, DHN
13/07/12	Rio de Janeiro/Brasília	Voo Comercial	01:35	900	Retorno
16/08/12	Brasília/Manaus	Voo Comercial	02:50	1950	CMA, BAR
15/09/12	Manaus/Brasília	Voo Comercial	03:00	1950	Retorno
01/11/12	Brasília/Manaus	Voo Comercial	03:00	1950	Pesquisa na área do PCN
19/11/12	Manaus/São Gabriel da Cachoeira/São Joaquim/Cucuí/São Gabriel da Cachoeira	Vôo da FAB	03:15	2300	Deslocamento com o Programa Calha Norte/Pesquisa <i>in loco</i> Forte São Gabriel da Cachoeira Forte de Marabitanas
20/11/12	São Gabriel da Cachoeira/Barcelos/Tefé	Vôo da FAB	02:00	1400	Forte São Gabriel da Cachoeira
21/11/12	Tefé/Tabatinga	Vôo da FAB	01:15	850	Forte São Francisco Xavier de Tabatinga
22/11/12	Tabatinga/Tefé/Manaus	Vôo da FAB	02:30	1750	Forte São Francisco Xavier de Tabatinga
24/11/12	Manaus/Brasília	Vôo da FAB	03:30	1950	Retorno
22/08/13	Brasília/Manaus	Voo Comercial	02:50	1950	Lançamento do Livro, CMA, BAR
28/11/13	Manaus/Brasília	Voo Comercial	03:10	1950	Retorno
07/05/14	Brasília/Manaus	Voo Comercial	02:50	1950	UFAM, BAR, BPAM, CMA
17/05/14	Manaus/Brasília	Voo Comercial	03:30	1950	Retorno
02/06/14	Brasília/Manaus/Porto Velho	Vôo da FAB	04:00	2710	Deslocamento com o Programa Calha Norte/Pesquisa <i>in loco</i>
03/06/14	Porto Velho/Costa Marques	Vôo da FAB	00:50	600	Real Forte Príncipe da Beira Pesquisa <i>in loco</i> na comunidade
03/06/14	Costa Marques/Forte Príncipe da Beira	Viatura EB	00:40	30	Real Forte Príncipe da Beira
05/06/14	Forte Príncipe da Beira/Costa Marques	Viatura EB	00:40	30	Real Forte Príncipe da Beira
06/06/14	Costa Marques/Porto Velho	Ônibus Comercial	11:00	735	CAU RO, Governo e PM Porto Velho
07/06/14	Porto Velho/Brasília	Voo Comercial	02:25	1910	Retorno a Brasília
08/10/14	Brasília/Belém	Voo Comercial	02:00	1600	Forte do Presépio, Palestra na UFPa
13/10/14	Belém/Brasília	Voo Comercial	02:00	1600	Retorno a Brasília
27/12/14	Brasília/Rio de Janeiro	Autom. Part.	14:00	1200	AHEX, BN Aut. Public. Mapas
06/01/15	Rio de Janeiro/Brasília	Autom. Part.	14:00	1200	Retorno a Brasília
25/02/15	Brasília/Manaus	Voo Comercial	02:50	1950	UFAM, BAR, BPAM, CMA
01/03/15	Manaus/Boa Vista	Voo Comercial	00:50	670	Forte de São Joaquim
02/03/15	Boa Vista/S. Joaquim	Viatura EB	00:35	50	Forte de São Joaquim
03/03/15	Boa Vista	Viatura EB	00:35	50	IPHAN, UFRR, MPRR
04/03/15	Boa Vista/Manaus	Voo Comercial	00:50	670	Retorno a Manaus
07/03/15	Manaus/Brasília	Voo Comercial	03:00	1950	Retorno a Brasília
Horas totais e quilometragem:			76h55min	41.700 Km	

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Mapa da Amazonia com a localização dos 11 fortes.
- Figura 2:** Mapa da Amazônia com a localização dos quartéis do Programa Calha Norte...fortes.
- Figura 3:** Detalhe da pintura óleo sobre tela da Viagem de Pedro Teixeira...de resgate.
- Figura 4:** Mapa da Viagem de Pedro Teixeira em 1639.
- Figura 5:** Quadro Simbólico dos Reinos de Portugal e do Brasil, quando... terras além mar.
- Figura 6:** Paliçada indígena ou caiçara.
- Figura 7:** Símbolo da fundação de Belém em 1616, nele... Coroa Portuguesa.
- Figura 8:** Planta Geral da Cidade de Belém Do Pará.
- Figura 9:** Planta da Cidade de Belém, fortificada pelo método mais simples.
- Figura 10:** Planta da Obra de Fortificação, século XVIII
- Figura 11:** Planta do Pará, s/d
- Figura 12:** Planta da Fortaleza da Cidade do Pará, s/d
- Figura 13:** Vista lateral da artilharia do Forte do Presépio, Belém, Pará.
- Figuras 14 e 15:** Imagens da situação atual do Forte do Presépio, Belém, Pará.
- Figuras 16:** Vista Aérea do Forte do Presépio, Belém, Pará.
- Figura 17:** Mappa Geographico do Rio das Amazonas e do Rio Negro
- Figura 18:** Prospecto da Fortaleza do Rio Negro (1756).
- Figura 19:** Índio da Amazônia vestido tururi.
- Figura 20:** Índio mura inalando paricá, provavelmente 1786.
- Figura 21:** Descrição dos Rios Pará, Gurupá e Amazonas.
- Figura 22:** Planta da Fortaleza de Gurupá, segundo projeto de Gaspar Gronfeld, 1762.
- Figura 23:** Prospecto do Sítio de Açajó, q' deriva o seu nome...Fortaleza de Gurupá (1756).
- Figura 24:** Prospecto da Fortaleza do Rio Negro (1756)
- Figura 25:** Imagem de Ajuricaba.
- Figura 26:** Detalhe do Prospecto da Fortaleza do Rio Negro (1756).
- Figura 27:** Planta (croquis) da Cidade de Manaus (1852).
- Figura 28:** Detalhe do Prospecto da Fortaleza do Rio Negro (1756).
- Figura 29:** Planta do Forte de São José da Barra...Eschwel, no ano de 1756.
- Figura 30:** Desenho com a distribuição das terras, no ano de 1822.
- Figura 31:** Entrada da Vila da Barra do Rio Negro (final do século XIX).
- Figura 32:** Local onde poderia ter sido o Forte da Barra.
- Figura 33:** Detalhe do mapa com localização de Almeirim à esquerda.
- Figura 34:** Mapa de localização dos fortes - Pará, século XVIII
- Figura 35:** Carta Topographica de demarcação das terras, Vila de Óbidos, 1814.
- Figura 36:** Carta Topographica de demarcação das terras, Vila de Óbidos, 1815.
- Figura 37:** Planta do Forte dos Pauxis, em Óbidos – Pará, de Carlos Varjão Rolim.
- Figura 38:** Prospecto da Fortaleza do Tapajós (1756).
- Figura 39:** Planta do Forte de Santarém, 1803.
- Figura 40:** Vieira prega aos índios. s/d.
- Figura 41:** Mapa do Brasil, in Roteiro de Todos os Sinais...da Biblioteca da Ajuda.
- Figura 42:** Proposta de novo mapa das capitanias hereditárias, J. P. Cintra, 2013.
- Figura 43:** Folha do Tratado de Tordesilhas, 1494. AGI, Sevilha, Espanha.
- Figura 44:** MAPA DO TRATADO DE MADRI.
- Figura 45:** Marquês de Pombal.
- Figura 46:** *El gran rio Marañon, O Amazonas...Marañone Missionarius Quiti Anno 1707.*
- Figura 47:** Carte du cours du Maragnon ou... Amazonas, La Condamine e D'Anville.
- Figura 48:** Carte de l'Amérique méridionale, Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville, 1748,
- Figura 49:** Mapa dos Confins...Coroa de Espanha na América ou Mapa das Cortes
- Figura 50:** Composição das 4 folhas do Mappa Geral do Bispado do Pará...Galluzzi, 1759.
- Figura 51:** Cartela da segunda folha.
- Figura 52:** Folha 4 mostrando a parte Leste do Estado do Pará, a Ilha do Marajó.
- Figura 53:** Desenho da Folha 4 mostrando a Ilha do Marajó, rios, vilas e outras, 1759.
- Figura 54:** Triângulo e os Pilares Mestres da Amazônia no Século XVIII. Figura 1:
- Figura 55:** Mapa da Bacia Amazônica, em detalhe amarelo o Rio Guaporé, em Rondônia.
- Figura 56:** Rio Guaporé e seus afluentes... fronteira do Brasil com a Bolívia, Rondônia-RO.
- Figura 57:** Localização do Forte Nossa Senhora...Príncipe da Beira na fronteira do Brasil.
- Figura 58:** Planta do Forte Nossa Senhora da Conceição, na fronteira do Brasil com a Bolívia.
- Figura 59:** Planta do Forte de Bragança, ex-Nossa Senhora da Conceição.

Figura 60: Vista do Forte de Bragança, na fronteira do Brasil com a Bolívia.

Figuras 61 e 62: Ruínas do Forte Conceição, na fronteira do Brasil com a Bolívia,

Figuras 63 e 64: Ruínas do Forte Conceição, na fronteira do Brasil com a Bolívia, Rondônia.

Figura 65: Sino do Forte Nossa Senhora da Conceição, na fronteira do Brasil com a Bolívia,

Figura 66: Foto aérea de São Gabriel da Cachoeira, na Região da Cabeça do Cachorro.

Figura 67: Morro da Fortaleza onde se localizava o Forte São Gabriel da Cachoeira.

Figura 68: Mapa elaborado por Manuel da Gama Lobo de Almada.

Figura 69: Plano da curva do rio Negro. Segundo os Mapas de Gama Lobo de Almada.

Figuras 70 e 71: Planta da casa-forte de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, s.d.

Figura 72: Carimbo de um dos originais das plantas do Projeto do 5º BEF.

Figura 73: Momento em que desenterrou o canhão e as lápides do local do Forte de São

Figura 74: Detalhes dos símbolos da Coroa e monograma reais...1988.

Figura 75 e 76: As duas lápides desenterradas pelo...Prof. Argemiro Procópio da UnB, 1988.

Figura 77: A foto mostra as duas lápides e o canhão desenterrados no local do Forte.

Figura 78: Um dos canhões do Forte de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas.

Figura 79: Pátio da bandeira do Comando da 2ª “Brigada Ararigóia”.

Figura 80: Um dos canhões existentes no Pátio da bandeira do Comando da 2ª Brigada de

Figura 81: Foto da Caixa d’Água da COSAMA construída no lugar do Forte de São Gabriel.

Figura 82: Vista do local onde foi erguido o Forte de São Gabriel.

Figura 83: Mapa elaborado que mostra o local do Forte de Macapá e o Cabo Norte.

Figura 84: Planta da Vila de São José de Macapá, no Amapá.

Figura 85: Planta da Vila de São José de Macapá, no Amapá.

Figura 86: Planta da Fortificação de São José de Macapá, Galluzzi.

Figura 87 e 88: Plantas da Fortaleza de Macapá, no Amapá.

Figura 89: Vista e Perfil de Fragata de Guerra, ano 1765.

Figura 90: Planta da Vila de São José de Macapá, no Amapá, 1772, Documento No. 804 da

Figura 91: Croquis Nº 2 do Estado do Pará e Território do Amapá, s/d.

Figura 92: Fortaleza de Macapá, no Amapá, abandonado em 1907.

Figura 93: Portão de entrada da Fortaleza de Macapá, no Amapá.

Figura 94: Vista aérea da Fortaleza de Macapá, s/d.

Figura 95: Vista aérea da Fortaleza de Macapá.

Figura 96: Mapa dos aldeamentos existentes na Demarcação dos Limites

Figura 97: Plano de Tabatinga, Estado do Amazonas.

Figura 98: Mapa da localização do Forte de Tabatinga, Estado do Amazonas.

Figura 99: Projeto de uma Praça-Forte e Colônia Militar de Tabatinga, Estado do Amazonas.

Figura 100: Planta do Forte de Tabatinga, Estado do Amazonas.

Figura 101: Fachada Principal do Quartel de Tabatinga, Estado do Amazonas.

Figura 102: Casa para o Quartel de Tabatinga, Estado do Amazonas.

Figura 103: Capela de Tabatinga, Reconstrução da Capela...e Depósito de Tabatinga.

Figura 104: Posto da tríplice fronteira de Tabatinga: Brasil, Colômbia e Peru

Figura 105: Columbrina de bronze, Itália, 1714, feita em Gênova para o Exército Português,

Figura 106: Entrada do Museu que guarda as memórias do Forte de Tabatinga, no Amazonas.

Figura 107: Um dos três canhões estão expostos no Quartel do Comando de Fronteira.

Figuras 108: Ruínas do Forte de Tabatinga emersas das águas do Rio Solimões.

Figuras 109 e 110: Destroços do Forte de Tabatinga que...na vazante do Rio Solimões.

Figuras 111 e 112: Palamenta do Forte de Tabatinga recolhidos pelo Exército.

Figura 113: Mapa de Roraima. Tem a localização do Forte de São Joaquim do Rio Branco.

Figura 114: “Mappa Geographico de huma Parte do Império do Brazil”, 1777.

Figura 115: Plano da Geographia do Alto Rio Branco. Conforme os mapas de Silva Pontes,

Figura 116: Planta do Forte São Joaquim, em Roraima, 1757.

Figura 117: Planta do Forte São Joaquim, em Roraima, 1757.

Figura 118: Mapa do Rio Branco, em Roraima. Provavelmente trata-se de uma cópia do

Figura 119: “Prospecto do Forte e Povoação de Marabitanas”.

Figura 120: Planta e elevação do Forte São Joaquim do Rio Branco.

Figura 121: Planta da vila do Forte de São Joaquim

Figura 122: Prospecto da Fortaleza de São Joaquim, na margem oriental da foz do Rio Tacutu.

Figura 123: Planta do forte de São Joaquim, em Roraima, 1881

Figura 124: Planta elaborada pelo capitão José Simões de Carvalho, em 1787.

Figura 125: Ruínas do forte no início da República.

Figura 126: Pórtico de entrada do Forte São Joaquim do Rio Branco, Roraima, RR.

Figura 127: Vista da nascente do Rio Branco, no encontro dos rios Tacutu e Uraricoera,
Figura 128 e 129: Lateral do Forte São Joaquim do Rio Branco, Roraima, RR.
Figura 130: Planta da Capela do Forte São Joaquim do Rio Branco, s/d.
Figura 131: Museu com a maquete do Forte São Joaquim do Rio Branco
Figura 132: Maquete do Forte São Joaquim do Rio Branco homenageando Felipe Sturm.
Figura 133: Placa de rua com o nome do Forte São Joaquim do Rio Branco, Boa Vista-RR.
Figura 134: Maquete do Forte São Joaquim do Rio Branco com os rios Tacutu e Uraricoera.
Figura 135: Um dos canhões do Forte São Joaquim do Rio Branco, Boa Vista-RR.
Figura 136: Símbolo que adornava o Real Forte Príncipe da Beira.
Figura 137: Vista aérea do Real Forte Príncipe da Beira, Costa Marques, Estado de Rondônia,
Figura 138: Foto aérea do Real Forte Príncipe da Beira, Costa Marques, Estado
Figura 139: Localização do Real Forte Príncipe da Beira, Costa Marques, Estado de Rondônia.
Figura 140: Mapa com as posições de defesa do Real Forte Príncipe da Beira.
Figura 141: Planta e perfil do Forte do Príncipe da Beira, na Capitania de Mato Grosso.
Figura 142: Prospecto da Povoação e Forte Príncipe da Beira, Costa Marques-RO.
Figura 143: Visita do Marechal Rondon ao Forte Príncipe da Beira, Estado de Rondônia.
Figura 144: Visita do Professor Procópio ao Real Forte Príncipe da Beira.
Figura 145: Paredes internas do Real Forte Príncipe da Beira.
Figura 146: Vista parcial do Real Forte Príncipe da Beira, Estado de Rondônia,
Figura 147: Canhão do Forte Príncipe da Beira, no Museu Histórico Nacional.
Figura 148: Vista frontal do Real Forte do Príncipe da Beira.
Figuras 149 e 150: Detalhe da guarita no baluarte do Real Forte Príncipe da Beira.
Figuras 151 e 152: Pórtico de Entrada Principal e vista parcial das paredes internas.
Figura 153: Vista frontal do Real Forte do Príncipe da Beira.
Figura 154 e 155: Paredes da entrada lateral escoradas.
Figura 156 e 157: Paredes com pedras completamente soltas.
Figura 158 e 159: Pedras das instalações, colocadas em um dos baluartes.
Figura 160 e 161: Canhão quebrado.

BIBLIOGRAFIA

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Amazônia do discurso à práxis**. São Paulo: EDUSP, 2004, p.203.
- AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p.70.
- ABREU, João Capistrano Honório de. **Capítulos de história colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 5 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963. 402 p.
- ACUÑA, Cristóvão d'. **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas**. 1641. RIHGB. Rio de Janeiro: Tomo XXVIII, Vol. XXX, Parte I, 2º Trim./1865.
- ACUÑA, Cristóvão d'. **Novo Descobrimento do Rio Amazonas**. Montevideo - Uruguay, Vol. 8, Coleção: Orellana, 1994.
- ADONIAS, Isa. **A cartografia da região amazônica – Catálogo descritivo (1500-1961)**. Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), 2 Volumes. Rio de Janeiro, 1963.
- ADONIAS, Isa. **Alguns Mapas Antigos e Planos de Fortes relativos à Região Amazônica existentes em Arquivos do Brasil**. Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimientos, Vol. II. Lisboa, 1961, p. 1-50.
- ALCÂNTARA, Dora Monteiro e Silva. **Fortaleza de São José do Macapá**. Rio de Janeiro: H. J. Cole, 1979. 24p. il.
- ALMADA, Manuel da Gama Lobo de. **Descrição Relativa ao rio Branco e seu Território [1787]**. In: **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Etnográfico do Brasil** - Tomo XXIV. Rio de Janeiro, nº 4, 1861, p. 617-683.
- AMARAL, Ribeiro do. **Fundação de Belém do Pará: jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco, em 1615-1616**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.
- ARAÚJO, Renata Malcher de. **As Cidades da Amazônia no Século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. Porto: FAUP, 1998.
- ARENZ, Karl. **Mão de obra da fé**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 10, Nº 112, Rio de Janeiro, 2015.
- Associação Promotora da Instrução. **Viagem Philosophica Uma Redescoberta da Amazônia – 1792-1992**. Rio de Janeiro: Editora Index Ltda., 1992.
- AZEVEDO, João Lúcio de. **Os jesuítas no Grão-Pará**. Lisboa: 1901.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Senado Federal, v. 30, 2004.
- BARBOSA, Francisco de Assis; NUNES, José Maria de Souza. **Real Forte Príncipe da Beira**. Rio de Janeiro: Spala Editora/Fundação Emílio Odebrecht, 1985.
- BARRETTO, Anníbal. **Fortificações do BRASIL**. 2ª ed. ver. Atual. - Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.
- BARROS, Joaquim Pereira de. **Plano do Forte de S. Joaquim do Rio Branco**, s.d. Mss. Biblioteca Nacional.
- BATES, Henry Walter. **O naturalista no rio Amazonas** (2 v.). São Paulo: Editora Nacional, 1944.
- BENTO, Cláudio Moreira; **Amazônia Brasileira: conquista, consolidação e manutenção** (história militar terrestre da Amazônia de 1616 a 2003). Porto Alegre: Gênese, 2003.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1993. (Verbetes “poder” e “política”)

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América portuguesa (séc. XVI-XIX). In: **Navegador: subsídios para a História Marítima do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 2011, p. 9-19.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e Desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2011.

CAMILO, Janaína. **Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

Carta de Gronfeld, em 3 de março de 1763. Corresp. De div. Com o gov. 1752-1764. Cod. Manusc. do Arch. Público do Pará, n. 6.

CARVAJAL, Frei Gaspar de. **Relatório do novo descobrimento do famoso rio grande descoberto pelo capitão Francisco de Orellana**. São Paulo: Scritta, 1992.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de Castro. **Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro: Fortificações no Brasil de 1504 a 2006**. V. 2 – Regiões Norte e Nordeste. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

CASTRO, Therezinha de. **O Brasil da Amazônia ao Prata**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1983.

CASTRO, Therezinha de. **Rumo à Amazônia: problemática geopolítica**. Rio de Janeiro: Unigraf, 1998. 84 p.

CINTRA, J. P. **Magni Amazoni Fluvii: o mapa do Conde de Pagan** In: Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011, Paraty. Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Belo Horizonte: Centro de Referência em Cartografia Histórica UFMG, 2011 v.1. p.1 - 20, Disp. em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/CINTRA_JORGE_PIMENTEL_1.pdf

CINTRA, J. P., FREITAS, J. C. **Sailing down the Amazon River: La Condamine's Map**. Survey Review. v.43, p.550 - 566, 2011, Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1179/003962611X13117748892119>

CINTRA, J. P., FURTADO, J. F. A. **Carte de l'Amérique Méridionale de Bourguignon D'Anville: eixo perspectivo de uma cartografia amazônica comparada**. Revista Brasileira de História, v.31, p.273 - 316, 2011, Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882011000200015>

CINTRA, Jorge Pimentel. "A Cartografia Digital como Ferramenta para a Cartografia Histórica". **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG**. Belo Horizonte. Volume XX, Tomo I- 2011. p. 113-130.

CINTRA, J. P. "Reconstruindo o Mapa das Capitanias Hereditárias". In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.21. n.2. p. 11-45. Jul.- dez. 2013.

CONDAMINE, Charles-Marie de La. **Viagem na América Meridional Descendo o Rio das Amazonas**. Brasília: Senado Federal. Coleção O Brasil Visto Por Estrangeiros, 2000.

CORONA & LEMOS. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Edart. 1972.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)**. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco/Ministério das Relações Exteriores, 1951. 9 v.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Tomo 1. Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1965. Pode-se consultar também a nova edição: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009.

CORTESÃO, Jaime. **O Tratado de Madri**. Brasília: Senado Federal, 2001. Vol II.

CORTESÃO, Jaime. **Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958. 455 p.

COSTA, Antonio Gilberto (Org.). **Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

- COSTA, Graciete Guerra da, e CINTRA, J. P. "Mappa geral do Bispado do Pará: um novo paradigma da cartografia amazônica". In: **V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, Petrópolis – RJ, 2013.
- COSTA, Graciete Guerra da, e FILHO, Antonio Rodrigues da Silva. "Fundação da Cidade de Manaus". In: **I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, Rio de Janeiro - RJ, 2005.
- COSTA, Graciete Guerra da. "A Arquitetura Militar em Fortificações da Amazônia". In: **I Seminário de História Militar Terrestre da Amazônia Brasileira**, Manaus – AM, 2012.
- COSTA, Graciete Guerra da. "A formação das cidades amazônicas: historiografia e Documentação". In: VI Simpósio Internacional Estados Americanos, Natal-RN, 2012.
- COSTA, Graciete Guerra da. "As Cidades Amazônicas na América Portuguesa". In: **V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, Petrópolis – RJ, 2013.
- COSTA, Graciete Guerra da. "Fortificações da Amazônia". In: **NAVIGATOR Nº 20**, Rio de Janeiro, 2014.
- COSTA, Graciete Guerra da. "Leituras do Espaço Amazônico: Belém, Santarém Manaus e Rio Branco". In: **53º ICA - Congresso Internacional de Americanistas**, México, 2009.
- COSTA, Graciete Guerra da. **Manaus: Um estudo de seu patrimônio arquitetônico e urbano**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2013.
- COSTA, Graciete Guerra da. "The City, the forest and the center: configurational analysis of Manaus". **5th International Space Syntax Symposium**, Delft, THE NETHERLANDS, 13-17 June 2005.
- COSTA, Graciete Guerra da. "The morphology of Manaus downtown". **4th International Space Syntax Symposium**, London, 17-19 June 2003.
- DANIEL, João, 1722-1776. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- DÊNI, Emerson da Silva, Maj Inf. **O Forte Nossa Senhora da Conceição e a consolidação da fronteira no Vale do Guaporé**. Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Militares. Aprovado em 2009.
- FARAGE, Nádia. **As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.
- FARIA, Miguel. **Príncipe da Beira: a fortaleza para além dos limites**. Lisboa: Revista Oceanos, nº 28, out.- dez/1996, p. 54-68.
- FARIAS, Marcello. **Príncipe da Beira, um forte de grande importância na consolidação da nossa fronteira**. s.l.: Revista Nacional, nº 229, Semana Ilustrada, p. 9.
- FERNANDES, Suelme Evangelista. **O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá-MT, 2003.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem ao Brasil. A Expedição Filosófica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá (3 vols.)**. Rio de Janeiro: Kapa Editorial, 2007.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá: 1783-1792 (2 vols.)**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.
- FERREIRA, Arnaldo Manuel de Medeiros. "Fortificações Portuguesas na Cartografia Manuscrita do Brasil". In: **I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, Rio de Janeiro, 2006.
- FIGUEIREDO, Marta Maria. **Fortaleza de São José de Macapá, 1782, Histórico**. Macapá: Governo do Território Federal do Amapá, Coordenadoria de Indústria e Comércio, Departamento de Turismo, s.d.
- FONSECA, Wilde Dias da. **Santarém: Momentos Históricos**, 1996.

- FONTANA, Ricardo. **As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil Colonial do Séc. XVIII.** Brasília: Senado Federal, 2005.
- FURTADO, Júnia Ferreira. **Oráculos da Geografia iluminista, caps. 8 e 9.** Algumas delas, utilizadas para o rio Amazonas e seu entorno, são discutidas nesse artigo.
- GARCIA, Etelvina. **Amazonas, notícias da História: período colonial.** 2ª ed. ver. Manaus: Norma Ed., 2006.
- GÓES FILHO, Synezio Sampaio. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas** Um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000. 344 p.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira:** Tomo I Época Colonial, Rio de Janeiro - São Paulo, DIFEL/DIFUSÃO EDITORIAL S.A., 1977.
- HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva. 2009.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Lisboa, 1943.
- LEMOS, Carlos A. C. **Arquitetura brasileira.** São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1979.
- LEMOS, Carlos A. C. **Arquitetura militar. Um panorama histórico a partir do Porto de Santos.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.
- LEMOS, Carlos A. C. **História da Casa Brasileira.** São Paulo: Contexto, 1989. Livros da Alfândega.
- LOBO, Luiz. **História Militar do Pará.** Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1943.
- MACHADO, José de Paula. **Tapajós: o baixo amazonas.** Rio de Janeiro: Agir, 1990.
- MAGALHÃES, Marcos P. **Fortaleza São José de Macapá.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia. Belém, MPEG. V. 2.
- MARTINS, Mário Ribeiro. **Dicionário Bibliográfico Regional do Brasil de T a Z: Usina de Letras,** 2003.
- MARTIUS, Carl Friedrich e Spix, Johan Baptist Von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820.** São Paulo/Brasília: Melhoramentos/INL, 1975. p. 35, Tomo 3.
- MATOS, João Henrique de. Relatório do estado de decadência em que se acha o Alto Amazonas. In: REIS, Arthur C. Ferreira. **O Amazonas em 1845,** Revista do IHGB, vol. 325, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1979. p. 165.
- MATTOS, Carlos de Meira. **Uma Geopolítica Pan-Amazônia.** Publicação 501 - Vol.181. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980. p.71.
- MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- MEIRELLES FILHO, João. **Grandes expedições à Amazônia brasileira.** São Paulo: Metalivros, 2009.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759.** 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O Caminho do Mato Grosso e as fortificações pombalinas na Amazônia.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol 251. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1961.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O Marquês de Pombal e a Unidade Brasileira.** Rio de Janeiro: Editorial Andes, [19?].
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil.** Rio de Janeiro: Xérox do Brasil, 1985. 327 p.
- MICELI, P. C. **O Tesouro dos Mapas: A Cartografia na Formação do Brasil.** São Paulo, SP: Instituto Cultural Banco Santos, 2002. 339 p.

- MIRANDA, Elis. **Cametá: marcas da presença portuguesa na Amazônia**. In: I Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica, Rio de Janeiro, 2005.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Fundação de Manaus**. Manaus: Metro Cúbico, 1994.
- MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos A. Cerqueira e CASTRO, Adler Homero F. de. **Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2003.
- MOURA, Carlos Francisco. **Astronomia na Amazônia no século XVIII (Tratado de Madri): os astrônomos Szentmártonyi e Brunelli – Instrumentos astronômicos e livros científicos**. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2008.
- MOURÃO, Luiz Rogério Castelo Branco. **A Engenharia luso-brasileira na construção das fortalezas e sua contribuição na defesa e desenvolvimento da região norte do Brasil**. Fortaleza: s.e., 1995.
- MUNIZ, Palma. **Relatório sobre a Fortaleza de Gurupá**. Manaus: Edições Governo do estado do Amazonas, Secretaria de Estado de Cultura, 2004. – (Coleção “Documentos da AMAZÔNIA”).
- NUNES, José Maria de Souza. **Real Forte Príncipe da Beira**. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1985. 375 p.
- OLIVEIRA, José Lopes de (Cel.). Fortificações da Amazônia. In: ROCQUE, Carlos (org.). **Grande Enciclopédia da Amazônia** (6 v.). Belém do Pará, Amazônia Editora Ltda., 1968.
- PLANTA da Fortaleza de Santo Antonio de Gurupá, Gronfeld, 1762. Mss. Arquivo Histórico do Exército.
- POMBO, Rocha. **História do Brasil**. Vol. 2. São Paulo, Gráfica e Editora Brasileira Ltda., 1953. pp.353-357.
- PONTES FILHO, Raimundo P. **Estudos de História do Amazonas**. Manaus: Valer, 2000.
- PROCÓPIO, Argemiro e COSTA, Graciete Guerra da. “Fortificações Portuguesas na Amazônia Brasileira”. In: **5º Simposio Internacional Estudios Comparados de los Espacios Habitables En Iberoamérica**. Universidad Autónoma de Yucatán, México, 2014.
- PROCÓPIO, Argemiro. “Amazônia. Em nome do padre, da posse, do poder, e do domínio santo”. **Humanidades**, Brasília: EdUnB, Vol. 1, Nº 18, 1988.
- PROCÓPIO, Argemiro. **Amazônia, ecologia e degradação social**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1992.
- PROCÓPIO, Argemiro. **Destino Amazônico: devastação nos oito países da Hileia**. São Paulo: Hucitec, 2005.
- PROCÓPIO, Argemiro. **Diplomacia e Desigualdade**. Juruá Editora, 2ª Edição - Revista e Atualizada. Curitiba, 2011.
- PROCÓPIO, Argemiro. **Francisco Pão e Água**. Juruá Editora. Curitiba, 2014.
- PROCÓPIO, Argemiro. **Subdesenvolvimento Sustentável**. 2ª Edição. Juruá Editora. Curitiba, 2008.
- REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA. Fundação Emílio Odebrecht. Salvador, Bahia: Spala Editora, 1985.
- REIS FILHO, Nestor G. & BUENO, Beatriz P. S. Cidades e Fortes Coloniais. **Revista da Cultura**, 3, 2002.
- REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982. (Coleção Retratos do Brasil; v.161)
- REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a integridade do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
- REIS, Arthur César Ferreira. **A AMAZÔNIA que os portugueses revelaram**. Ministério da Educação e Cultura, 1956. – Coleção “VIDA BRASILEIRA”.

- REIS, Arthur Cézár Ferreira. **A conquista espiritual da Amazônia**. São Paulo, 1942.
- REIS, Arthur Cézár Ferreira. **A Expansão Portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: SPVEA, 1959.
- REIS, Arthur Cézár Ferreira. **A Política de Portugal no Vale Amazônico**. Belém: Oficina Gráfica da Revista Novidade, 1940.
- REIS, Arthur Cézár Ferreira. **Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966. 324 p.
- REIS, Arthur Cézár Ferreira. **História de Óbidos** (2ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979.
- REIS, Arthur Cézár Ferreira. **História do Amazonas**. Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. – (Coleção reconquista do Brasil. 2ª série; v. 145).
- REIS, Arthur Cézár Ferreira. **Limites e demarcações na Amazônia Brasileira. A fronteira colonial com a Guiana Francesa**. Belém: Secretaria do Estado da Cultura, 1947. 250 p.
- REIS, Arthur Cézár Ferreira. **Roteiro Histórico das Fortificações no Amazonas**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1966.
- REIS, Arthur Cézár Ferreira. **Súmula de História do Amazonas**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965. Série Monteiro de Souza; v. II).
- REIS, Arthur Cézár Ferreira. **Território do Amapá - Perfil Histórico**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949. 184 p. il.
- RIBEIRO, Berta G. **Amazônia urgente: 5 séculos de história e ecologia**. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1990.
- RIO BRANCO. **Frontières entre le Brésil et la Guianne Française**. Tomo II. Docs. 1899.
- ROCQUE, Carlos (org.). **Grande Enciclopédia da Amazônia** (6 vol.). Belém do Pará: Amazônia Editora Ltda., 1968.
- ROLIM DE MOURA, D. Antônio - **Correspondências**. Cuiabá: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - Imprensa Universitária/NDIHR, 1982, 77p. (Coleção Documentos Ibéricos).
- Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império/** Organização Antonio Gilberto Costa – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- s.a. A viagem filosófica de Alexandre Rodrigues. Brasília, Revista Correio Filatélico. Ano 16, mai/jun 1992, nº 136. p. 31-32.
- s.a. Em Rondônia, um forte do século XVIII vai ser restaurado. Rio de Janeiro: O Globo, Caderno Turismo, 14 abr. 1983.
- s.a. *Histórico da Fortaleza de São José de Macapá*. Macapá: Imprensa Oficial, 1954.
- s.a. *Histórico do Real Forte Príncipe da Beira* (2ª ed.). Porto Velho (Brasil): Governo do Estado de Rondônia; Secretaria de Estado de Cultura, Esportes e Turismo; Departamento de Cultura, 1983. 22 p. il.
- SÁ, José Barbosa de. Relação das povoações de Cuiabá e Mato Grosso, de seus princípios até os presentes tempos. In **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - 1901**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_023_1901.pdf>. Acesso em 29 de maio de 2012.
- SAMPAIO, Ribeiro de. 1825 - Diário da viagem que em visitaçao e correição das povoações da capitania de São José do Rio Negro, fez o ouvidor e intendente-geral da mesma, nos anos 1774 e 1775. Lisboa: Typ. da Academia. In: MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Fundação de Manaus**. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1994.
- SANTOS, Francisco Jorge dos. **Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.
- SANTOS, Paulo Ferreira, 1904-1988. **Formação de Cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 2008.

- SCHWEBEL, João André. **Coleção dos prospectos das aldeias e lugares mais notáveis.** Reproduzido por MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na era pombalina. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963.
- SILVA,ACIONILIO BRÜZZI ALVES DA. **A Civilização Indígena do Uaupés: observações antropológicas etnográficas e sociológicas.** 2ª Edição. Roma: Libreria Ateneo Salesiano, 1977.
- SILVA, José Ferreira da. **Diário da Viagem da Capitania do Rio Negro feita por Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio em 1774/1775.** Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo CCCLXXVI, jul.-set. 1992. p. 141-156.
- SOUBLIN, Jean. **História da Amazônia.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. 304 p.
- SOUSA, Augusto Fausto de. **Fortificações no Brasil.** Rio de Janeiro: RIHGB, Tomo XLVIII, Parte II, 1885. p. 5-140.
- SOUTHEY, Robert. **História do Brasil.** Traduzida do inglês pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro; anotada por J. C. Fernandes Pinheiro, Brasil Bandecchi e Leonardo Arroyo. 4 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1977. 3 v.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. **1905-1998. A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000, 218 p.
- TEIXEIRA, Paulo Roberto Rodrigues. **Forte do Presépio.** In: DaCultura, ANO X, Nº 17. p. 45 - 55.
- TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da Engenharia no Brasil (séculos XVI a XIX).** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1984, 2ª edição.
- THESAURUS.CERL – www.thesaurus.cerl.org/record - Pesquisa da data de nascimento de Enrico Antonio Galluzzi, consultado com a ajuda da Embaixada da Itália em Brasília, em 1º de agosto de 2013.
- TOCANTINS Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão Pará.** Rio de Janeiro: 2ª Edição. Editora Civilização Brasileira, 1976.
- TOSTI, Mario. **a igreja sobre o rio: A missão dos Capuchinhos da Úmbria no Amazonas.** Roma - Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2012.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **História Geral do Brasil.** Tomo 4, São Paulo, Melhoramentos, 1975. pp.13-15.
- VIANNA, Arthur. **As Fortificações da Amazônia.** Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará. Tomo IV, 1905. Consultado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Loc. II, 459, 2, 26).
- VIDAL Laurent. **MAZAGÃO, a cidade que atravessou o Atlântico: do Marrocos à Amazônia (1769-1783).** São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e rio Negro.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.